



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Economia e Planejamento

Plano Plurianual 2008–2011

Lei nº 13123 de 8 de julho de 2008

São Paulo
2008

Plano Plurianual 2008–2011

Lei nº 13123 de 8 de julho de 2008

São Paulo
2008



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Economia e Planejamento

Lei nº 13.123 de 8 de julho de 2008

Institui o Plano Plurianual para o período de 2008/2011.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Esta lei institui, na forma do Anexo que a integra, o Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011, em cumprimento ao disposto no artigo 174, § 1º, da Constituição do Estado, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores, valores e metas da administração pública estadual e dos demais Poderes do Estado para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Parágrafo único – Constituem diretrizes fundamentais da Administração Pública Estadual e dos programas estabelecidos neste plano:

1. redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida da população;
2. geração de emprego e renda e preservação dos recursos naturais;
3. garantia da segurança pública e promoção dos direitos humanos.

Artigo 2º - Os programas, a que se refere o artigo 1º desta lei, constituem o elemento de integração entre os objetivos do Plano Plurianual, as prioridades e metas fixadas nas leis de diretrizes orçamentárias e as programações estabelecidas nos orçamentos anuais correspondentes aos exercícios abrangidos pelo período do Plano.

Artigo 3º - O Poder Executivo submeterá à autorização legislativa eventuais alterações nos programas ou em seus respectivos objetivos, indicadores, valores e metas, referidos no artigo 1º desta lei, quando da elaboração de sua proposta de diretrizes orçamentárias e proposta orçamentária, orientando a ação governamental para o exercício subsequente.

Artigo 4º -As codificações de programas deste Plano serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias e nas leis orçamentárias.

Parágrafo Único - Os códigos a que se refere este artigo prevalecerão até o término dos programas a que se vinculam.

Artigo 5º - O Poder Executivo enviará à Assembléia Legislativa, anualmente, até o dia 30 de abril, informações sobre o acompanhamento dos resultados dos programas aprovados no Plano Plurianual, relativas ao exercício anterior.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, aos 8 de julho de 2008.

José Serra

GOVERNADOR DO ESTADO

Sumário

Introdução	1
-------------------------	----------

Capítulo 1

0 Estado de São Paulo e o contexto macroeconômico.....	17
---	-----------

1.1	Perspectivas e desafios para o período do PPA 2008-2011.....	17
1.2	Cenário externo: o panorama econômico internacional	19
1.3	A economia brasileira e os principais parâmetros macroeconômicos	23
1.4	A economia de São Paulo: desenvolvimento recente	28
1.5	Dinâmica demográfica de São Paulo: mudanças e desafio econômico	36
1.6	Desempenho das finanças públicas do Estado de São Paulo ..	38
1.7	Instrumentos adicionais de ação para o desenvolvimento: as Parcerias Público-Privadas - PPP	40

Capítulo 2

Desenvolvimento e Eqüidade Social 45

2.1	Educação.....	46
2.2	Saúde.....	50
2.3	Habitação	53
2.4	Assistência e Desenvolvimento Social.....	56
2.5	Cultura	59
2.6	Esporte, Lazer e Turismo	60
2.7	Emprego, Trabalho e Renda	63

Capítulo 3

Justiça e Segurança: a valorização da cidadania e promoção dos direitos humanos 65

3.1	Justiça e defesa da cidadania	66
3.2	Segurança Pública.....	69
3.3	Administração Penitenciária	72
3.4	Ministério Público	73
3.5	Tribunal de Justiça	73
3.6	Defensoria Pública	74
3.7	Tribunal de Justiça Militar	76

Capítulo 4

Infra-estrutura e Meio Ambiente 77

4.1	Saneamento e Energia	78
4.2	Transportes.....	82
4.3	Transportes em Regiões Metropolitanas	83
4.4	Preservação do Meio Ambiente	86

Capítulo 5

O desenvolvimento de São Paulo e a infra-estrutura de conhecimento, inovação e tecnologia..... 89

5.1	Estratégias de comércio exterior e relações internacionais.....	91
5.2	A agenda paulista de inovação e competitividade	92
5.3	As ações importantes: o que se pretende fazer.....	93
5.4	O Sistema Paulista de Parques Tecnológicos.....	95
5.5	Ensino superior e profissional	96
5.6	Fomento à inovação tecnológica.....	97
5.7	Inovação tecnológica e desenvolvimento científico na saúde ...	99
5.8	O agronegócio e a pesquisa agrícola	99

Capítulo 6

A Gestão Pública: ações inovadoras de gestão e melhoria de qualidade 103

6.1	A importância da gestão frente aos novos desafios institucionais	104
6.2	O papel do Estado como regulador.....	105
6.3	Estado parceiro da sociedade: a participação da iniciativa privada e das entidades sociais....	106
6.4	Estado articulador	107
6.5	Planejar e buscar uma gestão pública mais efetiva	108
6.6	Eficiência e eficácia do gasto público	110
6.7	Gestão de recursos humanos	112
6.8	Melhoria da organização do Estado.....	113
6.9	Difusão de informações do governo para o cidadão: as prestações de contas.....	114

Introdução



Promover um salto de qualidade na educação e na saúde públicas. Integrar e expandir o transporte público, principalmente nas regiões metropolitanas. Ampliar a infra-estrutura humana e física para que a economia paulista possa melhor aproveitar as oportunidades de crescimento, aumentando sua competitividade, provendo um maior equilíbrio entre as regiões do estado e acelerando a geração de emprego e renda. Estes são os grandes desafios que o governo do estado de São Paulo se propõe a responder no quadriênio de 2008 a 2011, contemplado por este Plano Plurianual.

Complementando esses objetivos prioritários, o governo paulista buscará também, no período mencionado, garantir mais segurança e tranquilidade aos cidadãos, respondendo com firmeza, dentro da lei, ao crime organizado; melhorar as condições de moradia e saneamento ambiental; ampliar as oportunidades de inclusão dos segmentos sociais mais pobres e vulneráveis; e aprimorar a gestão pública, colocando-a em dia com as metodologias e tecnologias mais modernas de administração.

Para alcançar esses objetivos prioritários e complementares, o PPA 2008-2011 se baseia numa visão prospectiva e abrangente do desenvolvimento econômico e social do estado de São Paulo. Engloba diferentes dimensões do funcionamento do estado e do crescimento

projetado, mas dá ênfase à infra-estrutura, tanto à infra-estrutura humana, representada pela educação em seus três níveis e pelo ensino técnico de qualidade, necessário para atender à crescente demanda por serviços típicos das modernas economia e sociedade da informação, quanto à infra-estrutura física, representada por novas vias de transporte, que permitirão superar os gargalos remanescentes, assegurar o escoamento eficiente da produção e reduzir custos.

O PPA 2008-2011 é informado também pelas preocupações de aprofundar o conhecimento das diversas regiões do estado de São Paulo e estimular o pleno aproveitamento de suas potencialidades. Assim, no interior do estado, as ações prioritárias se concentrarão em investir na capilaridade do sistema rodoviário, com a recuperação das estradas vicinais e com a manutenção, ampliação e duplicação das rodovias estaduais. Será incentivada a inovação e serão apoiados os Arranjos Produtivos Locais e os Parques Tecnológicos, a partir do reconhecimento da diversidade regional e do caráter local. Será ampliada e aprimorada a rede de Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs), aumentando a oferta de vagas de acordo com as vocações regionais e as peculiaridades das cadeias produtivas locais. E a preservação do meio ambiente receberá uma atenção especial.

A elaboração do PPA 2008-2011 levou em conta os dados mais atualizados e a visão mais integrada possível das mudanças recentes na economia e na sociedade, dentro e fora das divisas do estado paulista. E recolheu o conhecimento acumulado por dezenas de gestores públicos e especialistas, assim como as contribuições recebidas dos mais diversos setores da sociedade paulista.

O Volume 1 expõe, em linhas gerais, o contexto macroeconômico e demográfico e as diretrizes, metas e prioridades do plano.

O Volume 2 detalha os programas e as previsões de gastos, requeridos para implementar as metas e prioridades do plano.

Uma visão sintética do PPA 2008-2011 pode ser obtida considerando-se os principais programas e ações por secretarias.

Administração Penitenciária

As iniciativas nessa área voltam-se para o duplo objetivo de proteger a sociedade, contendo a violência e a criminalidade, e oferecer condições para a reinserção social dos presos. Com esses propósitos,

as prioridades de 2008 a 2011 consistirão em retirar os detentos dos anexos das delegacias, ampliar e modernizar o sistema prisional e fiscalizar a aplicação das penas alternativas à privação da liberdade para os delitos de menor gravidade. Será feito também um grande esforço para implantar e desenvolver sistemas de inteligência prisional nas diversas unidades, para prevenir rebeliões, fugas e outras atividades delituosas.

Serão construídos novos presídios, entre eles unidades específicas para mulheres, para presos em regime semi-aberto e para detentos provisórios, abrindo-se 37 mil novas vagas no sistema. Será oferecido ensino fundamental e médio a quase 155 mil presos. E serão implantadas mais nove centrais de atendimento aos egressos.

A Secretaria de Administração Penitenciária deverá receber R\$ 8 bilhões ao longo dos quatro anos.

Agricultura e Abastecimento

Para que o estado de São Paulo mantenha a liderança no agronegócio, dois programas serão prioritários: o Risco Sanitário Zero, que tem como objetivo ampliar e modernizar a capacidade estadual de vigilância sanitária e epidemiológica; e o Melhor Caminho, que irá recuperar mais de 10 mil quilômetros de estradas rurais, garantindo maior agilidade e segurança no escoamento das safras agrícolas.

A consolidação dos pólos regionais de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta) para a adoção contínua de inovações tecnológicas reforçará o empenho em preservar o pioneirismo paulista na agropecuária e na agroindústria nacionais.

E, para diminuir os riscos da monocultura canavieira e da exclusão de setores importantes de produtores agrícolas, será buscado o melhor aproveitamento de vantagens comparativas do estado em outros segmentos de produtos, como na fruticultura, na floricultura e no reflorestamento.

A dotação prevista para a Secretaria da Agricultura chega a R\$ 3,8 bilhões.

Assistência e Desenvolvimento Social

Integrada às demais políticas públicas de cunho social, a assistência social visa a contribuir para a universalização dos direitos sociais,

enfrentando a pobreza extrema e provendo condições mínimas para o atendimento a contingências sociais. O principal objetivo é garantir o acesso a bens e serviços aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social e pessoal, procurando ajudar a quem se disponha a ajudar-se.

No período de 2008 a 2011, terão destaque as ações de transferência de renda operacionalizadas nos programas Renda Cidadã, Ação Jovem, Geração de Trabalho e Renda e no Centro de Encaminhamento de Pessoas com Necessidades Especiais. Serão celebrados também convênios com municípios e entidades assistenciais para a implantação de 1.200 equipamentos sociais no estado.

O total de recursos previstos para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social chega a R\$ 1,7 bilhão.

Cultura

As iniciativas nessa área incluem a ampliação do acesso à fruição dos bens culturais, o apoio às produções culturais, inclusive por meio de programas orientados para o aprendizado de práticas artísticas, e as ações que favoreçam a geração de emprego e renda, especialmente por pequenos produtores e agentes culturais.

Entre as prioridades para o período de 2008 a 2011, destacam-se o Projeto Guri, que forma orquestras, corais e grupos musicais para crianças e jovens na faixa etária de 8 a 18 anos, e o projeto Fábricas de Cultura, direcionado à população jovem em situação de risco, que ganhará novas unidades. Também fazem parte das metas priorizadas a ampliação do acesso a eventos culturais por meio de ações como a distribuição de ingressos na rede de escolas públicas para sessões de cinema e teatro; a Virada Cultural, que se expandirá para um maior número de municípios do interior; e o programa Museu Vivo, que abrangerá a mudança do Museu de Arte Contemporânea para o prédio ocupado pelo Departamento Estadual de Trânsito no parque do Ibirapuera, a ampliação da Pinacoteca e a inauguração do Museu da História Paulista.

É de R\$ 2,2 bilhões o total de recursos previstos para a área nos próximos quatro anos.

Desenvolvimento

O estado de São Paulo mantém sua posição de liderança econômica no Brasil, mas se ressentido, como todo o país, do baixo crescimen-

to da produção e do emprego nos últimos anos por causa da política macroeconômica do governo federal, apesar das condições internacionais excepcionalmente propícias. As indústrias de bens de capital e de consumo durável, além das atividades do agronegócio e de outros segmentos produtivos voltados para a exportação, predominam no estado paulista e essas atividades têm sido especialmente afetadas pela combinação de juros altos e câmbio valorizado.

Esse quadro reforça a importância da adoção de políticas públicas que sejam capazes de agir direta e indiretamente para elevar a competitividade da produção paulista. Diretamente, pela implementação de políticas adequadas de gasto público e de atração de investimentos privados. Indiretamente, pela criação de condições que melhorem a logística de transportes e a fluidez das movimentações de carga, de modo a reduzir os custos associados à atividade produtiva.

São também importantes, para elevar a competitividade da produção paulista, as políticas relacionadas ao aumento do número de faculdades de tecnologia e escolas técnicas de alto nível, ao ensino de pós-graduação, à pesquisa científica e tecnológica, à oferta de serviços tecnológicos e à difusão de inovações.

Tendo em vista esses objetivos, o número de Faculdades de Tecnologia (Fatecs) será dobrado em relação a 2006, chegando a 52 unidades e ampliando em 171% o número de vagas. Não ficará atrás a expansão do ensino técnico, devendo as 76.946 matrículas atuais pularem para mais de 175 mil em 2011. E serão enfatizadas as ações destinadas a regulamentar e implantar a Agência de Fomento do Estado de São Paulo; a reforçar o Fundo Estadual de Desenvolvimento Tecnológico, como instrumento complementar à Agência de Fomento na subvenção a suas linhas de crédito prioritárias; a implantar a Agência Paulista de Inovação e Competitividade; e a lançar o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos.

Os recursos previstos para a Secretaria de Desenvolvimento são de R\$ 5,3 bilhões.

Educação

O estado de São Paulo já venceu o desafio básico da inclusão escolar: 98,8% das crianças de 7 a 14 anos e 86,3% dos jovens de 15 a 17 anos estavam matriculados nas escolas de nível fundamental e médio

em 2006. Melhorar a qualidade do ensino é a nova prioridade para os próximos quatro anos.

Para enfrentar esse desafio mais complexo, o governo paulista lançou um Plano Estadual de Educação em agosto de 2007, com dez metas e dez ações prioritárias, referidas no capítulo 2 deste volume. Trata-se de metas audaciosas, como a alfabetização de todas as crianças com 8 anos de idade e a redução em 50% das taxas de reprovação na 4ª série do ensino fundamental e no ensino médio.

Para atingir as dez metas, serão utilizados instrumentos como propostas curriculares para toda a rede, retomada dos boletins escolares, aulas de recuperação, diversificação curricular (com opções para habilitações técnicas profissionalizantes), apoio à atualização dos docentes, melhoria da rede física e avaliações dos resultados do ensino, como o Saresp (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo).

O ensino fundamental de nove anos começará a ser implantado em 2008 e a municipalização da 1ª à 4ª séries será acelerada, com ações articuladas que viabilizem a execução de uma política pública educacional para todo o estado.

Ainda em relação ao ensino fundamental, entre as ações prioritárias a serem desenvolvidas, merecerá atenção especial o programa Ler e Escrever, que prevê a distribuição de material pedagógico específico e a atuação de dois professores, um titular e outro auxiliar (um universitário bolsista), nas salas de aula da 1ª série, para que haja maior cuidado na alfabetização das crianças, essencial para o aproveitamento escolar nas séries seguintes. Como a aprendizagem é cumulativa, um baixo desempenho em leitura e escrita nas séries iniciais provoca graus sucessivamente maiores de fracasso escolar nas séries subseqüentes.

Uma nova forma de incentivo aos funcionários, baseada na avaliação por desempenho, será lançada. Cada escola terá suas próprias metas, a serem alcançadas a cada ano. Ao atingi-las, todos os funcionários (diretor, supervisor, professores e pessoal administrativo) serão premiados com bônus, que podem chegar a 16 salários por ano. Trata-se de uma modalidade de incentivo, inédita no Brasil, mas bem-sucedida em outros países, que tem por objetivo valorizar o esforço conjunto da equipe da escola, comparando cada unidade escolar em

relação a ela mesma e considerando sua evolução no tempo. As escolas em situação mais crítica receberão apoio especial para superar suas dificuldades, a fim de que haja maior equidade no sistema.

A Secretaria de Educação deverá receber R\$ 56,8 bilhões no período.

Emprego e Relações do Trabalho

A geração de emprego e renda é um dos focos do atual governo paulista. Depende principalmente de taxas adequadas de crescimento econômico, estimuladas pelos programas e ações voltados para melhorar a competitividade da produção paulista e incrementar o ritmo de sua expansão. Mas abrange, complementarmente, quatro frentes de atuação desenvolvidas pelo governo estadual através da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho.

Em primeiro lugar, o governo estadual, em parceria com a União e os municípios, mantém Postos de Atendimento ao Trabalhador disseminados em todo o estado, os quais oferecem serviços gratuitos de emissão de carteiras de trabalho, encaminhamento de seguro-desemprego, captação de vagas junto às empresas e intermediação de mão-de-obra, além de informações e inscrições para programas de qualificação profissional e de atendimento a pessoas portadoras de deficiências. Esse sistema será ampliado e aperfeiçoado para que haja maior facilidade de acesso para os trabalhadores e maior agilidade de informação por parte das empresas. Com a ampliação e o aprimoramento, as eventuais vagas não preenchidas fornecerão informações importantes para orientar os programas de qualificação profissional e direcioná-los para as reais necessidades dos mercados de trabalho locais.

Em segundo lugar, para os jovens que buscam o primeiro emprego, o governo estadual oferece, além de oportunidades de qualificação profissional, o incentivo a contratos de estágios (para alunos do ensino médio a partir dos 16 anos) e a contratos de aprendizagem (para alunos dos ensinos fundamental e médio a partir dos 14 anos).

Numa terceira linha de ação, levando em conta a importância dos pequenos e microempresários na geração de postos de trabalho, o governo estadual diminuirá as restrições de acesso ao crédito e o excesso de regulamentação que embraçam esses empreendedores, ampliando os empréstimos concedidos pelo Banco do Povo e aprofundando o Programa Estadual de Desburocratização, para que o tempo necessá-

rio à abertura de novos negócios caia de 150 dias para duas semanas.

Por último, o governo estadual propôs e a Assembléia Legislativa aprovou a lei do Piso Regional Paulista para empregados registrados que, trabalhando no estado de São Paulo, não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. A lei criou três faixas de salários de acordo com as características de 105 ocupações diferentes. Aperfeiçoado ano a ano, o piso salarial paulista garantirá aos trabalhadores do estado remunerações superiores ao salário mínimo nacional unificado.

Entre 2008 e 2011, a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho deverá receber R\$ 941 milhões.

Ensino Superior

O estado de São Paulo é um importante centro de produção e difusão do conhecimento, com universidades de reconhecida qualidade no país e no exterior. As instituições de ensino superior vinculadas ao estado abrangem a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e as Faculdades de Medicina de Marília e de São José do Rio Preto.

As prioridades do governo paulista nos próximos quatro anos, no que diz respeito ao ensino superior, consistirão em ampliar a oferta de vagas e cursos superiores em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do estado e do país, utilizando inclusive tecnologias e metodologias de ensino a distância, a serem concretizadas na implantação da Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo); em apoiar, através da Fapesp, a pesquisa científica e tecnológica e o aperfeiçoamento constante da formação em graduação e pós-graduação; e ampliar o acesso de jovens egressos do ensino público às universidades e faculdades públicas estaduais.

As funções voltadas para o ensino superior serão exercidas em articulação e conjugação de esforços com as instituições envolvidas, observando-se sempre o respeito à autonomia universitária e às características específicas de cada entidade.

O PPA 2008-2011 reserva R\$ 25 bilhões para a Secretaria de Ensino Superior, destinados essencialmente às três universidades públicas estaduais.

Esporte, Lazer e Turismo

Para o período 2008-2011, as prioridades nessas áreas podem ser reunidas em quatro grandes grupos: ampliação da infra-estrutura necessária à prestação de serviços com qualidade; melhoria dos equipamentos existentes; intensificação do acesso às atividades; e formação de recursos humanos.

Como principais ações, serão construídos, reformados ou ampliados, em parceria com as prefeituras, 2.000 equipamentos de esporte, lazer e turismo, localizados nas diversas regiões do estado; e serão capacitados 2.800 agentes de turismo.

A Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo receberá R\$ 397 milhões no período.

Gestão Pública

A eficiência na gestão pública e a qualidade do gasto público não representam objetivos em si, mas premissas para uma administração moderna e responsável. Mediante o aperfeiçoamento da gestão e do gasto, o governo estadual poderá alocar mais recursos para os investimentos sociais e para a infra-estrutura, o que permitirá melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a competitividade da economia paulista. A diretriz básica nessa área consistirá em consolidar uma mudança cultural na gestão do estado paulista, deslocando o foco nos meios para o foco em resultados.

Para aprimorar a organização do estado, serão instalados novos escritórios de governo nas sedes regionais, unificando o atendimento aos cidadãos e propiciando mais eficiência, rapidez e simplicidade.

Na gestão de recursos humanos, além da formação e capacitação de servidores de acordo com as prioridades do estado, será implantado um sistema de remuneração por desempenho, baseado em metas.

Para aprimorar a difusão de informações aos cidadãos, familiarizá-los com as novas tecnologias eletrônicas e agilizar seu acesso aos serviços públicos, a rede do programa Acessa São Paulo será ampliada dos atuais 403 infocentros para 841 e a do Poupatempo, dos atuais 18 postos para 61.

A Secretaria da Gestão Pública contará, no próximo quadriênio, com R\$ 3 bilhões em recursos.

Habitação

Além de reforçar as linhas de financiamento para a aquisição de casa própria, o governo estadual dedicará atenção especial a um programa de urbanização e regularização dos títulos de propriedade, no qual estado e prefeituras investirão na infra-estrutura urbana e social e apoiarão os moradores para que invistam na melhoria de suas moradias.

A urbanização atingirá 10 mil lotes, 19.500 unidades habitacionais em assentamentos e 39.650 famílias em favelas. O governo estadual atuará ainda em 3 mil unidades localizadas em cortiços e em 974 núcleos habitacionais.

Serão entregues 51.170 novas unidades residenciais e outras 29.300 serão financiadas.

Outra ação de destaque será a recuperação sócio-ambiental da Serra do Mar, beneficiando 12.850 famílias.

Os recursos previstos para a Secretaria da Habitação no PPA ultrapassam R\$ 5 bilhões.

Justiça e Defesa da Cidadania

Os programas e as ações nessa área sensível gravitarão em torno de dois eixos fundamentais: a ampliação do acesso à Justiça e a promoção da cidadania e dos direitos humanos.

As ações prioritárias abrangerão três conjuntos de iniciativas. O primeiro diz respeito à ampliação da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente. A Fundação Casa, como é conhecida, presta assistência a cerca de 20 mil adolescentes, inseridos nas medidas sócio-educativas de privação da liberdade (internação), semiliberdade e meio aberto, de acordo com a idade e a gravidade do ato infracional praticado. Para melhorar o atendimento, o governo paulista iniciou um programa descentralizador, que prevê a municipalização das medidas em meio aberto, a ampliação das unidades de semiliberdade e a construção de novas unidades de internação, com prédios para até 56 adolescentes e próximos de suas famílias. A meta é desativar os grandes complexos e chegar a 64 dessas novas unidades até 2011.

O segundo conjunto envolve a construção, ampliação e reforma de fóruns, totalizando 71 intervenções no período. Somente a capital e a região metropolitana que a circunda, receberão quatro grandes obras

(nos municípios de Osasco e Guarulhos e nos bairros paulistanos da Lapa e de Itaquera).

Outro programa para melhoria do acesso à Justiça que será ampliado, é o relativo aos Centros de Integração da Cidadania. No período, serão construídas mais quatro unidades, todas em áreas de vulnerabilidade social.

A Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania disporá de R\$ 3,9 bilhões no quadriênio de 2008 a 2011.

Meio Ambiente

A atuação do governo paulista na preservação do meio ambiente objetivará, nos próximos quatro anos, reduzir o desperdício no consumo de recursos naturais (notadamente de água e energia) e diminuir a geração de resíduos (de lixo a gases de efeito-estufa).

O PPA prevê a implantação de 21 projetos ambientais estratégicos, sendo um dos principais a recuperação de matas ciliares, com demarcação de 1,7 milhão de hectares. O plano propõe um mecanismo inovador para impulsionar essa iniciativa. O reflorestamento de áreas ciliares poderá proporcionar, segundo cálculos da Secretaria do Meio Ambiente, a absorção e fixação de 136 milhões de toneladas de carbono, o que poderá viabilizar um aporte expressivo de recursos financeiros por meio de créditos de carbono ou de compensações voluntárias de emissões.

Outras iniciativas estratégicas incluem o Licenciamento Ambiental Unificado; os projetos Litoral Norte e Município Verde, visando ao planejamento ambiental; o projeto Serra do Mar, focalizado na gestão ambiental; e o programa Lixo Mínimo, que propõe eliminar a disposição inadequada de resíduos domiciliares, estimulando a reciclagem e extinguindo os lixões a céu aberto.

A Secretaria do Meio Ambiente receberá R\$ 3 bilhões entre 2008 e 2011.

Saneamento e Energia

Na área de saneamento, o PPA prevê um ritmo forte de investimentos no próximo quadriênio, tendo como objetivos universalizar o abastecimento de água a toda a população urbana; ampliar a coleta e o tratamento de esgotos para reduzir os focos de degradação ambien-

tal e sanitária nas aglomerações urbanas, especialmente nas áreas de proteção a mananciais; controlar as inundações urbanas; e eliminar os depósitos precários de lixo.

O programa Onda Limpa, que prevê investimentos de R\$ 1 bilhão para aumentar os índices de coleta e tratamento de esgoto na Baixada Santista, será um dos destaques. Para o combate às enchentes, outro destaque, estão reservados R\$ 656,7 milhões, destinados à construção de novos piscinões, ao desassoreamento de rios e córregos, à canalização de áreas críticas e à manutenção dos reservatórios já em operação. Estão previstos ainda investimentos para tratamento de esgotos e recuperação da qualidade das águas em pequenos municípios, através do projeto Água Limpa, e na Região Metropolitana de São Paulo, por meio da terceira etapa do projeto Tietê.

Nas atividades relativas à gestão da demanda de energia, estão programados o desenvolvimento de procedimentos, normas e recomendações para projetos de instalação, reforma e ampliação no âmbito da administração estadual e o levantamento e renegociação dos contratos de fornecimento de energia elétrica.

A Secretaria de Saneamento e Energia receberá um total de recursos previstos em R\$ 27 bilhões até 2011.

Saúde

As diretrizes, programas e ações na área da saúde, para o período de 2008 a 2011, objetivam a ampliação do acesso da população e a melhoria da qualidade do atendimento, através da expansão e aprimoramento das ações e serviços de saúde.

A implantação de 40 Ambulatórios Médicos de Especialidades, os AMEs, em todo o estado, é uma das prioridades. Trata-se de ambulatórios de alta resolutividade, que disponibilizarão exames como raio-x, eletrocardiograma, ultrassom, teste ergométrico, mamografia e densitometria óssea, entre outros. O objetivo é que o paciente possa obter um diagnóstico bem mais rápido, realizando consulta e exames no mesmo local e, no caso de necessidade, sendo encaminhado para tratamento médico especializado.

A expansão e a modernização das instalações da Fundação para o Remédio Popular “Chopin Tavares de Lima” (Furp) em Guarulhos e a inauguração da unidade em Américo Brasiliense constituem outra prio-

ridade. Permitirão aumentar a produção e a distribuição gratuita de medicamentos, ampliando o atendimento ao SUS e o número de farmácias Dose Certa. A meta é que as fábricas da Furp produzam 12,9 bilhões de unidades farmacêuticas até 2011 e que a variedade de remédios dobre em comparação com o início do governo atual.

Outro destaque será a construção de uma fábrica de hemoderivados, que produzirá imunobiológicos a partir do fracionamento de plasma de sangue humano.

A Secretaria de Saúde deverá receber R\$ 40 bilhões no período.

Segurança Pública

O governo de São Paulo continuará a perseguir a redução dos índices de violência e criminalidade no estado, adotando como postulado básico a firmeza da atuação policial, com observância do equilíbrio entre a segurança coletiva e os direitos individuais.

As metas principais nos próximos quatro anos serão a melhoria da gestão e a modernização da infra-estrutura das polícias paulistas, sobretudo dos sistemas de inteligência. Além dos investimentos na capacitação de recursos humanos e da integração operacional e do compartilhamento de informações entre as Polícias Civil e Militar, serão destinados recursos expressivos para a aquisição de novos equipamentos, como um moderno sistema de rádio digital para a comunicação entre os agentes policiais. Será ampliada também a vigilância por câmeras e serão modernizados os institutos médico-legais e de criminologia.

A iniciativa da Virada Social, adotada experimentalmente num bairro da capital, mostrou ótimos resultados e deverá ser expandida. Após a ocupação de núcleos de alta criminalidade por tropas da Polícia Militar, entram equipes sociais, compostas por educadores, agentes de saúde, assistentes sociais e outros profissionais. Entidades da sociedade civil continuarão sendo parceiras nesse projeto de atuação conjunta e multiprofissional.

A Secretaria de Segurança Pública deverá receber R\$ 38,6 bilhões no quadriênio, o terceiro orçamento por secretaria no período.

Transportes

A infra-estrutura viária receberá especial ênfase neste PPA, como já foi ressaltado. O governo estadual impulsionará projetos estruturan-

tes para o desenvolvimento de São Paulo, com reflexos positivos para o Brasil, como a ampliação do Rodoanel e a construção do Ferroanel em torno da capital, a remodelação e expansão das rodovias estaduais, a melhoria das estradas vicinais, a modernização e ampliação de portos e aeroportos para que sirvam também de plataformas para a exportação.

O PPA 2008-2011 prevê, por isso, grandes investimentos no setor. Para a transposição da região metropolitana, o trecho Sul do Rodoanel, com 61,4 quilômetros de extensão, será concluído. Aliado ao trecho Oeste, já finalizado, o trecho Sul reduzirá o movimento de caminhões na avenida Marginal do rio Pinheiros em cerca de 43% e na avenida dos Bandeirantes, em 37% aproximadamente.

No interior do estado, o destaque será o programa de recuperação de estradas vicinais, cujos 12 mil quilômetros estarão refeitos até 2011, com obras de recapeamento, drenagem e sinalização. A malha das rodovias estaduais também será recuperada e estendida. E portos e aeroportos operados pelo estado receberão melhorias.

A Secretaria dos Transportes contará com R\$ 22 bilhões de recursos no período.

Transportes Metropolitanos

O governo paulista orientará seus investimentos nessa área segundo duas estratégias básicas: primeira, a de expansão do Metrô paulistano e modernização do sistema da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM); segunda, a de melhoria do transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista, com a implantação de corredores expressos de ônibus e trilhos.

A rede do Metrô será expandida, por meio da ampliação das linhas 2 e 5 e da construção da linha 4. Além disso, novos trens serão adquiridos para aumentar a oferta de lugares nas linhas 1 e 3 e os serviços de operação e manutenção de todo o sistema serão modernizados.

As vias operacionais da CPTM, que se estendiam por 253 km em 2006, serão modernizadas e ampliadas até 2011, sendo adicionados às linhas 99 trens de última geração, a maioria deles equipados com ar condicionado e TV de plasma e adaptados aos portadores de deficiência física. Novos sistemas de segurança e sinalização deverão reduzir o tempo de espera nas estações. E, além da remodelação das linhas an-

tigas, das quais 162 km serão transformados em metrô de superfície, novos serviços serão criados, como a extensão do Expresso Leste, as implantações do Expresso ABC e as do conjunto formado pelo Expresso Aeroporto e pelo Trem de Guarulhos.

Para racionalizar o transporte sobre pneus, uma das ações será a implantação do Corredor Noroeste, ligando municípios da Região Metropolitana de Campinas. Já a Região Metropolitana da Baixada Santista ganhará o Sistema Integrado Metropolitano com a implantação de uma ligação estrutural, que terá 19 quilômetros de extensão e 12 paradas.

A Secretaria dos Transportes Metropolitanos receberá R\$ 32 bilhões entre 2008 e 2011, um dos maiores orçamentos do PPA.

Esses programas e ações, assim como a visão prospectiva que os fundamenta e articula, são expostos de modo mais desenvolvido nos capítulos que se seguem.

O Estado de São Paulo e o contexto macroeconômico

1.1 Perspectivas e desafios para o período do PPA 2008-2011

O Brasil atravessa período em sua história caracterizado por um conjunto de circunstâncias que há muito não se via. Estamos em meio a um ciclo internacional que parece ser virtuoso como poucos o foram na história contemporânea — exemplo disso é a fase que antecedeu o primeiro choque do petróleo, no começo dos anos 1970 — e no qual os frutos de um regime de política econômica doméstica, em vigor desde o final dos anos 1990, têm tido destaque no equacionamento dos desequilíbrios fiscais e no controle da inflação no País. Ainda assim, a política monetária — ou seja, os elevados juros reais dela decorrentes — não tem permitido que o País cresça mais aceleradamente, aproveitando totalmente seu potencial.

Como resultado de duas ordens de fatores — contexto internacional muito favorável, com liquidez em expansão, mas uma política econômica doméstica sem grande ousadia — a economia brasileira vem crescendo a taxas médias próximas a 4% no último triênio com baixa inflação e queda nos juros nominais e reais — embora no último caso ainda não tenhamos chegado a níveis internacionais. A expansão do crédito, dos níveis de emprego e dos salários tem permitido elevar a

demanda de consumo – e, mais recentemente, dos investimentos em capital fixo, tanto em máquinas e equipamentos como em construções – a taxas que, apesar de positivas, são ainda insuficientes para gerar renda e emprego na proporção necessária para solucionar os graves problemas que afligem boa parte dos brasileiros.

As inter-relações da economia brasileira com o resto do mundo se dão por intermédio de três formas apenas parcialmente relacionadas entre si: comércio de mercadorias e serviços, fluxos financeiros e, como caso especial desses, investimento direto estrangeiro (IDE), todos eles afetados pela evolução da economia internacional. Nesse sentido, o esforço de construção de cenários para o crescimento — a partir do qual se relacionarão outras variáveis cruciais para o desenvolvimento do Estado de São Paulo como a arrecadação de tributos e outras — deve se basear em cuidadoso levantamento das principais tendências mundiais no que diz respeito a essas variáveis. É a partir de um cenário internacional escolhido que se tem um leque de possibilidades para a economia brasileira, do qual se extrai o cenário nacional. Para essa escolha são levadas em conta limitações do contexto macrobrasileiro ligadas à capacidade de poupança e investimento, evolução da relação dívida/PIB, dinâmica demográfica e déficit do governo.

O crescimento robusto da economia mundial e a forte demanda por matérias-primas e alimentos por parte de países como China, Rússia e Índia, além das preocupações climáticas em parte associadas ao uso de combustíveis fósseis, que estimula a produção de alternativas, podem continuar por algum tempo. Entretanto, como contrapartida, a aceleração da inflação em diversos países pode levar a medidas corretivas visando a diminuir o ritmo de crescimento da liquidez e da demanda internacional. Há sinais de que esse processo está em curso, agravado pelas seqüelas financeiras associadas à questão do financiamento imobiliário nos EUA.

Definida a evolução provável do quadro internacional e dos principais agregados macroeconômicos para o Brasil, é possível imaginar uma trajetória qualitativa para a produção do Estado de São Paulo, daí resultando também uma estrutura produtiva esperada. Disso se depreende que, assim como a economia brasileira tem seu desempenho condicionado pelo da economia mundial, a economia paulista, e das regiões que compõem o Estado, também se vê limitada pelas possibi-

lidades da economia nacional e pela interação com os demais Estados da federação. Esse quadro de crescente complexidade, na medida em que se desagregam as projeções, sugere que nesse PPA se façam apenas indicações qualitativas prováveis e possíveis para o futuro.

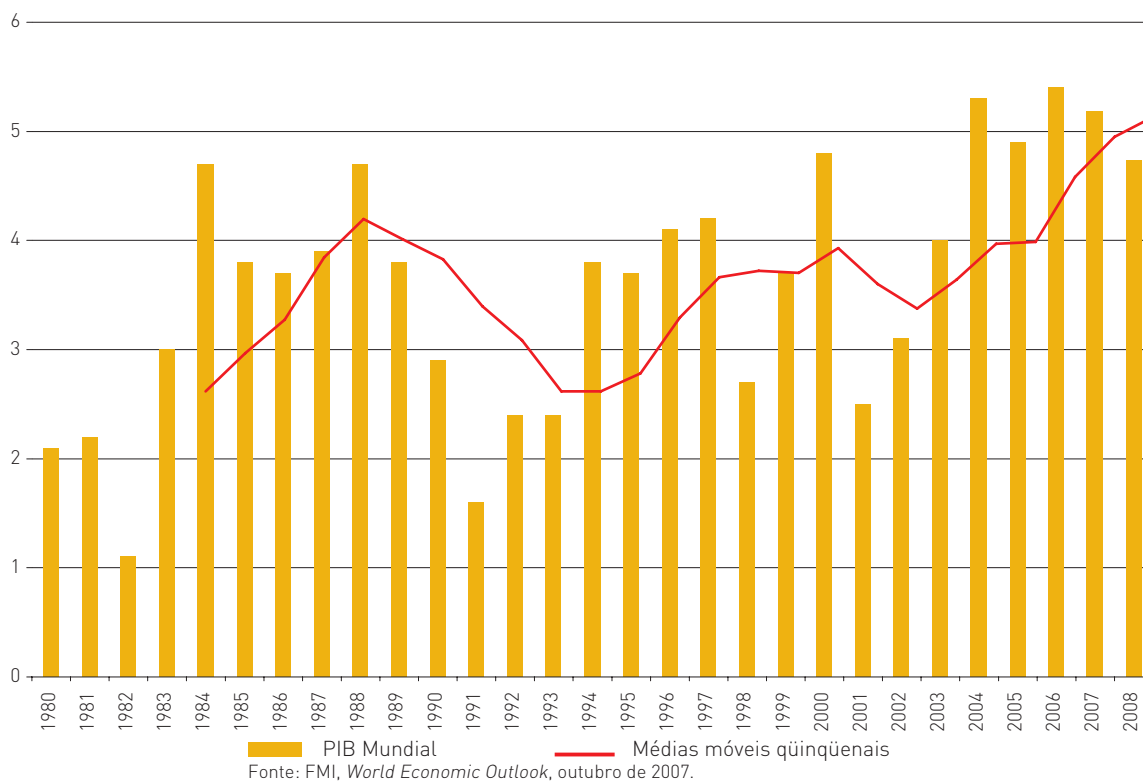
1.2 Cenário externo: o panorama econômico internacional

O cenário mais provável para a economia internacional nos próximos anos, assim como para a economia brasileira, é de crescimento a taxas médias superiores às da última década. Ainda assim, o Brasil deverá crescer menos do que as economias emergentes de forte crescimento como China, Índia e Rússia. Esse cenário não é desprovido de incertezas, obviamente. Entre essas destacam-se: (I) a possibilidade de desaceleração mais rápida da economia norte-americana, que teria a implicação de acarretar menos crescimento do comércio mundial e o efeito adicional de desviar recursos financeiros que seriam destinados ao Brasil. Os problemas no mercado imobiliário dos Estados Unidos são parte das causas dessa desaceleração; (II) desaceleração da economia chinesa, o que poderia provocar desequilíbrios financeiros ou produtivos internos nos EUA, também implicando redução no ritmo de crescimento do comércio e investimento mundiais; (III) ambos esses eventos se transmitiriam rapidamente para as demais economias, dado o peso dos EUA e China nas transações comerciais e financeiras mundiais.

O excepcional crescimento da economia mundial é apresentado no gráfico 1.1 a seguir. A média do quinquênio 2004-2008 se destaca – ressaltando-se que os números para o biênio 2007-08 são projeção do FMI. Não houve no último quarto de século uma fase de crescimento mundial com taxas da ordem de grandeza das recentemente observadas: a taxa média estimada para o quinquênio 2004-2008 alcança os 5,1% ao ano, com pouquíssima flutuação em torno desse valor. Mesmo o quinquênio 1984-88, de elevado crescimento, não superou a média de 4,2% ao ano. O crescimento recente só tem contrapartida no período do final dos anos 1960 até 1973, imediatamente antes do primeiro choque do petróleo.

Acompanhando o forte crescimento do PIB mundial, as importações e exportações globais também têm apresentado desempenho muito favorável. Segundo o FMI, o volume de comércio global de bens e serviços deverá crescer no biênio 2007-2008 à taxa média de 6,6% — acima da esperada para o crescimento do PIB mundial, de 5.0% ao ano.

Gráfico 1.1: Taxas de crescimento do PIB mundial e médias móveis quinquenais, 1980-2008 (%)



Uma explicação parcial para o sucesso recente está em que o comércio internacional desenvolveu novas modalidades de negócio, facilitadas pela revolução de produtividade permitida pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Outro aspecto relevante está na proliferação de acordos bilaterais, os quais têm permitido ampliar os fluxos de comércio devido à maior facilidade de concordância entre um número menor de partes, relativamente aos acordos multilaterais.

Como observação adicional, note-se que a previsão de inflação mundial — nas projeções do FMI — para o biênio 2007-2008 é inferior à

registrada para quase todos os demais anos da década em curso. Isso destoa dos alertas feitos recentemente por diversos analistas (e pelo próprio *Bank for International Settlements – BIS*), no sentido de que a forte demanda por *commodities* tem gerado aceleração da inflação em escala global. A elevação do preço desses produtos vendidos em larga escala, por um lado, beneficiou países exportadores nesse segmento, mas, por outro, tem gerado problemas inflacionários nas economias centrais (normalmente importadoras). Dessa forma, como medida de ajuste, as taxas de juros internacionais se elevaram até o começo da fase de turbulência provocada pela crise imobiliária nos EUA. No entanto, esses movimentos não prejudicaram os fluxos de recursos para os países em desenvolvimento de forma significativa, até o presente.

O excepcional nível de liquidez internacional também é estimulado por inovações financeiras possibilitadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. O contínuo desenvolvimento dos mercados de derivativos e de capitais, via criação de novos produtos e melhoria dos controles de risco, concorreu para manter baixas taxas de juros no passado recente e impulsionou o fluxo internacional de capitais. Tanto o capital financeiro quanto o capital para investimento direto têm se destinado às regiões e atividades com maiores oportunidades de ganho.

A tabela 1.1 apresenta as principais características da economia mundial utilizadas na elaboração do cenário brasileiro. Destaque-se a redução gradual do crescimento e comércio mundial nos próximos anos. A magnitude dessa redução é modesta, como se observa, acompanhando a idéia de que tem sido possível atravessar a desaceleração da economia norte-americana gradualmente e sem maiores traumas.

Tabela 1.1 — Crescimento projetado do PIB e do comércio mundiais e inflação nos EUA 2006 a 2011 (%)

	2006	2007	2008	2009-11
PIB mundial	5,4	5,2	4,8	4,5
Comércio (importações)	9,1	6,4	7,1	6,8
PIB-EUA	2,9	1,9	1,9	2,8
Inflação EUA (consumidor)	3,2	2,7	2,3	2,0

Fonte: FMI, WEO (outubro/07) para o PIB mundial, Comércio e PIB dos EUA; para os demais, resultados observados e estimativas próprias

Para o futuro, o que se espera é que a fase de desaceleração do crescimento dos Estados Unidos seja suave e curta, apesar do ajustamento do mercado financeiro à crise do setor imobiliário. E que haja desaceleração gradual na China, onde o crescimento vem sendo acompanhado de pressões inflacionárias nos preços ao consumidor (cuja taxa dobrou desde o início do ano passado). As previsões são de desaceleração do PIB mundial dos 5,2% de 2007 para 4,8% estimados para 2008 — portanto, pouco abaixo dos 5,4% de 2006 — para uma média de 4,5% no triênio 2009-2011. O desempenho do comércio mundial, medido pelo ritmo das importações, acompanha o nível de atividade, mas de modo amplificado. A tendência é de crescimento ainda forte no quadriênio do PPA, mas menor do que no quadriênio 2004-2007.

Mesmo reconhecendo que este é um cenário moderado, ele embute riscos visíveis de duas ordens. Em primeiro lugar, como já mencionado, uma desaceleração mais brusca da economia norte-americana é possível, como resultado de uma crise financeira gerada pela inadimplência de parte substancial das hipotecas. Os efeitos seriam sentidos especialmente por inadimplementos em série de fundos financeiros seguidos de redução dos fluxos de capital de risco e de empréstimo para os países emergentes por precaução. A magnitude dessa redução é imprevisível, mas seus efeitos mais imediatos seriam percebidos pela redução dos fluxos de capital para o Brasil com implicações para a taxa cambial e os financiamentos. Dada a relação confortável das reservas cambiais brasileiras, os resultados não seriam tão severos pelo lado financeiro. Pelo lado real é de se prever, nessa eventualidade, uma diminuição do comércio como resultado da redução do nível de atividade econômica mundial. Além disso, os investidores parecem ainda não ter totalmente internalizado a corrente desaceleração econômica dos EUA e o grave problema de sustentabilidade de sua conta corrente — cujos déficits deverão situar-se em torno de 6% ao ano nos próximos dois anos. Por outro lado, a lenta desvalorização do dólar norte-americano tem agido no sentido de suavizar essa situação sem provocar maiores traumas na economia internacional.

O segundo risco mais previsível viria de uma aceleração da inflação mundial, especialmente nos países asiáticos importadores líquidos de produtos e matérias-primas alimentares e seus efeitos mais

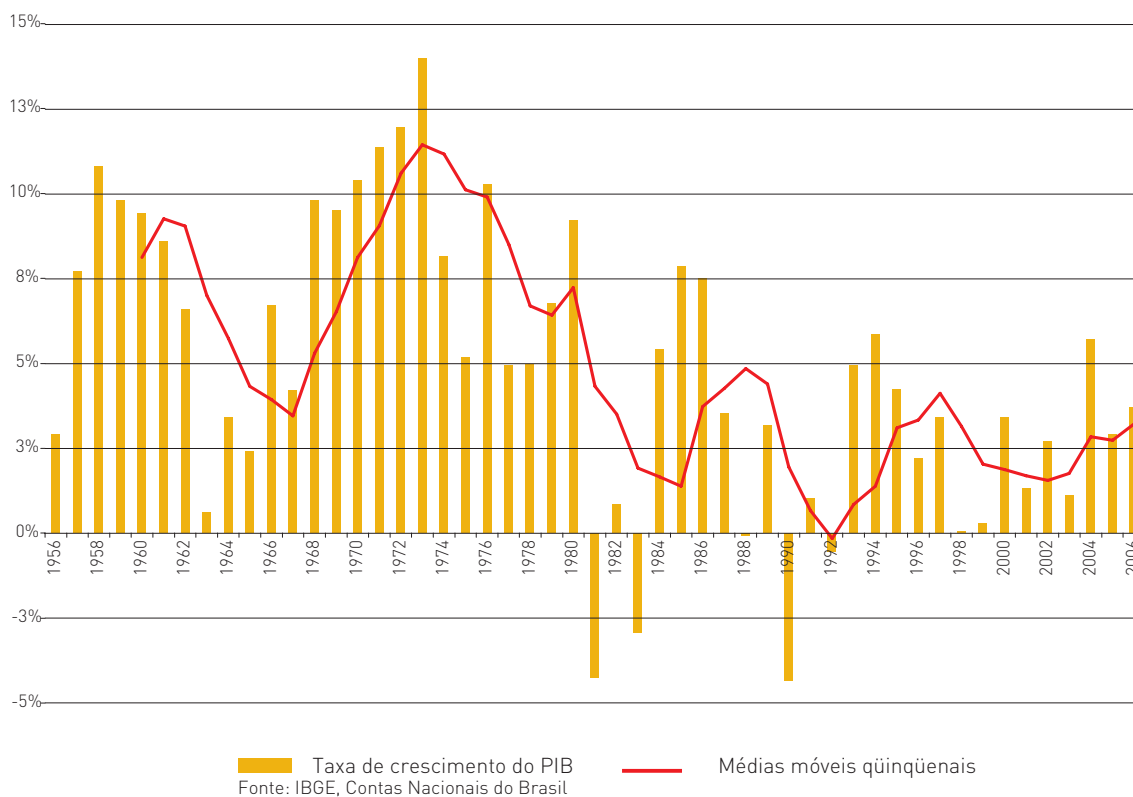
imediatos sobre o nível de atividade naqueles países. Os preços das principais *commodities* (com destaque para os produtos siderúrgicos), combustíveis e produtos alimentares sofreram forte elevação depois de 2004 (superiores aos aumentos anteriores), devido aos aumentos de demanda dos países asiáticos em condições de uma oferta menos elástica do que seria desejável. Isso gerou pressões inflacionárias especialmente nos países mais pobres, nos quais a cesta de consumo da população é relativamente mais concentrada nos alimentos. O caso da China é emblemático: com a forte aceleração dos preços ao consumidor no ano em curso e o robusto crescimento do nível de atividade, a reação das autoridades responsáveis pela política econômica tem sido a de elevar — até aqui gradual e lentamente — as taxas básicas de juros. Mas isso não provocou, até o presente, nenhum efeito perceptível sobre o crescimento do produto naquele país.

Além daquelas associadas à redução do crescimento mundial, outras incertezas subsistem a médio prazo no que toca aos rebatimentos sobre o plano doméstico: (I) a insuficiência da oferta de energia para sustentar o crescimento da produção a taxas mais elevadas do que as experimentadas nos últimos anos; (II) a fraca expansão da oferta interna de bens, dado o tímido comportamento dos investimentos até o presente, que pode gerar pressões inflacionárias pelo esgotamento das margens de capacidade ociosa na produção. Isso poderia ser parcialmente resolvido pelo atendimento da demanda doméstica com importações. Mas esse processo não é trivial, dependendo das escalas e da diversificação setorial em que possa ocorrer. As infra-estruturas portuária, de transporte e de distribuição podem não comportar os volumes adicionais de carga requeridos.

1.3 A economia brasileira e os principais parâmetros macroeconômicos

O desempenho recente da economia brasileira autoriza a assunção de algum otimismo quanto ao futuro, especialmente se cotejado com a *performance* média do último quarto de século. Isso se depreende do gráfico seguinte, que apresenta as taxas de crescimento de longo prazo do PIB do Brasil e sua média móvel quinquenal.

Gráfico 1.2: Brasil – Taxas de Crescimento do PIB e Médias Móveis Quinquenais, 1956-2006 (%)



Observe-se que no último quadriênio apresentado no gráfico (2003-2006) o PIB cresceu à taxa média de 3,4% ao ano, mercê das favoráveis condições internacionais e da política macroeconômica herdada do período anterior. Enquanto na longa década perdida de 1981-92 o País cresceu apenas a 1,4% anuais, em média, na década 1993-2002 o crescimento médio dobrou para 2,8% ao ano, apesar do contexto internacional desfavorável decorrente das crises do México, Ásia, Rússia e América Latina.

As projeções mais recentes de crescimento do PIB situam-se em torno de 5% para 2007 e da mesma ordem de grandeza para 2008. Caso essas projeções se concretizem, o país terá alcançado uma média de crescimento próxima a 4,5% ao ano no quinquênio 2004-08. Não chega a ser um desempenho brilhante tendo em vista as potencialidades ainda não devidamente exploradas. Entre estas se destaca a taxa de formação bruta de capital fixo que, situando-se presentemente na casa dos 17-18% do PIB, é muito baixa para garantir crescimento mais acelerado.

Se aceitarmos as premissas de um cenário internacional favorável para os próximos anos, em que o produto e o comércio internacional continuam crescendo — embora menos do que no passado recente —, os preços das commodities exportadas pelo Brasil se manterão elevados, mas inferiores ao atualmente observado. Isso permitirá, apesar do câmbio ainda valorizado que se antevê para o próximo par de anos, uma folga na balança comercial com equilíbrio na conta corrente ou, até mesmo, pequeno superávit nos anos iniciais deste PPA. Os ingressos de investimento direto do exterior continuarão altos nesse contexto, colocando mais pressão no sentido de apreciação da moeda nacional. Além disso, o Brasil caminha para obter o *investment grade*, o que tende a intensificar o influxo de capital do exterior e a pressão sobre a cotação cambial doméstica.

Da mesma forma, a excepcional liquidez da economia internacional observada nos últimos anos também poderá continuar, pelo menos no biênio 2007-2008, mas com maior aperto de crédito em relação aos anos recentes a partir do momento atual. Isso ainda configura um quadro favorável para a economia brasileira, com poucas ameaças aparentes no âmbito externo. De fato, como assinalado, a principal restrição ao crescimento brasileiro é de oferta, na medida em que os investimentos produtivos não têm crescido às taxas que seriam necessárias para viabilizar o crescimento da capacidade de produção a taxas mais elevadas do que as recentemente observadas. A continuar com essas taxas, as pressões inflacionárias poderão se fazer sentir.

Os resultados de 2007 e os dados referentes à produção e importação de bens de capital indicam elevação da taxa de investimento e, em consequência, um ligeiro aumento do produto potencial, o que tende a minorar os riscos de uma aceleração da inflação por essa via. Persistem, no entanto, os riscos de desaceleração associados ao estrangulamento da infra-estrutura física e, muito particularmente, à possibilidade de a oferta de energia não se expandir às taxas que seriam necessárias para satisfazer a uma demanda que cresce com o aumento do nível de atividade doméstica.

Desse modo, adotou-se para os parâmetros da economia brasileira um cenário em que os choques monetários e de risco são compatíveis com valores relativamente baixos de inflação e de uma trajetória de juros reais decrescentes. Essa hipótese de consolidação da inflação e dos juros em patamares baixos deriva da convicção de que a inflação está sob

controle. Mas os juros reais ainda estão elevados, cabendo reduzi-los. Em linha com esta visão, supõe-se uma trajetória de redução do prêmio de risco e do endividamento público. Com isso, a implementação de uma política de controle da inflação se torna factível mesmo com juros reais menores. Em particular, considera-se que a inflação vá alcançar taxas da ordem de 4% ao ano no quadriênio 2008-2011. Os juros nominais também se reduzirão paulatinamente, podendo chegar no triênio 2009-2011 ao nível de 10% ao ano. A tabela 1.2 retrata essas hipóteses. Dela resulta uma trajetória para o crescimento do PIB real em que à taxa de 5,2% para 2007 segue-se uma pequena redução para a média de 4,5% no triênio 2009-2011.

TABELA 1.2 Variáveis básicas do cenário nacional (%)

	2006	2007	2008	2009-2011
PIB	3.8	5.2	5	4,5
Juro nominal (SELIC)*	13,25	11.25	10	10
Inflação (IPCA)*	3,1	3,7	4	4
Juro real *	9,8	7.3	5,8	5,8

* fim de ano
Fonte: Equipe do PPA.

Um dos nós que estrangulam o crescimento do Brasil situa-se na evolução das contas públicas, dada a elevada carga tributária do País. O nível da carga tributária é uma decisão crucial de política econômica. Outra variável crucial é o nível do superávit primário. Em princípio, o governo poderia determinar livremente essas duas variáveis. Contudo, há dois fatores que restringem sua ação. De um lado, reduções excessivas do superávit primário poderiam implicar aumento indesejado da dívida pública, a menos que haja redução nos gastos correntes e, ou, de capital. De outro lado, a existência de despesas governamentais obrigatórias limita reduções da carga tributária quando o superávit é mantido constante. Dada a importância de manter-se uma dívida líquida sob controle, a ênfase da política fiscal deveria focar o lado dos gastos.

Nessa linha, uma hipótese prudente para a política fiscal no futuro deveria contemplar: (I) redução das transferências; (II) diminuição dos pagamento dos juros sobre a dívida pública com a redução gradual da taxa Selic; e (III) redução também gradual na taxa de crescimento das

despesas primárias de modo a gerar espaço para investimentos públicos em infra-estrutura. É importante levar em conta que a acumulação de capital — vale dizer, os níveis de investimento necessários para a sustentação do crescimento — é fortemente influenciada pela evolução da carga tributária e dos investimentos públicos, pois a carga tributária reduz a lucratividade de projetos produtivos e, portanto, a acumulação de capital. Os investimentos públicos em infra-estrutura têm efeito oposto: melhorias na infra-estrutura facilitam as outras atividades econômicas e assim criam incentivos para maior acumulação de capital produtivo.

A trajetória desejável vai contra a tendência recente, em que a estrutura das despesas do governo tem revelado aumento do consumo compensada por reduções no investimento público.

No que toca ao setor externo, mais especificamente à balança comercial, estima-se que os resultados serão menos elevados do que no passado recente já a partir de 2007. Ainda assim, prevê-se que a balança comercial permanecerá superavitária até 2011. No que se refere à balança de transações correntes, prevê-se também uma redução, embora sem causar impactos significativos na vulnerabilidade externa da economia brasileira.

A taxa de investimento da economia estará a maior parte do tempo entre 18% e 20%, ainda baixa para as necessidades de geração de empregos de boa qualidade na economia brasileira. Para um país que pretende crescer mais rápido, essa é uma limitação preocupante. Seria desejável um ajuste fiscal baseado na redução do consumo do governo concomitantemente com aumento do investimento governamental. No âmbito estadual, como veremos, essa preocupação é claramente reconhecida, ao mesmo tempo em que os desafios de construção de uma infra-estrutura física de qualidade são enfrentados.

Em resumo, as premissas adotadas, das quais decorrem as projeções — algumas qualitativas — neste PPA, são as seguintes:

1. A economia internacional continuará crescendo, mas com taxas menores do que as registradas nos últimos quatro anos. Isso resulta principalmente da evolução nos EUA e nos países asiáticos, com destaque para a China;

2. A economia dos Estados Unidos está em processo de desaquecimento desde o começo de 2006, em grande parte decorrente da correção nos preços do mercado imobiliário.

3. Para a economia brasileira, a manutenção do cenário de valorização cambial gerará contribuição do setor externo negativa para o crescimento no período do PPA, assim como ocorreu em 2006. Um corolário disso é que a indústria de transformação paulista poderá ser prejudicada pelo aumento das importações resultante da apreciação cambial e do crescimento da demanda de consumo;

4. A redução da taxa de juros e a obtenção do *investment grade* impulsionarão o investimento privado;

5. Haverá melhor qualidade no gasto público, com aumento das despesas em investimentos públicos em infra-estrutura. Estima-se que as reduções do gasto público em relação ao PIB serão modestas durante a maior parte do período deste PPA;

Os riscos de não-realização desse cenário decorrem principalmente, como já assinalado, de duas fontes: (I) gargalos da infra-estrutura, principalmente na oferta de energia; (II) possibilidade de desaceleração global mais brusca que o esperado da economia, do comércio e das finanças internacionais.

1.4 A economia de São Paulo: desenvolvimento recente

Como não poderia deixar de ser, dada a grande participação de São Paulo no total da atividade econômica do país, o desempenho da economia paulista nas duas últimas décadas se assemelha ao da economia brasileira, mostrado anteriormente no gráfico 1.2. O crescimento médio observado entre 1985 e 2004 chegou a 2% ao ano, por causa das reduzidas taxas de crescimento do nível de atividade nos períodos compreendidos entre 1987 e 2002 e entre 1998 e 2003, como se observa no gráfico 1.3.

Gráfico 1.3: São Paulo – Taxas de crescimento do PIB estadual, 1986-2004 (%)
- PIB total e PIB per capita e Médias móveis quinquenais



Fonte: IBGE, Contas regionais.

Assim, além da perda de produção na fase de superinflação e de-sarranjo macroeconômico, a desaceleração do crescimento desde o final da década de 1990 atingiu a atividade econômica do Estado de forma intensa, como se depreende do gráfico. De fato, tanto as taxas médias de crescimento do PIB quanto as do PIB *per capita* mostram forte redução depois de 1997 e até 2003. No caso do PIB *per capita* observam-se taxas médias negativas entre 2001 e 2003, a exemplo do que se registrou entre 1990 e 1992, mas com menor intensidade em período mais recente.

Tabela 1.3 Estado de São Paulo – Estrutura do valor adicionado bruto por setores e atividades, médias 1985-87 e 2002-04 (%)

Valor adicionado bruto por setores e atividades*	Media 1985-1987	Média 2002-2004
Agropecuária	4,49	7,35
Indústria	54,22	43,65
Extrativa mineral	0,03	0,01
Transformação	46,65	34,63
Serviços de eletricidade, gás e água	2,41	3,21
Construção civil	5,13	5,79
Serviços	41,29	49,00
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	8,86	6,51
Alojamento e alimentação	0,90	1,30
Transportes e armazenagem	1,90	1,72
Comunicações	0,88	2,60
Instituições financeiras	13,34	9,98
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	5,70	13,19
Administração pública, defesa e seguridade social	6,85	9,92
Saúde e educação mercantis	1,80	2,14
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,59	1,09
Serviços domésticos remunerados	0,47	0,55
TOTAL	100,00	100,00

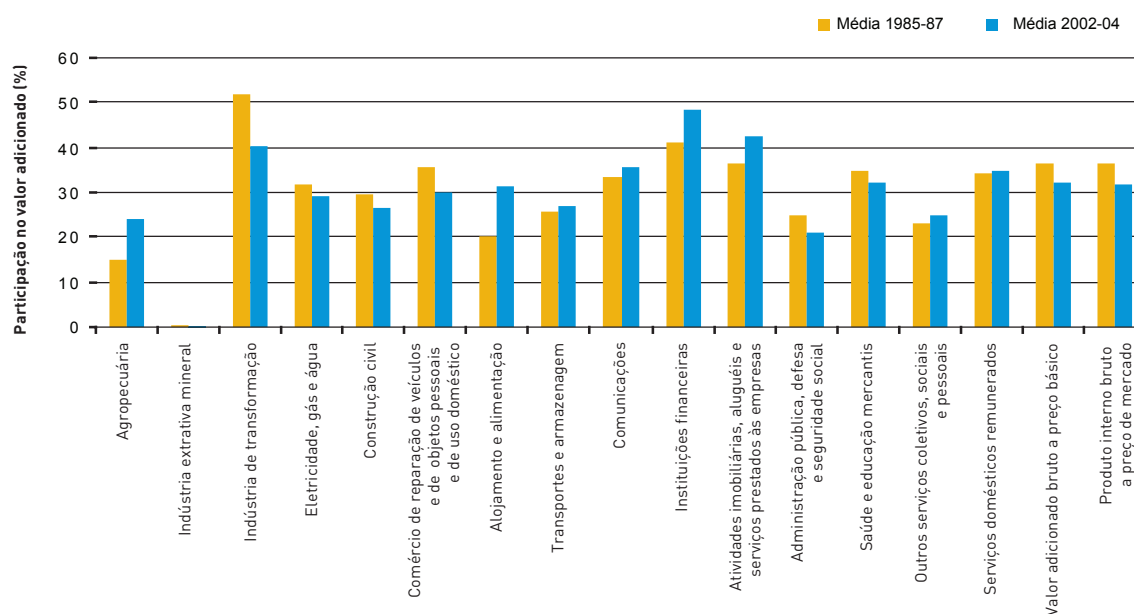
Fonte: IBGE, Contas regionais
*Valor adicionado bruto a preço básico corrente

Esse desempenho se refletiu, na última década e meia, em mudanças muito intensas nos setores e atividades que compõem a estrutura produtiva de São Paulo. Isso é mostrado na tabela 1.3, onde se destacam: (I) o forte ganho de participação do setor agropecuário, beneficiado, pelo lado da oferta, pelos ganhos de produtividade advindos da modernização, e pela forte demanda externa por commodities agrícolas e outros produtos da agropecuária; (II) igualmente forte perda da indústria, concentrada na Indústria de Transformação (que perde cerca de 12 pontos percentuais de peso no VA do estado) como resultado da diversificação espacial da produção e da política econômica na-

cional; (III) ganho na participação dos serviços, fortemente concentrado nas atividades modernas de Comunicações, Atividades Imobiliárias e Administração Pública.

Essas mudanças implicaram, modificações no peso que a economia paulista tem em relação à economia do país. Esse aspecto é retratado no gráfico 1.4, que permite os seguintes comentários.

Gráfico 1.4: Participação do Estado de São Paulo no valor adicionado bruto do Brasil* por atividades econômicas, médias 1985-87 e 2002-04 (%)

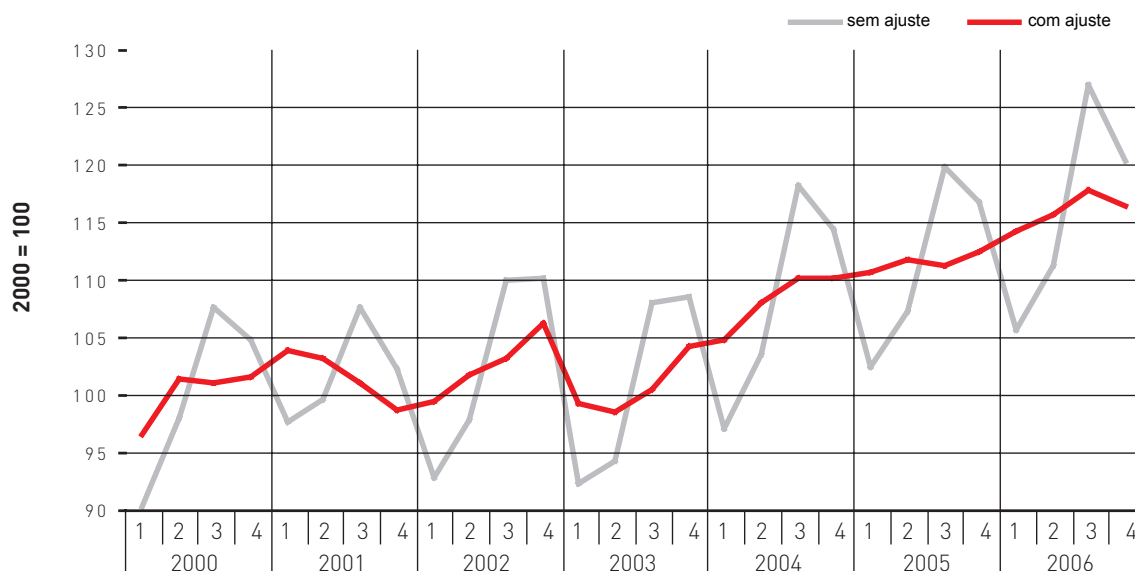


Fonte: IBGE, Contas regionais.

*Valor adicionado bruto a preço básico corrente

A perda de participação mais notável é a que diz respeito à indústria de transformação. De fato, respondendo por cerca de 52% do total nacional em meados dos anos 1980, a indústria paulista chegou no começo do século 21 a representar apenas 40% da indústria no Brasil (2004). Outro destaque notável é o ganho da agropecuária, que passa de 15% para 24% no mesmo período. Entre os demais aspectos positivos destacam-se: (I) os serviços das instituições financeiras, que aumentaram de 41% a 48% do produto gerado por este setor no Brasil; (II) as atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, nas quais São Paulo passou de 36% para 42% do total brasileiro; (III) os serviços de comunicações, onde a participação passou de 33,6% para 35,6%; (IV) os serviços de alojamento e alimentação, que passaram de 20% a 31% do total do país; (V) os serviços de transportes e armazenagem, que aumentaram de 25,8% para 27,2% do produto gerado por esse setor no Brasil.

Gráfico 1.5: São Paulo – Evolução do PIB trimestral com e sem ajuste sazonal, 2000-2006



Fonte: Seade

Como resultado dessas mudanças, a participação de São Paulo na atividade econômica nacional diminuiu de 36,5% do PIB a preços de mercado na média do triênio 1985-87 para 31,8% na média do triênio

2002-04. Os resultados apresentados nesta seção estão baseados na metodologia do sistema de contas nacionais vigente até 2007 e os resultados relativos aos anos posteriores a 2004 revelarão, quando disponíveis as contas regionais com a nova metodologia, aumento da participação de São Paulo no total do país, em razão das características da estrutura industrial do Estado.

Na ausência dessas informações mais recentes do sistema de contas regionais é possível recorrer às estimativas do nível de atividade da economia paulista elaboradas pela Fundação Seade. Os cálculos para o PIB trimestral estimado para o Estado permitem confirmar a forte recuperação da atividade econômica desde meados de 2003. Isso está mostrado no gráfico 1.5, cujos dados cobrem o período que vai do começo de 2000 ao final de 2006 e mostram as séries de evolução do PIB paulista com e sem ajuste sazonal (produção física).

Deve-se enfatizar que o PIB paulista cresceu a quase 1,4% a cada três meses entre o segundo trimestre de 2003 (quando a recuperação se inicia) e o segundo trimestre de 2006, superior ao restante do Brasil. Essa evolução aponta para uma taxa de crescimento anual de quase 6% nos últimos três anos, até 2006.

1.5 Dinâmica demográfica de São Paulo: mudanças e desafio econômico

Uma variável importante na identificação das forças que impulsionam a economia e atuam nas condições de vida da população é a dinâmica demográfica, entendida como as transformações no ritmo de crescimento e na estrutura da população. No que toca ao Estado de São Paulo essa mudança é especialmente relevante pelas oportunidades que abre, bem como pelos desafios que coloca para as políticas públicas. Nesse sentido, os gráficos a seguir mostram como dois dos mais importantes fatores desse processo têm atuado no Estado de São Paulo no período recente: (I) a **taxa de fecundidade** – número médio de filhos por mulher – em acentuada redução; e (II) a **expectativa de vida** ao nascer, em ascensão. O movimento migratório, cujo dimensionamento é mais complexo, também tem peso importante nessa dinâmica, mas seu impacto é hoje bem menor que no passado.

Em consequência dessas tendências, a taxa de crescimento da população do Estado de São Paulo diminuiu de 3,5%, na década de 1970, para 1,8%, na de 1990, e deverá chegar a apenas 1,4% entre 2000-2010. A parcela da população paulista com menos de 15 anos reduziu-se de 39,6% para 26,3%, entre 1970 e 2000, e prevê-se que chegue a 23,3%, em 2010. Por sua vez, a expectativa de vida ao nascer aumentou de 62,6 anos, em 1970, para 71 anos em 2000 e prevê-se que atinja 75 anos, em 2010.

Gráfico 1.6 – Taxas de fecundidade e esperança de vida ao nascer, Estado de São Paulo (1970-2000)

Gráfico A
Taxa de fecundidade total (1)
Estado de São Paulo 1970-2000

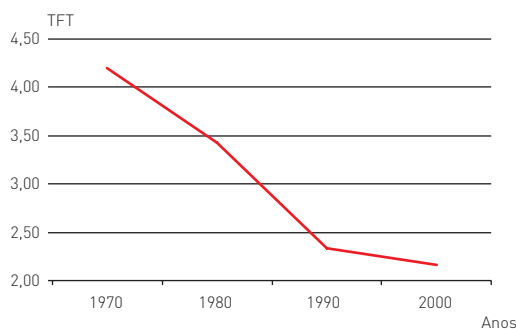
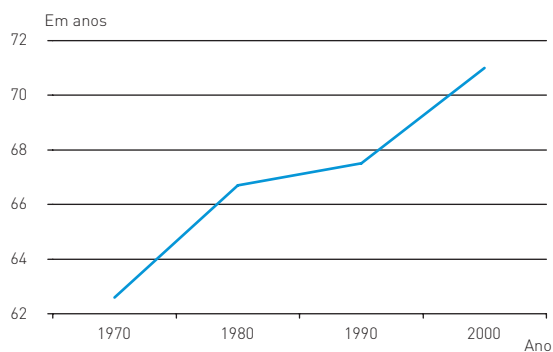


Gráfico B
Esperança de vida ao nascer
Estado de São Paulo 1970 - 2000



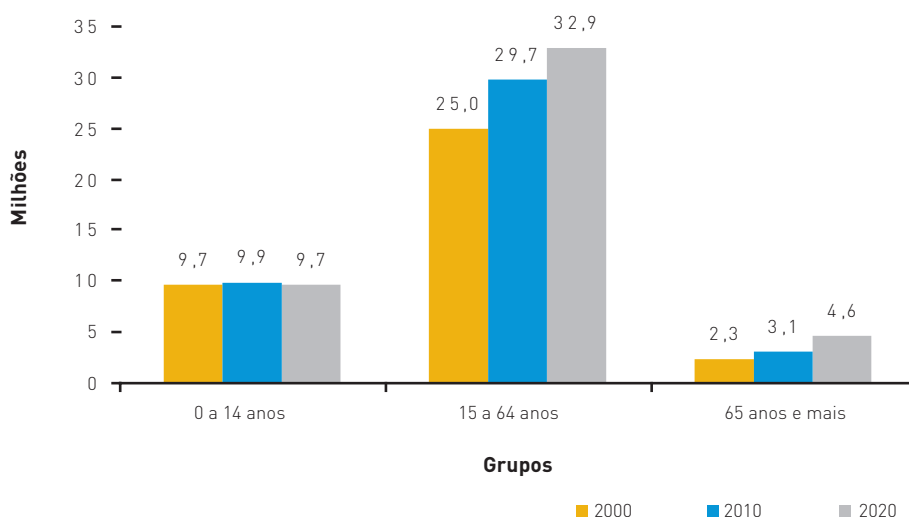
Fonte: Fundação Seade

As implicações dessas projeções são distintas para o desenho das políticas sociais e econômicas. São Paulo passa por um momento em que não só a razão de dependência – definida como a razão entre a população inativa (soma das pessoas com até 15 anos e com mais de 65 anos de idade) pela população potencialmente ativa (entre 15 e 64 anos) – deverá diminuir de 48% para 43,7%, entre 2000 e 2010, como também sua composição deverá mudar. Espera-se que a razão entre a população jovem e aquela em idade ativa passe de 38,9% para 33,4%, enquanto a razão equivalente para a população com mais de 65 anos aumente de 9,1% para 10,3%, nesse período. O gráfico 1.7 mostra a expansão dos contingentes populacionais por faixa etária entre 2000 e as

projeções para 2010 e 2020. Observa-se que a população jovem tende a manter-se próxima dos 10 milhões de pessoas no final da próxima década e da seguinte. Já a população de 15 a 64 anos, que constitui a maior parte da força de trabalho potencial, aumentará dos 25 milhões observados em 2000 para 29,7 milhões estimados em 2010 e para 32,9 milhões em 2020 revelando, nessas duas décadas, uma taxa de crescimento média de 1,4% ao ano. Os idosos (65 anos e mais) são o grupo que mais deverá crescer, em termos relativos: taxas de variação de 3,1% ao ano, entre 2000 e 2010, e de 4,2% entre 2010 e 2020.

Da perspectiva social, é uma mudança de perfil oferecida pela demografia, porque a menor pressão de crescimento no número de crianças e, portanto, da demanda por novos equipamentos, abre mais espaço para investimentos na melhoria dos já existentes e na qualidade do atendimento. Por outro lado, embora seja significativo o crescimento da população idosa, seu número absoluto é ainda pequeno, mas permite planejar a garantia de seu atendimento futuro.

Gráfico 1.7: População residente por grupos etários no Estado de São Paulo, 2000-2010



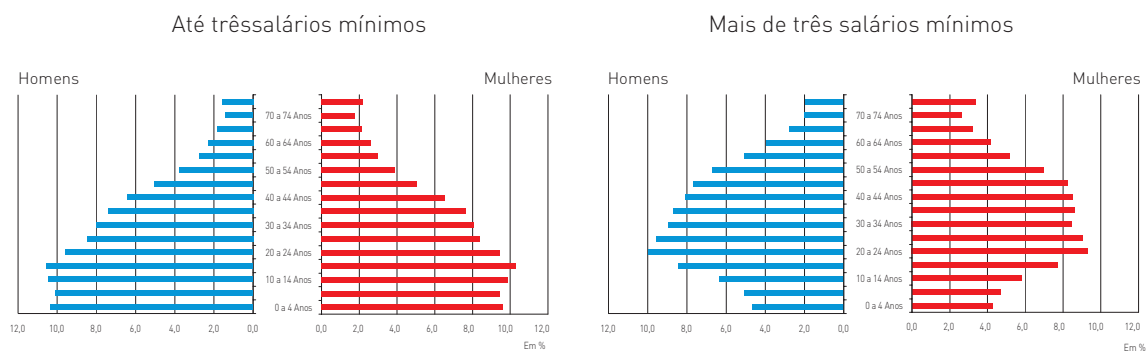
Fonte: Fundação Seade.

Em contraste, do ponto de vista da dinâmica econômica o desafio é grande e grave. Além de questões de natureza previdenciária, a mudança do perfil etário da população paulista tem fortes impactos sobre a necessidade de oferta crescente de postos de trabalho, em ritmo su-

ficiente para incorporar, além do estoque de desempregados, os novos ingressantes no mercado de trabalho, especialmente os jovens.

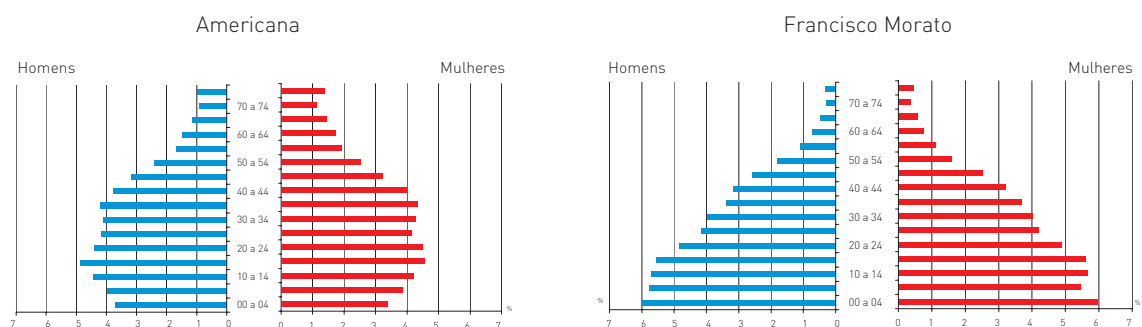
A despeito dessas tendências gerais da dinâmica populacional, as estruturas demográficas no Estado de São Paulo ainda são heterogêneas segundo condição socioeconômica e espaço territorial. Tal heterogeneidade ao mesmo tempo em que reflete essas desigualdades é um dos fatores que levam à sua reprodução. De modo geral, pode-se constatar que quanto maior a pobreza, mais jovem é a população e maior o seu crescimento (gráfico 1.8). Por seu turno, as estruturas etárias – e, por conseqüência, as demandas sociais a elas associadas – são também diferentes em termos regionais. O gráfico 1.9 exemplifica essa distinção a partir dos casos de dois municípios paulistas.

Gráfico 1.8: Estado de São Paulo - Pirâmide etária da população residente, por renda familiar *per capita*, 2000



Fonte: Dados brutos: IBGE - Censo demográfico 2000. Elaboração: Fundação Seade.

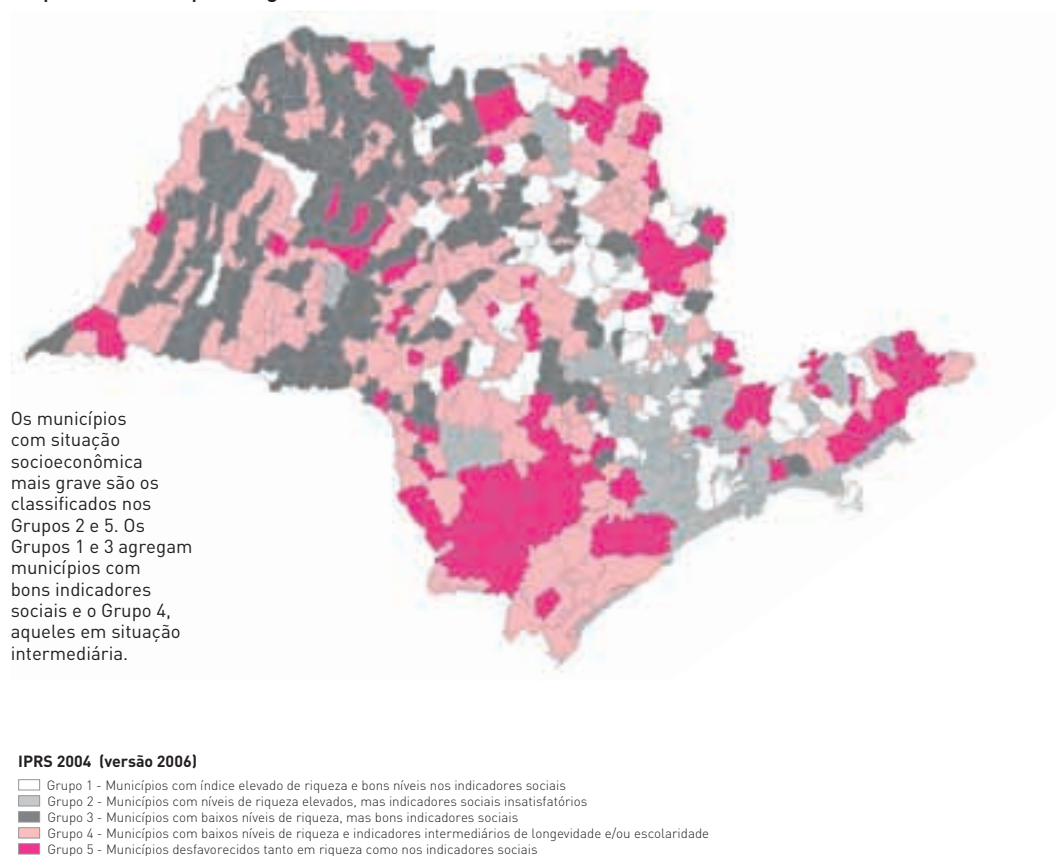
Gráfico 1.9: Pirâmide etária da população residente, por sexo, municípios de Americana e Francisco Morato, 2000



Fonte: Fundação Seade

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que mede a heterogeneidade e a evolução socioeconômica dos municípios paulistas revela que, embora tenham ocorrido importantes avanços na grande maioria deles, a heterogeneidade persiste. Além disso, mostra grande regularidade na distribuição espacial dos municípios segundo sua situação socioeconômica (mapa 1.1).

Mapa 1.1: Municípios segundo o IPRS 2006



Fonte: Fundação Seade – Alesp

Segundo o IPRS, os municípios do entorno das três metrópoles paulistas e outros, localizados em áreas relativamente delimitadas, destacam-se como aqueles cuja situação socioeconômica é mais grave. Note-se que o IPRS utiliza médias municipais para compor esses grupos. Com isso, heterogeneidades internas aos municípios, sobretudo nos de maior porte, tendem a ser encobertas pelos indicadores médios. Para identificar áreas intra-urbanas que abrigam segmentos

populacionais socialmente vulneráveis, a Fundação Seade, também em parceria com a Alesp, desenvolveu o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS). Esse indicador constitui ferramenta importante para subsidiar a complementação de ações nessas áreas e vem sendo utilizado por diferentes secretarias estaduais.

1.6 Desempenho das finanças públicas do Estado de São Paulo

O esforço de ajuste fiscal que o Estado de São Paulo vem fazendo desde 1995 se manifesta inequivocamente pelo orçamento equilibrado: enquanto em 1993 o déficit orçamentário correspondia a 25,6% da receita total, em 1996 já havia sido revertido para uma situação de equilíbrio, registrando pequenos superávits orçamentários. É importante registrar que esse ajuste foi feito sem prejuízo de programas e projetos importantes para o desenvolvimento do Estado. O governo continuará a enfrentar no período deste PPA um conjunto de difíceis desafios, entre os quais se destacam, na área tributária e fiscal, os seguintes: (I) manter o equilíbrio fiscal de forma sustentável ao longo do tempo; (II) ampliar a arrecadação para fazer face aos gastos necessários ao desenvolvimento do Estado, sem elevar a carga tributária individual; (III) equacionar a dívida com o Tesouro Nacional, o INSS, da previdência dos servidores e a situação dos precatórios; e (IV) dar mais qualidade ao gasto público, melhorando as condições de governança.

Diversos passos para a superação desses desafios no campo tributário e fiscal vêm sendo tomados pela atual administração. Para o futuro, esses obstáculos à boa governança no campo fiscal continuarão a ser enfrentados com a mesma disposição e discernimento que têm caracterizado as ações do governo estadual nessa área no ano em curso. É oportuno listar as principais ações – tanto de curto como de longo prazo – no campo da gestão tributária que tem permitido obter os resultados registrados pelo Estado. No que tange às primeiras destacam-se:

- Redução da despesa com cargos em comissão;
- Levantamento de haveres e dívidas do Estado;
- Suspensão temporária de admissão e contratação de pessoal;

- Reavaliação e renegociação de contratos;
- Recadastramento de servidores ativos;
- Alienação do direito de exclusividade de pagamento da folha de salários;
- Contingenciamento de despesas.

Entre as medidas, cujos efeitos se farão sentir no médio e longo prazo, destacam-se:

- Obrigatoriedade do pregão eletrônico;
- Inversão das fases da licitação (PL 18/07);
- Avaliação das participações societárias do Estado (Decreto nº 51.760 de 17/4/07);
- Instituição do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS e dos demais tributos e taxas do Estado;
- Autorização para contratação de novas operações de crédito;
- Instituição do Cadastro Informativo de Créditos não-quitados de órgãos e entidades estaduais (Cadin Estadual) (PL 392/07);
- Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal - Nota Fiscal Paulista (PL 544/07).

Tabela 1.4 Receitas e despesas projetadas para o período do PPA
(R\$ milhões correntes)

	2008 - 2011
I. Receita Total	413.574,4
(-) Operação de Crédito e Receita Financeira	10.490,7
II. Receita Bruta	403.083,8
Transferências Federais	19.332,1
Receitas Próprias	383.751,7
III. Transferências a Municípios	86.552,6
IV. Receitas Líquidas	316.531,2
V. Despesas	295.588,7
VI. Resultado Primário	20.942,5
VII. Serviço da Dívida (Líquido)	29.312,4

Fonte: SEP e Secretaria de Fazenda.

As ações previstas neste PPA são concretizadas pela política de gastos e receitas do governo do Estado. Um resumo das projeções de receitas e despesas consolidadas do Estado de São Paulo, que representa a política do governo para o período do PPA, encontra-se na tabela 1.4.

1.7 Instrumentos adicionais de ação para o desenvolvimento: as Parcerias Público-Privadas

Como São Paulo não dispõe dos instrumentos de políticas públicas do Governo Federal, é preciso atuar de forma criativa, utilizando os instrumentos existentes, além do gasto público, para alavancar o crescimento da produção e a competitividade do nosso Estado. Nesse sentido, o Estado promoverá o uso das parcerias público-privadas (PPP's).

A origem desse instrumento está no sucesso das privatizações em âmbito nacional, que por sua vez inspirou sua aplicação nos Estados, incorporando as concessões de obras e serviços de utilidade pública à iniciativa privada.

As primeiras iniciativas do governo de São Paulo para estabelecer parcerias com o setor privado surgiram com o Decreto nº 40.000/95, que criou o “Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada na Prestação de Serviços Públicos e na Execução de Obras de Infraestrutura”. No ano seguinte o Programa Estadual de Desestatização — PED foi aprovado e sancionado e convertido na Lei nº 9.361/96, a chamada lei do PED. Diversas formas de participação da iniciativa privada sucederam-se sob a égide do Programa, combinando as seguintes situações: alienação direta de ativos, como empresas do setor elétrico, hotéis e balneários; venda de participações acionárias, através de ofertas públicas e aberturas de capital das estatais e concessão para a exploração de serviços públicos, como o de gás e rodovias.

Recentemente, o conselho diretor do PED aprovou a concessão para exploração da iniciativa privada do Trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, cujos recursos deverão ser utilizados na construção do Trecho Sul. O PED cumpriu os objetivos estratégicos esperados contribuindo, decisivamente, para o saneamento das contas estaduais, retomada do investimento público e desoneração do Estado, proporcio-

nando a desejada ampliação dos gastos nas áreas sociais. Não menos importante foi a construção de um novo ambiente de articulação entre o setor público e a iniciativa privada, que envolve repartição de riscos, cumprimento dos compromissos assumidos, criação de mecanismos para a solução negociada de conflitos, cujo cerne reside na confiabilidade dos contratos.

Esse processo abriu caminho para a adoção de novas modalidades de participação do setor privado, como é o caso das PPP's. Essa iniciativa aparece como consequência natural do processo de transformação do papel do Estado. Além disso, tendo-se reduzido o ritmo de venda e concessão dos ativos públicos considerados mais rentáveis, ela surge como alternativa para uma nova fórmula de estímulo às inversões privadas em importantes empreendimentos do setor público, cujo retorno torna possível o desenvolvimento de projetos e ações em áreas que dificilmente se viabilizariam economicamente apenas com base na cobrança de tarifa. A Lei nº 11.688 (19/5/2004) instituiu o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, consolidando-o num instrumento estratégico de apoio às políticas públicas expressas em cada Plano Plurianual.

A lei federal promulgada em 30 de dezembro de 2004, forneceu diretrizes gerais para o funcionamento das PPP's, inclusive no âmbito dos estados e municípios. Entre os limites e contornos a serem obedecidos, se incluem: o prazo mínimo dos contratos, entre 5 e 35 anos; vinculação da PPP à prestação de um determinado serviço; estabelecimento de um limite anual de gastos com contratos de PPP a 1% da receita corrente líquida; e o disciplinamento dos dois tipos de concessão. A lei federal acabou por restringir as Parcerias Público-Privadas aos contratos administrativos de concessão, executados mediante as seguintes modalidades:

- concessão patrocinada, definida pela concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado e
- concessão administrativa, definida pelo contrato de prestação de serviços de que a administração pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

O Programa Estadual de PPP, por sua vez, foi concebido em um ambiente de estrita obediência aos princípios de responsabilidade fiscal, condicionando os projetos de parcerias ao cumprimento dos seguintes pontos: elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro; demonstração da origem dos recursos para seu custeio; e comprovação de compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual. O programa estrutura-se a partir das seguintes instâncias:

- O Conselho Gestor do PPP, subordinado diretamente ao Gabinete do Governador, e composto por secretários e procurador-geral do Estado, é a instância colegiada responsável pela coordenação, avaliação e fiscalização de todo o programa;
- A Unidade de PPP, vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento, fornece apoio técnico para a coordenação do Programa;
- Companhia Paulista de Parcerias (CPP), estatal vinculada à Secretaria da Fazenda, com capital integralizado, atuando principalmente enquanto sistema de garantias para contratos de PPP.

Desde a constituição do programa, o governo do Estado de São Paulo desenvolve uma carteira de projetos de PPP que concorre para a consolidação das diretrizes estratégicas estabelecidas no PPA 2008-2011. Sua implantação possibilita: a liberação de recursos públicos para serem aplicados nas áreas sociais; a realização de investimentos de interesse público, tanto na infra-estrutura como na área social, com parte dos recursos advindos da iniciativa privada; a geração de impactos positivos na expansão do emprego e renda da região onde será implantado o empreendimento.

Além do mais, dada a proximidade de objetivos e a sinergia existente entre os programas PED e PPP, projetos que se iniciam com características de uma concessão tradicional podem evoluir para uma PPP, e vice-versa. Não por acaso o Conselho Gestor do PPP e o Conselho Diretor do PED têm basicamente a mesma composição.

Em que pesem os resultados positivos obtidos com a implantação do programa, novos desafios deverão ser enfrentados, o que implica oferecer soluções e avançar, buscando, particularmente: aprofundar o monitoramento dos projetos; estimular o surgimento de novas propostas; estreitar as relações entre PPPs e outras formas de participação

da iniciativa privada em projetos de interesse do Estado; consolidar a tramitação dos projetos de PPP no Estado; aperfeiçoar o instrumental de acompanhamento dos projetos desenvolvidos no âmbito dos programas de parceria.

Desenvolvimento e Eqüidade Social

Os objetivos centrais das políticas sociais do Estado de São Paulo consistem em reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida da população. Os esforços e recursos direcionados para o campo social nos últimos dez anos proporcionaram avanços significativos nesse sentido, como aferido pela Fundação Seade em seus Indicadores Sociais do Estado de São Paulo. No PPA 2008-2011, as iniciativas até agora implementadas serão reforçadas e aperfeiçoadas a fim de combater situações graves que ainda perduram em determinadas áreas do Estado, particularmente nas periferias das metrópoles.

A despeito da dimensão econômica do Estado de São Paulo, as condições sociais de sua população ainda apresentam disparidades: enquanto uma parcela apresenta condições sócio-econômicas equiparáveis às de países desenvolvidos, há grupos vulneráveis em termos econômicos e sociais. A superação dessas disparidades demanda que o Estado trabalhe na busca da eqüidade e da ampliação das oportunidades, como se almeja nos programas e ações deste PPA.

2.1 Educação

A grande prioridade estratégica de São Paulo na área social é a educação por tudo que ela significa para o desenvolvimento de cada cidadão, do nosso Estado e do Brasil. São Paulo já venceu o desafio da inclusão escolar: 98,6% das crianças de 7 a 14 anos e 90% dos jovens de 15 a 17 anos freqüentam a escola. O próximo desafio é o da qualidade do ensino. Para enfrentá-lo, o governo do Estado lançou em agosto deste ano, um novo Plano Estadual de Educação. Ele contempla os dez temas seguintes a serem cumpridos até 2010:

1. Todos os alunos de oito anos de idade serão plenamente alfabetizados. Como o aprendizado é um processo cumulativo, a alfabetização vai melhorar o aproveitamento dos estudantes em toda sua vida escolar futura.
2. As taxas de reprovação da 8ª série serão reduzidas pela metade.
3. O mesmo acontecerá com as taxas de reprovação do Ensino Médio.
4. Programas de recuperação de aprendizagem serão implantados nas séries finais de todos os ciclos (4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio).
5. Os índices de desempenho dos ensinos Fundamental e Médio nas avaliações nacionais e estaduais aumentarão 10%.
6. A demanda de jovens e adultos por Ensino Médio será 100% atendida, com oferta diversificada de currículo profissionalizante.
7. O Ensino Fundamental de nove anos será implantado, em colaboração com os municípios, com prioridade à municipalização das séries iniciais (1ª a 4ª séries).
8. As estruturas de tecnologia da informação do Estado e da Rede do Saber serão utilizadas para programas de formação continuada de professores, integrando as 5.300 escolas estaduais. As ações nesse campo incluirão avaliação de resultados; apoio à formação e ao trabalho de coordenadores pedagógicos e supervisores para reforçar o monitoramento das escolas; apoio ao trabalho do professor em sala de aula, em todas as delegacias de ensino; capacitação dos dirigentes de ensino e diretores de escolas com foco na eficiência da gestão administrativa e pedagógica do sistema.
9. O programa de alimentação escolar será descentralizado e/ou municipalizado nos 30 municípios ainda centralizados.

10. Será implementado o programa de obras e infra-estrutura física das escolas, visando a garantir condições de acessibilidade em 50% das escolas, para atender à demanda dos alunos com deficiência; construção, ampliação e reforma de unidades de apoio; construção de novas salas de aula; reforma e melhorias em prédios escolares; recuperação e cobertura de quadras de esportes; implantação de circuito interno de TV para melhorar a segurança em escolas da Grande São Paulo; 100 % das escolas com laboratórios de informática e de ciência; 100 % das salas dos professores com computadores, impressoras e ambiente de multimídia; atualização e informatização do acervo de todas as bibliotecas das escolas.

Todas essas ações representam a continuação dos esforços bem sucedidos em curso. Um resumo das iniciativas específicas do Estado nos diversos níveis de ensino é apresentado a seguir

Ensino Fundamental – A parcela de responsabilidade do Estado nesse nível vem diminuindo em função da ampliação da oferta pelos municípios. Mas o Estado de São Paulo ainda responde por 49% do atendimento, cabendo aos municípios 37,4% e à rede particular 13,6%. A implantação do ensino fundamental de nove anos, importante objetivo da política educacional do Estado, implica acelerar a municipalização, mantendo-se a supervisão por parte do governo estadual.

Ensino Médio – Em cumprimento aos dispositivos legais de universalização gradativa, de competência do Estado, a rede estadual vem ampliando sua parcela de responsabilidade na oferta desse nível de ensino, chegando a 85,2% em 2006, seguida pela particular com 13,9%, com a participação das redes federal e municipal inferior a 1%. Após período de intenso crescimento, o número de matrículas no ensino médio diminuiu nos dois últimos anos, sinalizando o esgotamento do sobre-fluxo de alunos nesse nível de ensino associado ao atendimento da demanda reprimida no passado.

As prioridades para os Ensinos Fundamental e Médio convergem para a busca da qualidade e promoção de maior equidade. Isto envolve a promoção de condições de sucesso escolar e engloba diretrizes identificadas em seis eixos: (I) Melhoria do Ensino Fundamental; (II) Melhoria do Ensino Médio; (III) Formação Continuada de Gestores e Professores;

(IV) Avaliação do Sistema Educacional, como processo indutor da melhoria da aprendizagem; (V) Tecnologia (fortalecimento de ações para inclusão digital da comunidade escolar); (VI) Melhoria da rede física.

Educação de Jovens e Adultos - O governo do Estado é o grande responsável pela oferta de escolarização para os que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos na idade apropriada. Em 2006, as redes públicas respondiam pelo atendimento de cerca de 1 milhão de pessoas .

Educação Especial - A legislação prevê que a oferta dessa modalidade de ensino ocorra preferencialmente no ensino regular – a chamada política de inclusão –, com atenção complementar, ou seja, com oferta de serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades dessa clientela. Em consequência disso o número de alunos atendidos em instituições especializadas ou classes especiais permaneceu estável nos últimos anos, com matrículas concentradas na rede particular, responsável por cerca de 65% dessa oferta.

Ensino Superior - O estado de São Paulo é um importante centro de produção e difusão do conhecimento, com universidades de altíssima qualidade, reconhecidas no país e no exterior. Nele se localizam cerca de 25% das instituições de ensino superior do Brasil e aproximadamente metade das localizadas na região Sudeste. São 540 instituições com 920 mil vagas para ingressantes e 430 mil alunos iniciando os cursos anualmente, 89% deles em instituições particulares e 11% nas públicas. Em 2004, havia no estado 17 mil pesquisadores doutores, o equivalente a 43 doutores por 100 mil habitantes. É quase o dobro da média nacional, que é de 26 doutores por 100 mil habitantes.

O número de estudantes teve um crescimento expressivo entre 1995 e 2006, passando de 578.908 para 1.268.976 estudantes. Esse acréscimo corresponde a uma taxa média de crescimento anual de 7,4% no período.

As prioridades do governo para o período do PPA são (I) ampliar a oferta de vagas e cursos superiores em áreas estratégicas utilizando, inclusive tecnologias e metodologias de Ensino a Distância, consubstanciadas na implantação da UNIVESP “Universidade Virtual

do Estado de São Paulo”, (III) apoiar a pesquisa científica e tecnológica, aperfeiçoando constantemente a qualidade da formação em graduação e pós-graduação; (III) ampliar o acesso de jovens egressos do ensino público, não somente enquanto meio de aumentar os horizontes profissionais, culturais e intelectuais de segmentos populacionais mais pobres, mas também com o objetivo de difundir o pensamento e o conhecimento científico; (IV) integrar a universidade com o mundo do trabalho, por meio da orientação dos jovens para estágios e para o mercado de trabalho; (V) aprimorar as ações de saúde promovidas pelos hospitais universitários.

Para tanto, valem destacar os programas **Promoção e Desenvolvimento do Ensino Superior** que engloba ações de bolsas de estudos, desenvolvimento de banco de dados do ensino superior, expansão e inclusão no ensino superior, cursinhos pré-vestibulares e adoção de escolas públicas estaduais e municipais pelas universidades e **Ensino Público Superior**, direcionado às ações de adequação da estrutura física das universidades e faculdades públicas estaduais, bolsas de estudo para pesquisas científicas e tecnológicas, apoio a congressos de especialidades, entre outras.

As funções voltadas para o ensino superior são exercidas em articulação e conjugação de esforços com as instituições envolvidas, observando sempre o respeito à autonomia universitária e às características específicas de cada universidade, com as seguintes entidades vinculadas:

- Universidade de São Paulo - USP;
- Universidade Estadual de Campinas - Unicamp;
- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp;
- Faculdade de Medicina de Marília - Famema;
- Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – Famerp.

2.2 Saúde

Os principais desafios da política de saúde do Estado de São Paulo são (I) aperfeiçoar a universalidade da atenção à saúde, (II) garantir a equidade e (III) reduzir as desigualdades existentes entre as diversas regiões e estratos da população. Para tanto, o governo concentrará seus esforços na ampliação da cobertura e na melhoria na qualidade do atendimento à população.

O processo de regulação do sistema de saúde brasileiro foi fortemente orientado para a descentralização por meio da municipalização das ações e dos serviços de saúde. No início dos anos 2000, foram tomadas medidas para organizar a atenção dos serviços regionais, de referência intermunicipal e de alta complexidade. A diretriz de regionalização dos sistemas como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade, por meio da elaboração do Plano Diretor de Regionalização (PDR), configura-se como a principal inovação para as secretarias estaduais da saúde.

As Diretrizes, Programas e Ações do Governo de São Paulo para o período 2008-2011 contemplam a ampliação do acesso da população, com aperfeiçoamento da qualidade das ações e serviços de saúde, segundo diversas iniciativas.

Na Atenção Primária em Saúde, a proposta é investir na ampliação das ações de apoio e do compromisso junto ao gestor municipal, na avaliação e monitoramento e na capacitação, de forma a orientar o fluxo de encaminhamento de pacientes para os níveis de maior complexidade da assistência. O Programa Apoio à Atenção Básica de Competência Municipal com Objetivo de Universalidade visa a complementar a ação municipal e engloba três ações: o Projeto Qualis – Programa de Saúde da Família; o Dose Certa e a capacitação de gestores municipais e de profissionais da atenção básica.

Já na Assistência de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar de Referência do SUS/SP, o objetivo é garantir a integralidade da assistência, de forma complementar às ações desenvolvidas pelos municípios. Na área ambulatorial, pretende-se estabelecer uma rede de média complexidade, com a utilização do mecanismo de referência e contra-referência, visando enfrentar estrangulamentos na

área e desonerar os serviços de urgência e emergência. Na área ambulatorial, pretende-se estabelecer uma rede de média complexidade, com a utilização do mecanismo de referência e contra-referência, visando enfrentar o estrangulamento existente na área e desonerar os serviços de urgência e emergência. Para tanto, está implantando Ambulatórios Médicos de Especialidades, os AMEs, em todo o Estado. São ambulatórios de alta resolutividade, que disponibilizarão exames como raio-x, eletrocardiograma, ultra-som, teste ergométrico, mamografia, densitometria óssea, dentre outros. O objetivo é que o paciente possa ter diagnóstico bem mais rápido, realizando consulta e exames no mesmo local e, havendo necessidade, já ser encaminhado para tratamento médico especializado. A assistência hospitalar de média e alta complexidade deverá favorecer a racionalidade e a eficiência nos processos de compra de serviços, de modo a inverter a lógica da oferta pela da necessidade.

Na área de Assistência Farmacêutica e de outros insumos para a saúde, além da fabricação e distribuição de medicamentos e da ampliação e modernização das instalações da Fundação do Remédio Popular - FURP em Guarulhos e a inauguração da nova unidade em Américo Brasiliense, o governo estadual deve atuar no estímulo ao uso racional, na redução do desperdício e na priorização do atendimento aos principais problemas de saúde do Estado, ampliando o acesso aos medicamentos, com custos factíveis para o SUS.

Sangue e hemoderivados também são insumos fundamentais para os serviços de saúde. Por meio do Programa Doe Sangue Doe Vida, serão viabilizadas a coleta, o processamento e o fornecimento de sangue e hemocomponentes com qualidade, além da realização de exames hematológicos e sorológicos, de acordo com as normas e padrões internacionais.

Um dos principais desafios é o de Fortalecimento e Aperfeiçoamento da Capacidade de Gestão Estadual. Nesse sentido é fundamental fortalecer e aperfeiçoar a capacidade de gestão estadual por meio da criação de instrumentos de avaliação, monitoramento, aperfeiçoamento, regulação e da integração das ações de saúde desenvolvidas pelo SUS, na atenção primária e de maior complexidade – hospitalar e de referência regional – verificando se tais ações atingem os objetivos maiores do sistema e garantem melhor perfil de saúde para a

população do Estado. Deste modo, a SES deve aprimorar seus mecanismos de gestão, regulação e forma de contratação dos serviços de saúde do SUS/SP.

Complementarmente, no Programa Controle Social na Gestão do SUS, são objetivos ampliar e qualificar a participação da comunidade com a garantia de condições materiais e técnicas para o funcionamento do Conselho Estadual de Saúde, auxiliar a formação dos conselheiros de saúde (municipais e estaduais), acompanhar as atividades desenvolvidas pelos conselhos, aperfeiçoar as Ouvidorias nos órgãos de saúde entre outras atividades que incentivem a participação, a difusão da informação, o conhecimento e a discussão acerca das prioridades de saúde e do SUS para a população e seus representantes.

No que diz respeito à gestão da educação, esta deverá englobar ações dirigidas a gestores, gerentes, profissionais vinculados às áreas fins, e profissionais das áreas meio, vinculados à esfera estadual ou municipal do SUS. O Programa se orientará pela ampliação da oferta e da facilidade de acesso aos processos de aprendizagem, por meio do incentivo ao uso de diferentes estratégias educacionais e de comunicação. Entre as ações do Programa Capacitação e Desenvolvimento de Recurso Humanos estão: capacitação e aperfeiçoamento de profissionais de saúde, programa de aprimoramento profissional, residência médica e jovens acolhedores.

Outra prioridade em saúde no presente PPA refere-se à redução da mortalidade infantil e materna. Embora os indicadores paulistas de mortalidade materna e infantil encontrem-se em níveis bem inferiores aos do restante do Brasil, em determinadas regiões do Estado seus valores demandam maior atenção, demonstrando a necessidade de medidas específicas para combater suas causas.

O papel do gestor estadual no SUS, na área de Controle de Riscos, Doenças e Agravos Prioritários no Estado de São Paulo, deve integrar e consolidar a operação, supervisão, avaliação e monitoramento das ações de vigilância em saúde, com apoio e acompanhamento das atividades dos municípios. O Programa de Controle de Doenças e Promoção de Saúde engloba ações que visam ao conhecimento, à detecção e à prevenção dos fatores determinantes do processo de saúde individual e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle de doenças e agravos.

Envolve atividades de vacinação, exames de laboratórios de saúde pública, pesquisa científica e tecnológica, além da vigilância epidemiológica e sanitária.

Além desse programa, cumprem papel importante para o controle de riscos, doenças e agravos prioritários, ações desenvolvidas no âmbito dos programas Diagnóstico, Reabilitação, Capacitação, Informação e Epidemiologia em Câncer e Prevenção e Controle de Endemias.

Visa-se, ainda, a incorporar aos cuidados integrais de saúde áreas apontadas como de relevância social pelos indicadores epidemiológicos, tais como: atenção à saúde bucal integral; atenção qualificada e não-institucionalizante da saúde mental; e atenção à saúde da população negra. A universalidade se configura e se qualifica pela integralidade, incluindo as necessidades específicas de raça/etnia, de ciclos de vida, e de pessoas portadoras de deficiência. Tais ações serão viabilizadas no âmbito do Programa Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP.

2.3 Habitação

O equacionamento da questão habitacional é um grande desafio às políticas públicas por envolver, simultaneamente, as dimensões de desenvolvimento urbano, ambiental, econômico e social. Para São Paulo, o desafio é ainda mais complexo, em decorrência do passivo gerado pelo crescimento urbano intenso e desigual, expresso tanto na dinâmica socioeconômica como na forma de apropriação do território pelos assentamentos urbanos e habitacionais. Superar esses desafios implica estabelecer uma política habitacional que reconheça a questão da habitação de interesse social como componente intrínseco das políticas de desenvolvimento urbano, social, econômico e ambiental do Estado de São Paulo e não a considerar apenas enquanto promotora do aprimoramento do setor habitacional.

O Governo do Estado atuará nessa área dentro das seguintes linhas:

Provisão de moradias – Inclui-se aqui a produção de habitações ou lotes urbanizados e aquisição de imóveis prontos ou em construção mediante concessão de financiamento habitacional, arrendamento, locação ou outras formas de direito de uso. O público-alvo é formado por famílias

com baixa renda (entre um e dez salários mínimos mensais, com prioridade para a faixa entre um e três salários mínimos) não proprietárias de imóvel residencial, mediante a concessão de benefícios de três ordens: unidade habitacional localizada em conjunto habitacional construído pelo poder público; lote urbanizado em loteamento produzido pelo poder público; ou unidade habitacional adquirida no mercado imobiliário, mediante concessão de crédito. Com o Programa Habitacional de Integração – PHAI serão direcionadas ações próprias para o atendimento dos servidores ativos da administração direta.

Urbanização de assentamentos precários – Trata-se de melhorar as condições de moradia, integração urbana e qualificação sócio-ambiental em assentamentos precários, bem como sua regularização fundiária. O Programa de Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários tem como público beneficiário as famílias residentes nesses espaços, característicos de áreas urbanas como as três regiões metropolitanas do Estado. A solução do problema habitacional dessas famílias considera, além das deficiências das moradias e do assentamento urbano, as implicações da ocupação em relação ao sistema viário e outras funções urbanas. Sua execução inclui urbanização de assentamentos e favelas mediante execução de projetos de infraestrutura urbana e o reassentamento e substituição de moradias. Entre suas ações, destaquem-se as que visam à regularizar e à promover reassentamentos habitacionais em favelas e assentamentos precários de alta concentração populacional – como o Pantanal, na zona leste, e Paraisópolis e Águas Espraiadas, na zona sul da capital.

Regularização fundiária de interesse habitacional - Esta linha de ação visa à solucionar problemas de documentação jurídica de imóveis residenciais. Seu público-alvo são famílias residentes em conjuntos habitacionais construídos pelo poder público que não dispõem de documentação regularizada. De forma complementar, inclui-se aqui o apoio à regularização fundiária de núcleos habitacionais produzidos por outros agentes promotores.

Requalificação e melhoria de espaços construídos - Visa ao atendimento habitacional articulado com melhorias urbanas. Seu público

preferencial é formado por famílias que dispõem de moradia, mas com algum tipo de carência. Para atendê-las, definiu-se o programa requalificação de moradias, do qual se mencionam três ações: atuação em cortiços, que beneficia todas as famílias residentes nesse tipo de domicílio e relacionam-se com esforços públicos para a recuperação de áreas centrais das grandes cidades; melhorias habitacionais e urbanas, que visa a atuar em núcleos habitacionais com deficiências urbanas ou de suas moradias, por meio de complementação de equipamentos sociais ou de infra-estrutura e melhorias nas unidades habitacionais; e recuperação de moradias isoladas, mediante concessão de crédito para reforma dos imóveis.

Saneamento ambiental em áreas de mananciais – Visa a articular a produção habitacional com a recuperação urbana e ambiental, coordenando ações de diferentes órgãos públicos em torno de projetos estratégicos voltados para áreas como os Mananciais do Alto Tietê e Recuperação da Serra do Mar, ambos destinados à recuperação sócioambiental de áreas irregularmente ocupadas. A ação relativa ao parque estadual da Serra do Mar visa a eliminar riscos das moradias precárias existentes, proteger a biodiversidade e a oferta de água, restaurar áreas degradadas e desenvolver projetos de educação ambiental. No caso do Alto Tietê, busca-se contribuir para o saneamento ambiental da área de preservação dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo.

Desenvolvimento institucional e social – Trata-se de articular ações e capacitação de agentes do setor habitacional de interesse social do Estado, mediante a descentralização, integração e participação social nos programas de desenvolvimento habitacional. Incluem-se nesta linha: (II) estruturação do Sistema Estadual de Habitação como mecanismo de articulação de ações e capacitação de agentes do setor habitacional de interesse social, com vistas a maximizar os resultados da política habitacional; (III) assistência técnica aos municípios, com o intuito de ampliar a capacidade dos agentes locais de diagnosticar, propor e executar ações integradas para a solução de problemas habitacionais; (IV) concessão de subsídios habitacionais, com revisão permanente dos mecanismos instituí-

dos, na perspectiva do atendimento a famílias mais carentes; (IV) fomento à organização comunitária e condominial, com o propósito de promover a participação e adesão das comunidades na gestão e valorização dos benefícios alcançados, bem como a organização das famílias para o uso e conservação das moradias e espaços comuns em conjuntos habitacionais; e (V) fomento à utilização de áreas institucionais de lazer e equipamentos de uso coletivo associados aos empreendimentos habitacionais.

2.4 Assistência e Desenvolvimento Social

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas públicas de cunho social, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia de condições mínimas para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Sua implementação articula os serviços públicos segundo dois tipos diferenciados de proteção social:

- **serviços de proteção social básica** – aqueles de caráter preventivo, em situações de violação de direitos, destinados a segmentos da população socialmente vulneráveis, decorrentes de pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos (relacionais e de pertencimento social); e
- **serviços de proteção social especial** – os destinados às pessoas em situação de alta vulnerabilidade pessoal e/ou social, decorrentes do abandono, privação, perda de vínculos, violência, delinquência, etc. Essa modalidade de proteção subdivide-se em média e alta complexidade. A proteção social de média complexidade compreende os serviços de atendimento a indivíduos e famílias com direitos violados, ou seja, casos em que os vínculos familiares não foram rompidos, mas que necessitam de acompanhamento sistemático e monitorado. A proteção social de alta complexidade refere-se ao atendimento de indivíduos e famílias que já se encontram em situação de ameaça, necessitando ser retirados do núcleo familiar e/ou comunitário.

O principal objetivo do governo do Estado nessa área é o de garantir direitos e acesso a bens e serviços aos cidadãos de grupos em situação de vulnerabilidade social e pessoal no Estado de São Paulo.

As diretrizes estratégicas para alcançar esses objetivos envolvem:

- **Inclusão Social:** tornar o indivíduo alcançável pelas políticas setoriais na construção da cidadania, removendo obstáculos que impeçam grupos excluídos de se beneficiarem dos bens e serviços sociais já oferecidos a outras parcelas da população, de modo a reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida da população.
- **Regionalização:** As ações sociais direcionadas ao bem-estar dos indivíduos devem partir dos municípios, mobilizando recursos disponíveis no próprio local, por meio de parcerias entre município, governos estadual e federal e sociedade civil. O governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social - Seads, assumirá o papel de propor, incentivar e articular parcerias que busquem, sobretudo, a geração de renda, além de coordenar e avaliar competente e cuidadosamente os resultados e divulgar experiências bem-sucedidas.
- **A ação integrada com diferentes esferas de governo e outros órgãos do governo do Estado de São Paulo.** Tanto mais efetiva será a estratégia de inclusão social quanto mais integrados, coesos e complementares forem os programas e ações desencadeadas por meio da rede de proteção social. Não se rompe o círculo da pobreza e exclusão social com ações fragmentadas e dispersas no espaço e no tempo – de resto, não se asseguram os direitos humanos, de maneira integral, sem uma estratégia integradora. A definição da base territorial de inserção – o município – constitui já uma decisão estratégica para o tratamento integrado das ações e programas, esforço que deve propagar-se ao longo de toda a cadeia institucional do Estado, até o vértice de suas secretarias e administração central. Um exemplo inter-setorial de atuação pode ser visto na **Virada Social** que tem por objetivo diminuir a violência a partir de ações de revitalização do território e concentração de ações visando à ampliação e à melhoria dos serviços públicos e da qualidade de vida das pessoas que ali residem. Iniciou-se em março de 2007 e serão desenvolvidas ações de continuidade. A idéia central da **Virada Social** é transformar o lugar e concentrar nele programas de educação, cultura, saúde, saneamento, desenvolvimento social, cidadania, esportes e urbanização.
- **Atuação por meio de parcerias** com os setores governamental, empresarial e não lucrativo. Fomento à cooperação de parceiros como

empresas e organizações da sociedade civil, capazes de compartilhar a responsabilidade por ações sociais adequadas às necessidades específicas de cada grupo em situação de risco social. Só a parceria entre os setores público e privado é capaz de aumentar a eficiência das iniciativas que, ao atender aos mais vulneráveis, contribua para o desenvolvimento social. Inserido nesta diretriz, encontra-se o programa **Rede Social São Paulo** que contribui para a garantia dos direitos humanos em nosso Estado, articulando governo, empresas e sociedade civil no aprimoramento e fortalecimento dos sistemas de rede na construção do bem comum.

Dessas diretrizes decorrem as iniciativas neste PPA 2008-2011, com destaque para:

- **Concessão de apoio técnico e financeiro** a municípios, entidades e organizações de assistência social para a execução de ações de proteção social básica aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade à pobreza, provação e/ou fragilização de vínculos afetivos, garantindo-lhes condições mínimas de acesso a bens e serviços essenciais. Envolve a implantação de equipamentos sociais, desenvolvimento de atividades sócioeducativas, de apoio psicossocial, de orientação, encaminhamento e acompanhamento à rede de serviços, entre outras.
- **Apoio técnico e financeiro a municípios, entidades e organizações de assistência social** para a promoção de ações de proteção social especial à população em situação de desamparo e exclusão social, especialmente àquelas vítimas de abandono, maus-tratos e outras formas de violência. Consiste na oferta de serviços de abrigo de longa ou curta duração, na construção, reforma e ampliação de equipamentos sociais e na implementação de ações de natureza compensatória, destinados à reinserção social.
- **Ações de transferência de renda** operacionalizadas no Programa Família Cidadã, por meio de duas ações: Renda Cidadã – que concede benefício financeiro mensal a famílias em situação de pobreza – e Ação Jovem voltado para jovens entre 15 e 24 anos que não concluíram o ensino médio, criando oportunidades para que tenham condi-

ções para o retorno e/ou permanência na escola.

Para o melhor acompanhamento das iniciativas nessa direção, continuará se investindo no desenvolvimento de sistemas, como o Pró-Social, que permitam ao governo estadual acompanhar, de forma dinâmica, a evolução da oferta e da demanda por ações sociais por parte da população pobre no Estado de São Paulo, ofertando dados confiáveis e geo-referenciados para aumentar a eficiência e a efetividade da política social paulista.

2.5 Cultura

As iniciativas nessa área incluem (I) a ampliação do acesso à fruição dos bens culturais, com aumento da oferta de eventos em espaços e com custos acessíveis à população, (II) o apoio às produções culturais, inclusive por meio de programas educacionais dirigidos ao aprendizado de práticas artísticas, e (III) ações que favoreçam a geração de emprego e renda, especialmente para pequenos produtores e agentes culturais.

A materialização dessas diretrizes implica, entre outras coisas, o compartilhamento de esforços e responsabilidades entre diferentes órgãos governamentais e o setor privado. Nesse sentido, a implementação da política cultural do governo do Estado de São Paulo pressupõe os seguintes passos: (I) criação de ações que integrem as esferas de governo, órgãos públicos e demais setores; (II) criação de mecanismos que permitam a transparência na aplicação dos recursos, estabelecendo critérios claros de política pública; (III) ampliação do relacionamento com municípios, tornando mais eficaz a distribuição dos recursos; (IV) desenvolvimento de ação coordenada de comunicação para a sociedade, potencializando o conhecimento das ações nessa área; e (V) criação de mecanismos para que as empresas compartilhem a construção artística do Estado, recebendo benefícios de *marketing* e de responsabilidade social.

Neste sentido, foram estabelecidas as seguintes prioridades para período 2008-2011: estímulo à participação da população na produção cultural e seu acesso a ela, concorrendo para valorizar a identidade e a auto-estima e fortalecer a cidadania; promoção de ações que favoreçam a geração de emprego e renda, criando a possibilidades de

inclusão econômica aos pequenos produtores e a agentes culturais. Essas prioridades deram origem às ações no campo da política cultural do Estado, que podem ser sintetizadas em três grupos: (I) projetos que visam estimular a prática das atividades culturais e disseminar diferentes formas de expressão artística e cultural entre a população, como o Projeto Guri, que consiste na socialização por meio da música, visando à formação de orquestras-escola, corais e grupos musicais na faixa etária de 8 (oito) a 18 (dezoito) anos, e o Fábricas de Cultura, que busca assegurar os direitos de cidadania à população jovem em situação de risco por meio do acesso ao aprendizado e à fruição de práticas culturais, sobretudo nas áreas urbanas em que haja concentração desses jovens. Além dele, outros que visem a ampliar a oferta de bens e eventos culturais acessíveis à população, como a promoção de festivais de teatro, cinema, dança e literatura e a Virada Cultural, já implantado com grande sucesso na capital e outros municípios paulistas e que se expandirá por maior número de municípios do interior do Estado. Nessa categoria também pode ser incluído o programa Museu Vivo, que compreende as ações de mudança do MAC para o prédio do Detran, ampliação da Pinacoteca, inauguração do Museu da História de São Paulo; (II) ações inter-setoriais, entre as quais merece destaque a referente à articulação com a Secretaria de Estado da Educação, destinada a estimular a frequência ao cinema e teatro mediante distribuição gratuita de ingressos na rede de escolas públicas, prevista nas ações **Vá ao Teatro** e **Vá ao Cinema**. Tal iniciativa pode ser vista como de estímulo recíproco, isto é, à presença dos alunos nas escolas e ao acesso às atividades culturais, estreitando ainda mais os vínculos entre educação e cultura. Ademais, além de facilitar o acesso a tais atividades a um segmento populacional que nem sempre tem condições de fruí-las, concorre para criar novos públicos de artes cênicas e audiovisuais; (III) ações de natureza regional, incentivando a participação com municípios.

2.6 Esporte, Lazer e Turismo

Para o período 2008-2011, as prioridades nessas áreas são de naturezas distintas e podem ser reunidas em quatro grandes grupos:

ampliação das condições infra-estruturais necessárias à prestação de serviços com qualidade; melhoria dos equipamentos existentes; intensificação e ampliação do acesso às atividades de esportes, lazer e turismo; e formação de recursos humanos.

Esporte

A atuação do Governo do Estado nessa área inclui desde a promoção da iniciação esportiva até a de atividades de alto rendimento nas mais diversas modalidades esportivas, destinadas à população em geral, bem como ações focalizadas à população idosa e portadora de necessidades especiais.

Em paralelo, será executado um calendário de atividades esportivas em parceria com prefeituras, além de eventos de grande porte, inclusive de âmbito nacional. Essas ações favorecerão a revelação de atletas com talentos especiais que, selecionados, serão encaminhados a centros de excelência ou clubes e entidades esportivas do Estado. Desse modo, se ampliará o acesso da população à prática e aos eventos esportivos, o que pode ser reforçado por meio de campanhas de sensibilização da população a essas práticas, bem como da maior integração com as prefeituras na organização desses eventos. Ademais, com vistas a promover novos talentos e ampliar a descentralização da prática esportiva, em especial a de alto rendimento, propõe-se implementar novos centros de excelência no interior do Estado, assim como desenvolver programas de capacitação de técnicos e dirigentes esportivos municipais na área de administração e técnica esportiva. Para melhorar a capacidade gerencial do governo pretende-se constituir cadastros e bancos de dados de atletas e árbitros, bem como desenvolver sistemas gerenciais informatizados que facilitem e tornem mais transparentes suas ações. Para a continuidade e o aprimoramento dessas ações é preciso ainda ampliar ou implementar melhorias na infra-estrutura instalada, inclusive Ginásio do Ibirapuera e Parque da Juventude, no intuito de otimizar o atendimento da população de diferentes faixas etárias nos municípios paulistas. Tal iniciativa deve se dar por meio da aquisição e modernização de equipamentos e pela criação e aproveitamento de espaços e instalações para a promoção de práticas esportivas.

Lazer

A atuação do Governo do Estado nessa área tem como uma de suas principais diretrizes a integração inter-setorial. Ela objetiva combater o sedentarismo (que implica grande incidência de obesidade e de outras doenças) e a ociosidade que, principalmente em áreas mais vulneráveis, pode ampliar os riscos de exposição às drogas e à criminalidade, sobretudo entre a população mais jovem. Como no caso do esporte, as ações de promoção do lazer buscarão incorporar crescentemente segmentos populacionais, seja em termos territoriais, seja em relação às condições sociais dos participantes dessas ações.

Turismo

O Estado de São Paulo é um dos principais destinos turísticos do Brasil, tendo recebido em 2006 quase 2,5 milhões de turistas do exterior. Em relação ao turismo doméstico, desembarcaram nos aeroportos paulistas 13,5 milhões de passageiros, representando cerca de 1/3 de um universo de 43 milhões de pessoas em todo País. Das 15 cidades brasileiras mais visitadas para negócios e eventos, três localizam-se no Estado de São Paulo: São Paulo (1º lugar), Campinas (6º lugar) e São José dos Campos (14º lugar). Nas rodoviárias paulistas, contabilizando apenas os passageiros interestaduais, houve movimento de 15,6 milhões de pessoas embarcando ou desembarcando no Estado. Ainda assim, há muito o que fazer para desenvolver o potencial turístico de São Paulo.

O governo do Estado buscará regionalizar sua atuação, de modo a articular o que certas localidades já têm para oferecer com potencialidades não exploradas de outras, contribuindo para aumentar a complementaridade entre municípios. Nesse sentido, determinadas áreas do Estado merecem especial atenção como pólos turísticos a serem explorados, como são os casos do Pontal do Paranapanema, o do Vale do Ribeira e do Alto Paranapanema. Ainda em relação ao aumento da potencialidade do desenvolvimento dessa área, o governo aperfeiçoará a infra-estrutura para recepcionar turistas e transformar o Estado num destino de lazer conhecido nacional e internacionalmente. Para tanto, a promoção e divulgação do turismo paulista e de estímulo a novos núcleos emissores de turistas, que possam gerar renda em outras regiões nortearão a ação do governo nesse campo.

2.7 Emprego, Trabalho e Renda

A geração de emprego e renda é um dos focos de ação do governo paulista, que elaborou um conjunto de políticas públicas voltadas para o atendimento do trabalhador. Em parceria com os governos federal e municipais, o governo mantém Postos de Atendimento ao Trabalhador disseminados por todo o Estado, os quais oferecem serviços gratuitos de intermediação de mão-de-obra, de captação de vagas junto às empresas, de encaminhamento do seguro-desemprego, de emissão de carteira de trabalho, além de informações e inscrições para os programas de qualificação profissional e de atendimento à pessoa portadora de deficiência, em centros de prestação de serviços do Sistema Público de Emprego do Estado de São Paulo.

Não obstante sua importância fundamental como gerador de empregos, é comum ao pequeno e micro empresário defrontar-se com obstáculos por vezes intransponíveis, advindos de restrições de acesso ao crédito e do excesso de regulamentação governamental. Neste sentido, cumpre destacar dois programas de envergadura: o Banco do Povo e o Programa de Desburocratização.

No primeiro caso a ação é focada na concessão de microcrédito para empreendedores formais ou informais para promover os pequenos e microempreendimentos, propiciando os recursos necessários à criação, à expansão e à consolidação desses negócios e incentivando o cooperativismo, o associativismo e as ações de auto-emprego. No segundo, o objetivo é reduzir os entraves decorrentes da burocratização excessiva dos procedimentos necessários à abertura de novos negócios e seu gerenciamento. O governo paulista, através do Programa de Desburocratização, assumiu o compromisso em reduzir de 150 dias para duas semanas o tempo necessário à abertura de novos negócios. Adicionalmente, a aprovação da Lei das Pequenas e Microempresas do Estado de São Paulo (MPE) simplificará os processos necessários à gestão empresarial em território paulista, possibilitando ao empreendedor um foco na inovação e no aperfeiçoamento do seu negócio. Esse conjunto de ações terá impacto positivo na melhoria do ambiente de negócios do Estado, desdobrando-se no aumento da formalização do trabalho e na promoção do desenvolvimento econômico.

Cumpre destacar também as ações direcionadas à qualificação e requalificação do trabalhador. O conjunto de ações nesta área visa a estimular o trabalhador a atingir e manter grau adequado de empregabilidade e/ou refletir e decidir sobre sua atuação como empreendedor.

A consecução de uma política adequada para qualificar/requalificar o trabalhador também passa pela questão da qualidade dos cursos com esse fim e da expansão do ensino técnico, por meio do Centro Paula Souza, unindo esforços no estabelecimento de padrões de qualidade dos cursos de qualificação profissionais e na identificação de demandas regionais, o que possibilitará respostas mais rápidas e efetivas, voltadas às especificidades do mercado de trabalho regional. Finalmente, mas não menos importante, também merecem atenção especial duas outras ações de governo nesse campo: o fomento ao trabalho artesanal e a reestruturação do programa das frentes de trabalho.

Justiça e Segurança: a valorização da cidadania e promoção dos direitos humanos

A valorização da cidadania e a promoção dos direitos humanos constituem legítimas demandas de uma sociedade moderna, aberta e democrática, tão mais efetivas e vocalizadas quanto maiores sejam os valores difundidos na sociedade quanto aos níveis pretéritos de cidadania atingidos — isto é, a conquista da cidadania gera demandas adicionais sobre os sistemas político e jurídico visando a ampliar seu escopo e profundidade. Essas são reivindicações que nunca serão plenamente satisfeitas, pois se alimentam da própria valorização da cidadania até então alcançada.

Justamente por isso, a partir da Constituição de 1988 houve uma explosão de litigiosidade e um aumento exponencial dos processos judiciais, contexto em que se torna prioritário melhorar a eficácia, a eficiência e a acessibilidade do sistema de justiça. Isso requer, entre outras medidas de caráter organizacional, o investimento em recursos humanos e em infra-estrutura, a informatização e a automatização do Poder Judiciário e das instituições essenciais à Justiça, com o uso das novas tecnologias de informação e de comunicação.

Para lidar com o crescimento contínuo do volume de processos também é fundamental: (I) incentivar mecanismos extrajudiciais de resolução dos litígios, como é o caso da mediação; (II) criar medidas de

integração social e de promoção da cidadania capazes de reduzir as tensões e permitir superar as barreiras socio, econômicas e culturais que dificultam a paz, a realização espontânea dos direitos e o acesso à justiça.

Por fim, a articulação racional de programas nas áreas de segurança pública e justiça, envolvendo ações no âmbito do Executivo e do Judiciário, é crucial para colocar ambos os Poderes à altura das exigências da cidadania.

Cabe ao Estado suprir a oferta das condições necessárias para tal, com qualidade e eficácia. É preciso reconhecer, no entanto, que a questão da segurança excede em muito o âmbito estadual e exige soluções mais duradouras e eficientes na escala federal. Isso não implica imobilismo por parte das autoridades estaduais envolvidas com os temas da valorização da cidadania e promoção dos direitos humanos. Ao contrário, traduz desafios ainda maiores e a necessidade de agir para obter o adequado reforço nas ações que competem às autoridades federais, sobretudo no que diz respeito ao controle das fronteiras do País para o enfrentamento ao contrabando, tráfico de armas e drogas e demais crimes interestaduais. Por esse motivo, as ações e programas incluídos neste PPA destacam as questões de segurança individual e coletiva como uma das áreas focais para as ações de políticas públicas. Eles gravitam em torno de dois eixos fundamentais: (i) a ampliação do acesso à Justiça; e (ii) a promoção da cidadania e dos direitos humanos.

3.1 Justiça e defesa da cidadania

O PPA prevê nessa área de atuação o aprimoramento, a expansão e a regionalização gradativa das atividades na área da justiça e defesa da cidadania a partir das seguintes iniciativas:

- construção de Centros de Integração da Cidadania — CIC;
- construção, ampliação, reforma e adaptação de edificações forenses, que têm como objetivo central a melhoria das instalações de órgãos de primeira instância do Poder Judiciário;
- Programa Estadual de Direitos Humanos, confiado à coordenação da Assessoria de Defesa da Cidadania — ADC e concebido para que o Estado e a sociedade civil interajam de forma eficaz rumo

à construção de uma sociedade justa e solidária. Ele envolve um processo contínuo de reconhecimento, valorização e promoção dos direitos humanos;

- investimentos em tecnologias da informação e comunicação, sobretudo para o desenvolvimento de sistemas aplicativos e a modernização da infra-estrutura digital e eletrônica da sede e das entidades vinculadas.

Devem ser também mencionados, além dessas iniciativas, programas de entidades como:

- **A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente** – a Fundação Casa presta assistência a cerca de 20 mil adolescentes em todo o Estado de São Paulo. Eles estão inseridos nas medidas socioeducativas de privação de liberdade (internação), semiliberdade e meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade). As medidas são aplicadas de acordo com o ato infracional praticado e a idade dos adolescentes. Para melhorar o atendimento, o governo do Estado iniciou a desativação dos grandes complexos e a descentralização, para que o jovem seja atendido próximo à sua família e na sua comunidade. O programa prevê a municipalização das medidas em meio aberto, a ampliação das unidades de semiliberdade e a descentralização das de internação, como a gestão compartilhada com organizações não-governamentais e municípios. Até 2011 todos os grandes complexos deverão ser desativados. A liberdade assistida é uma das modalidades de tratamento em meio livre e consiste na volta do adolescente ao seu meio natural, sem afastá-lo do lar, da escola e do trabalho, sob a supervisão de orientador qualificado. É executada como previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, com aproximadamente 78% do seu atendimento regionalizado e descentralizado, efetivado por meio de convênios, garantindo a proximidade com os adolescentes para melhor viabilizar encaminhamentos e acompanhamentos na sua realidade social. O objetivo para este PPA é municipalizar a execução da liberdade assistida nos 645 municípios paulistas, garantindo as responsabilidades do governo na suplementação financeira e na assistência técnica. Uma outra diretriz relevante é a formação e capacitação de funcionários e parceiros, que tem se demonstrado essencial para diminuir, em conjunto com as medidas acima, a reincidência de adolescentes e jovens.

- Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo – Ipem/SP, cujas atividades possibilitam a proteção do consumidor e da sociedade, imputando medidas para a preservação da saúde, segurança e meio ambiente. Entre as ações previstas para o período deste PPA destacam-se: (I) a ampliação do escopo de acreditação na rede brasileira de calibração; (II) a fiscalização de produtos e serviços nos termos da Lei nº 8.078/90; (III) a certificação de produtos pelo organismo de certificação do Ipem/SP; (IV) a aproximação da autarquia aos cidadãos e o estímulo ao consumo consciente.

- A Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon defende os consumidores e atua na conscientização dos cidadãos quanto aos seus direitos e deveres, em busca do equilíbrio do mercado de consumo de forma sustentável e justa. Entre os seus objetivos estratégicos para os próximos quatro anos destaca-se maior ênfase no cumprimento da legislação de defesa do consumidor e na conscientização dos cidadãos, bem como a ampliação do atendimento, com a municipalização e regionalização dos serviços.

- O Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo — Imesc, cuja missão essencial é a de atender às solicitações do judiciário nas áreas médico-legal, psiquiátrica e de DNA (genética molecular), além de contribuir para a prevenção do uso de drogas.

- A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo — Itesp realiza a mediação de conflitos fundiários, a regularização e o assentamento. A mediação de conflitos terá o apoio e proposição de políticas que visem a mediar e solucionar as lides pela posse e uso da terra no Estado e que envolvem as famílias de trabalhadores rurais acampadas, remanescentes de quilombos e posseiras. Na questão da regularização fundiária o Itesp desenvolve ações na área de financiamento de projetos de desenvolvimento do Pontal do Paranapanema, criação do Programa Nacional do Crédito Fundiário — PNCF no Estado, regularização de terras, organização de assentamentos rurais, reconhecimento dos territórios quilombolas e vistorias de fiscalização e avaliação. Por último, o programa de assentamento fundiário prevê as ações de infra-estrutura agrária, assistência téc-

nica e extensão rural para beneficiários da reforma agrária, produção e renda nos assentamentos, quilombolas e outros beneficiários e a formação e capacitação das famílias assentadas e comunidades quilombolas.

3.2 Segurança Pública

O governo do Estado tem reduzido os índices criminais e quer dar respostas efetivas à escalada do crime organizado, combater o narcotráfico e melhorar a qualidade de vida do cidadão, com a redução desses crimes. Continuará a perseguir a redução das mortes violentas, bem como dos delitos contra o patrimônio e os crimes sexuais. Essa política tem e continuará a ter como postulado básico a firmeza da atuação policial, com observância do ponto de equilíbrio entre a liberdade individual e a segurança coletiva, respeitando os direitos básicos da cidadania.

A meta principal nessa área, no período deste PPA, é a melhoria da gestão e modernização da infra-estrutura da polícia paulista, incluindo a rede física e o aprimoramento dos sistemas de inteligência, com base na integração operacional e compartilhamento de informações. Além disso, será feito um investimento na capacitação de recursos humanos com o objetivo de oferecer serviços de melhor qualidade e intensificação das parcerias com outros Estados, a exemplo do Comitê Integrado de Segurança Pública, formado por comandantes das polícias do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Para cumprir os objetivos propostos o governo atuará por meio das estratégias de:

1. Integração operacional das polícias: planejar melhorias em todas as áreas de competência da polícia paulista tendo por base a integração de sistemas inteligentes, bancos de dados e sistemas de comunicações, intensificar reuniões conjuntas dos órgãos operacionais e dotar os órgãos subordinados com tecnologia de ponta e informações necessárias para a tomada de decisões, propiciando qualidade de atendimento ao cidadão.

2. Combate ao crime organizado: priorizar o uso de tecnologia no combate ao crime organizado, com a investigação e apuração das infrações penais e sua autoria, por meio de instauração de inquéritos, objetivando a solução dos crimes de autoria desconhecida e desbaratamento de quadrilhas. Desenvolver ações para a apreensão de entorpecentes, combate ao crime organizado, com ênfase nos delitos de roubo a bancos, cargas e de falsificações (“pirataria”).

3. Policiamento ostensivo e preservação da ordem pública: aprimorar os serviços de policiamento preventivo à população, melhorando o emprego dos recursos humanos e materiais da polícia fardada, visando a reduzir os índices de criminalidade e aumentando a sensação de segurança do cidadão. Instituir ações para reduzir o número de armas ilegais em circulação.

4. Promoção da segurança por meio da inclusão social, com destaque para:

- segurança escolar, visando garantir a segurança de alunos e professores no entorno das escolas, com foco na prevenção às drogas e à violência e promovendo maior interação com a comunidade;
- Projeto SOS Bombeiros no resgate à cidadania, que atende crianças e adolescentes de 10 a 15 anos, em situação de risco pessoal e/ou social, na maioria evadidos da escola pública e oriundos de famílias desestruturadas e de baixa renda;
- policiamento comunitário, em parceria com a sociedade por meio dos Conselhos Comunitários de Segurança – Conseg, que visa expandir a filosofia de policiamento comunitário com a criação de novas Bases Comunitárias de Segurança – BCS e o desenvolvimento de eventos, palestras, cursos, seminários com as comunidades locais;
- criação das delegacias participativas: oferecendo um novo padrão de prestação de serviços ao cidadão que necessita de atendimento policial, quer como vítima, testemunha ou envolvido, onde a qualidade seja o diferencial, permitindo atendimento em separado das partes;
- ampliação do Programa de Proteção às Testemunhas.

5. Modernização e aperfeiçoamento da polícia técnico-científica: que implica expandir os institutos médicos legais – IMLs e os institutos de criminalísticas – ICs para grandes centros do interior.

6. Educação e segurança no trânsito: desenvolver ações e campanhas educativas de trânsito visando a redução dos índices de acidentes no sistema viário do Estado.

7. Readequação dos recursos humanos: preencher os claros existentes nos quadros da segurança pública e proceder os estudos para readequação dos efetivos civil e militar.

8. Capacitação e valorização dos policiais: promover a educação continuada dos policiais por meio das Academias de Polícia Civil, Militar e Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de Bombeiros, promovendo cursos, inclusive integrados, entre as instituições policiais, treinamentos, estágios, seminários, palestras, visitas de estudos, tanto internamente como em outras organizações nacionais e internacionais, e dinamizar a educação profissional a distância.

9. Remodelagem das unidades policiais: readequar as instalações físicas das unidades policiais, reformando ou construindo instalações, em parceria ou convênios com municípios ou iniciativa privada, evitando-se a utilização de imóveis que não sejam próprios do Estado para unidades policiais. Desativar completamente as carceragens ainda existentes nos Distritos Policiais, promovendo parcerias para que nos próximos anos sejam providenciadas as vagas necessárias para os atuais presos sob custódia da Secretaria de Segurança Pública. Nesta linha, também destaca-se o Programa Sinal Verde que inclui a transferência das instalações do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – Detran/SP.

10. Inteligência policial: Substituição da força pela inteligência, utilizando-se da informática e de outros meios tecnológicos e de vanguarda, com a criação ou aprimoramento dos sistemas existentes e a serem organizados no período de vigência do PPA.

3.3 Administração Penitenciária

As iniciativas nessa área têm o objetivo de reintegrar o preso, permitindo sua inclusão social e a de seus familiares. Para tanto, e para que seja reconhecida como uma instituição de excelência no controle formal da violência e da criminalidade, o Estado fará uso de novas ferramentas, incluindo as levadas às comunidades pelo terceiro setor. No período de abrangência do PPA 2008-2011 prosseguir-se-á no esforço para encontrar alternativas à pena privativa de liberdade e no processo de contínua modernização e adequação da infra-estrutura do Sistema Penitenciário estadual.

Para a garantia da segurança pública, a promoção dos direitos humanos, a melhoria das condições de aprisionamento e maiores possibilidades de constituição dos programas que têm por escopo a recuperação da pessoa presa e sua reinserção social, é prioritária a edificação de estabelecimentos penais novos a partir de 2008. Dessas unidades prisionais, sete devem ser edificadas para a custódia de mulheres. Outros cinco estabelecimentos penais devem abrigar presos masculinos que estiverem em cumprimento de penas em regime fechado e forem beneficiados com a progressão ao regime semi-aberto. Existe atualmente um déficit de 3.403 vagas para o atendimento dessa demanda.

Finalmente, entre as novas instituições prisionais, 19 devem ser edificadas para, essencialmente, abrigar os presos provisórios. A definição das regiões onde elas serão construídas levou em consideração a concentração de demanda e a insuficiência de estabelecimentos dessa natureza. Esses estabelecimentos penais devem ter o formato de Centros de Detenção Provisória, com algumas modificações estruturais que possam minimizar os problemas atualmente enfrentados em decorrência das características arquitetônicas.

Para meados de 2010 e 2011, quando absorvidos todos os presos da SSP, a Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, edificará unidades prisionais destinadas a absorver o número de presos que cresce a cada ano em decorrência da diferença entre os que deixam o Sistema Penitenciário e os que são aprisionados. A construção de novas unidades não invalida o também necessário incremento da geração de vagas, do acompanhamento e da fiscalização das penas aplicadas como alternativa à privação da liberdade. Prevê-se, nessa área de atu-

ação, a ampliação de mais 10 centrais de penas e medidas alternativas e mais 9 nove centrais de atendimento ao egresso.

3.4 Ministério Público

O programa de defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais, difusos, coletivos e individuais indisponíveis enfatiza o combate ao crime organizado e à improbidade administrativa, a defesa do meio ambiente e dos direitos humanos. Esse programa é composto por um conjunto de ações, que envolvem:

- Aquisições de bens, realização de obras e instalações das Promotorias de Justiça, com o estímulo à integração permanente e ao intercâmbio de informações técnico-jurídicas entre órgãos que atuem na mesma área e que tenham atribuições comuns.
- A informatização das atividades do Ministério Público, com a manutenção, atualização e reposição de equipamentos de informática, periféricos, programas de computador e respectiva infra-estrutura.
- A expansão das atividades do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público, com a realização de cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações e a divulgação dos conhecimentos gerados.
- A realização de concursos públicos, para o preenchimento dos cargos iniciais da carreira.
- O aperfeiçoamento da gestão do Fundo de Reparação de Interesses Difusos Lesados.

3.5 Tribunal de Justiça

A universalização do acesso à Justiça tem gerado aumento no número de processos. Isso levou ao esgotamento dos meios e dos métodos tradicionais para instruí-los e resolvê-los em tempo razoável e gerou a necessidade de dispor-se de um programa dinâmico para ampliar e modernizar a prestação jurisdicional nas duas instâncias, com o máximo de eficiência. Sua realização envolve um conjunto de ações destinadas a:

- Ampliar e facilitar os locais de acesso à primeira instância e de funcionamento de seus órgãos.
- Integrar as Câmaras de julgamento de segunda instância.
- Propiciar o aperfeiçoamento profissional de magistrados e servidores do Poder Judiciário;
- Dar pleno atendimento jurisdicional ao cidadão;
- Integrar as unidades do Poder Judiciário e tornar disponíveis seus serviços por meios eletrônicos;
- Possibilitar aos servidores do quadro auxiliar do Tribunal de Justiça, em suas diversas categorias funcionais, evolução vertical e horizontal.

Para atender a essas finalidades, as iniciativas no período do PPA 2008-2011 são:

- A instalação e a ampliação dos postos judiciais de auto-atendimento e de Justiça Itinerante;
- O pleno funcionamento da Escola Paulista da Magistratura, com a realização de cursos, palestras, seminários e eventos similares para magistrados e servidores do Tribunal de Justiça;
- O julgamento de processos judiciais em todas as esferas de competência do Poder Judiciário;
- A informatização dos serviços judiciários, com a manutenção, atualização e reposição de equipamentos de informática, periféricos, programas de computador e respectiva infra-estrutura;
- A instalação gradativa de Varas Judiciais, já criadas por lei, com a atribuição de prioridade às regiões e cidades do Estado com excessivo volume de processos;
- A reestruturação dos cargos dos servidores do Tribunal de Justiça.

3.6 Defensoria Pública

As ações nessa área compreendem: (II) a atuação em processos judiciais da competência da Justiça Estadual; (III) a composição extrajudicial e a prevenção dos conflitos, com a prática e o ensino da mediação, o atendimento multidisciplinar e a educação popular para o exercício da cidadania ativa. Para o cumprimento dessas funções, o governo pro-

porá a criação de cargos de Defensor Público e de servidores do seu quadro de apoio considerando:

- A completa e adequada estruturação de seus órgãos, inclusive da Ouvidoria-geral, com a modernização e ampliação das instalações físicas das Regionais da Grande São Paulo e do interior;
- A instalação da Escola da Defensoria Pública, destinada a propiciar a capacitação e a atualização técnica dos quadros da instituição e de educação popular quanto a direitos fundamentais, por meio de publicações, cursos e programas permanentes de formação;
- O desenvolvimento de um programa de qualidade, a expansão e a descentralização do atendimento prestado por Defensores Públicos, com atuação, inclusive, nos Centros Integrados de Cidadania - CICs;
- A presença da Defensoria Pública em todos os estabelecimentos penais sob administração do Estado, com integração digital de informações e a possibilidade de acompanhamento da situação carcerária e processual em qualquer posto de trabalho, visando a melhorar o atendimento jurídico aos presos, a formulação adequada e tempestiva dos pedidos de benefícios (progressão de regime, livramento condicional etc.), e seu acompanhamento forense;
- A criação de núcleos especializados em regiões com maior índice de vulnerabilidade à violação de direitos;
- A instituição de Centros de Atendimento Multidisciplinar, para dinamizar as práticas de solução extrajudicial de conflitos;
- A manutenção e expansão dos sistemas de informática e tecnologia da informação, a melhoria da base de dados;
- A realização periódica, com ampla participação popular, das Conferências Regionais e da Conferência Estadual da Defensoria Pública, para subsidiar a elaboração do plano anual de atuação;
- A gestão adequada do Fundo de Assistência Judiciária - FAJ e a busca de outros modos de financiamento para reforçá-lo.

3.7 Tribunal de Justiça Militar

No período de abrangência do PPA 2008-2011, o Tribunal de Justiça Militar prosseguirá seu esforço permanente para expandir, acelerar, racionalizar e modernizar suas atividades administrativas e jurisdicionais, com o eficiente julgamento das ações e recursos, a correta atribuição de distinções (medalhas do Mérito Militar), a permanente realização de correções sobre as atividades da Polícia Judiciária Militar e do Presídio Militar e a contínua expansão e modernização de suas atividades, prestar a jurisdição especializada que lhe compete.

Os objetivos principais são: (I) minimizar a prática de crimes por militares do Estado; (II) manter os princípios de disciplina e hierarquia; (III) promover o constante incentivo ao aprimoramento funcional dos oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado, com o conseqüente aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade; (IV) ampliar, descentralizar e acelerar o julgamento de processos na Primeira Instância, o que evitará o deslocamento de militares até a capital, reduzirá custos financeiros e operacionais e facilitará os serviços de correção permanente sobre as atividades da Polícia Judiciária Militar.

As ações para atingi-los compreendem:

- A instalação e a descentralização de Auditorias, criadas pela Lei Complementar nº 705/1993;
- A instauração do processo virtual, com a utilização dos meios eletrônicos em substituição aos tradicionais, conforme sistema informatizado de processamento de feitos da Justiça Militar desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- A continuidade do processo de informatização e modernização de suas atividades.

Infra-estrutura e Meio Ambiente

O governo do Estado de São Paulo orientará seus investimentos para expansão e modernização da infra-estrutura de interesse público, segundo a estratégia de utilizar eficientemente os recursos orçamentários existentes de forma a: captar novos financiamentos junto às agências nacionais e internacionais de fomento; promover parcerias público-privadas e, quando couber, realizar concessões onerosas para exploração dos serviços pelo setor privado, desonerando o orçamento público.

Nos últimos 12 anos destaca-se o esforço do Estado nos investimentos de infra-estrutura, que somam mais de R\$ 1 bilhão investidos ao ano em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; a execução de obras prioritárias como o Rodoanel, Trecho Oeste, e os estudos para execução do Trecho Sul; os R\$ 10 bilhões investidos para a ampliação da rede e modernização do metrô; e aqueles efetuados na melhoria significativa das condições operacionais da CPTM.

O que se projeta para o próximo período é o incremento desse volume de investimentos, com alavancagens decorrentes dos financiamentos, parcerias público – privadas, concessões e, principalmente, com a melhoria do perfil de despesas do Estado. Mas sua execução adequada e competente depende ainda de outro fator relevante, comum aos diversos serviços e investimentos nessas áreas: a visão articulada e a coordenação

nação dos entes e políticas públicas envolvidos associados, em especial, à proteção e preservação do meio ambiente.

O novo enfoque para a infra-estrutura soma ações de aumento da oferta de serviços públicos com políticas de gestão da demanda, especialmente em regiões de alta concentração populacional; privilegia a ocupação dos centros já consolidados, onde investimentos de grande vulto já foram feitos por toda a sociedade; utiliza o planejamento de longo prazo e novas estratégias de ação; se vale de regras estáveis e do uso de novas tecnologias.

4.1 Saneamento e Energia

A política estadual de saneamento tem como objetivos gerais garantir a universalidade do abastecimento de água a toda a população urbana do Estado, coletar e tratar os esgotos de maneira a eliminar os focos de degradação ambiental e sanitária nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, especialmente nas áreas de proteção a mananciais, controlar as inundações urbanas e eliminar os depósitos precários de lixo, com ênfase nas áreas de maior vulnerabilidade social, por meio de ações articuladas com os municípios que promovam a modernização tecnológica e gerencial dos serviços, seu planejamento e regulação independente da prestação, e o pleno aproveitamento das potencialidades locais. A política estadual de energia tem como objetivos gerais ampliar a oferta agregada de energia a partir de matriz energética diversificada, que valorize o aproveitamento de fontes alternativas; melhorar as condições de acesso à energia nas diferentes localidades do Estado e assegurar o suprimento energético estadual a índices compatíveis com as metas de crescimento econômico sustentado.

Principais iniciativas no campo do saneamento

Modernização e adequação da política estadual de saneamento às novas diretrizes da legislação federal.

A nova política de saneamento age articulada e complementarmente às ações de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento urbano. São objetivos dessa política em relação a todos os municípios do Estado, operados ou não pela Sabesp: a universaliza-

ção de cobertura do abastecimento de água para todos os domicílios urbanos; a ampliação de cobertura da rede coletora de esgoto; a ampliação dos atuais índices de tratamento dos esgotos coletados; e a garantia de preenchimento de patamares mínimos de desempenho técnico e operacional dos serviços.

A política de saneamento apóia-se no tripé: (I) nova estrutura reguladora dos serviços de saneamento, incluindo a designação de um ente independente que regule as concessões existentes, conforme definido no programa intersetorial que resultará na criação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp; (II) aprimoramento da cooperação do Estado com os municípios visando à consolidação das informações e à compatibilização das ações por meio da implantação de programa de apoio técnico e financeiro aos municípios para a elaboração de planos e políticas municipais de saneamento e para capacitação técnica dos gestores municipais; e (III) busca de novas alternativas de financiamento, complementares às já existentes, com foco na execução de investimentos de impacto para a melhoria dos níveis e da qualidade do atendimento e para a recuperação da qualidade e disponibilidade das águas urbanas.

Para atingir os objetivos a que se propõe será necessário investir cerca de R\$ 2 bilhões ao ano até 2020 para ampliar a infra-estrutura e modernizar a prestação dos serviços. Isso demanda a criação de novos mecanismos de financiamento, inclusive privados, em conformidade com o novo arcabouço institucional do setor. Deve ser ressaltado que o foco das novas alternativas de financiamento propostas pelo Estado é complementar àquelas disponíveis atualmente, especialmente o FGTS, e tem o propósito de alavancar investimentos já realizados, mas que necessitam de ações complementares. Para dar conta dos desafios colocados ao Estado é importante a participação da concessionária estadual, que atua em 367 dos 645 municípios paulistas. Em seu Plano de Metas a companhia pretende investir R\$ 5,1 bilhões para manter a universalização do abastecimento de água em sua área de atuação, atingir 84% de coleta de esgotos e cerca de 82% de tratamento.

Na linha de ações executivas das entidades vinculadas, em particular a **Sabesp**, mas também o **DAEE** e a **Emae**, realizam-se os projetos setoriais seguintes, os quais preenchem os objetivos de cobertura dos serviços fixados na política estadual.

A conclusão da 2ª etapa do projeto de despoluição do rio Tietê e a negociação com o BID para a execução da 3ª etapa faz parte da linha de atuação da **Sabesp** para a ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgotos e despoluição nas regiões metropolitanas e litoral. Ainda com relação à RMSP, está em elaboração a Carta Consulta do Programa de Saneamento Metropolitano, que prevê ações de despoluição de córregos afluentes dos rios Tietê e Pinheiros pela otimização de sistemas coletores já existentes. Na mesma linha, visando à ampliação do sistema de esgotos sanitários da Baixada Santista e à despoluição das águas, terão continuidade as obras de Saneamento Ambiental da Baixada Santista. Também terá continuidade o Programa de Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional, resultante da parceria com as prefeituras de São Paulo e outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

A despoluição dos córregos do município de São Paulo é outra prioridade, que abrange a Secretaria de Saneamento e Energia, a **Sabesp** e a PMSP, e tem como meta beneficiar a totalidade da população e do território do município em dez anos.

No que se refere ao planejamento e gerenciamento de recursos hídricos o **Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE** procurará: (I) efetivar a Cobrança pelo Uso da Água em 14 das 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos; e (II) acompanhar a execução do PERH — Plano Estadual de Recursos Hídricos, por um conjunto de indicadores definidos na sua última edição.

No âmbito do Programa de Infra-Estrutura Hídrica de Saneamento e Combate às Enchentes encontram-se os planos e ações de macrodrenagem para o controle de enchentes na RMSP, entre os quais vale destacar: (I) construção de reservatórios de contenção; (II) canalização em áreas críticas; (III) serviços de desassoreamento, limpeza e contenção de margens; (IV) serviços de manutenção preventiva e corretiva em todos os “piscinões” em operação na RMSP; (V) continuação do Projeto Tietê - terceira etapa, com ações de desassoreamento; recuperação e proteção da várzea, paisagismo, revestimento de margens, adequação dos desemboques; além de estudos para implantação de Terminal Intermodal – Fase I; (VI) **Programa Água Limpa**, com atendimento a cerca de 33 municípios com população até 30 mil habitantes, ainda não beneficiados pelo programa, com possibilidade de ampliação do limite de atendimento a municípios de até 50 mil habitantes.

Principais iniciativas no campo da Energia

As ações e as diretrizes visando ao desenvolvimento sustentável podem ser comprometidas sem um adequado equacionamento das questões referentes aos seus recursos energéticos e minerais. Para tanto, visando a subsidiar o estabelecimento de uma adequada política energética e de mineração para o Estado de São Paulo, o governo propõe o Programa Estadual de Energia e Mineração. Peças-chave dessa política são o desenvolvimento institucional e o planejamento energético.

Nas atividades relativas à gestão de demanda de energia estão programados o desenvolvimento de procedimentos, normas e recomendações para projetos de instalação, reforma e ampliação no âmbito da administração estadual e o levantamento e renegociação dos contratos de fornecimento de energia elétrica. Estas ações serão articuladas com a gestão da demanda de água da Política Estadual de Saneamento.

No âmbito do **Programa de Universalização do Atendimento no Meio Rural** está prevista a realização de 10.000 ligações de energia. A experiência da Ceresp – Comissão de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo – atesta que a cada duas ligações rurais efetuadas gera-se uma terceira ligação, fato que estimula a atividade rural de pequeno e médio porte e contribui para conter ou mesmo reverter o êxodo rural.

Quanto à **Emae – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.** – seu principal desafio é o equacionamento econômico do sistema energético por ela operado, pelo rateio de custos com os demais usuários do sistema, e de avanços no processo de despoluição da bacia do Alto Tietê. Isso permitirá o aumento gradual da energia assegurada e o conseqüente aumento de receita. Outro objetivo a ser perseguido é a expansão de sua capacidade instalada com a construção, por intermédio de parcerias, de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), particularmente na bacia do rio Tietê

No tocante à prestação de serviços, a Emae vem aumentando sua atuação como prestadora de serviços a terceiros nas áreas de operação e manutenção de usinas e barragens.

Os objetivos empresariais da Cesp – Companhia Energética do Estado de São Paulo S.A. – nos próximos anos estarão associados à manutenção dos níveis de geração para atendimento dos seus compromissos comerciais e financeiros. Seu parque gerador, com exceção da Usina Hidroelétrica (UHE) Porto Primavera, encontra-se em operação

há vários anos, exigindo alocação crescente de recursos destinados à operação e à manutenção, a fim de que continuem operando nos atuais níveis de confiabilidade e desempenho. Na mesma perspectiva, é vital a continuidade de programas de revitalização e modernização dos equipamentos. A implantação de processos de automação das usinas é uma opção real para a redução dos custos de produção mantendo a competitividade da empresa, como o que vem sendo implementado inicialmente na UHE Paraibuna, por apresentar o maior custo de operação e manutenção do parque gerador da Cesp.

A estes investimentos devem ser agregados os referentes à complementação de obras pendentes e ao atendimento de outras obrigações vinculadas a estes aproveitamentos hidroelétricos, com ênfase naquelas de ordem ambiental.

4.2 Transportes

O governo do Estado de São Paulo orientará seus investimentos no setor de Transportes segundo as estratégias de: (I) melhorar a logística de utilização das malhas rodoviárias e ferroviárias existentes, criando condições para a intermodalidade; (II) eliminação dos gargalos rodoviários e ferroviários na transposição da RMSP e no acesso ao Porto de Santos; (III) recuperação da malha de estradas vicinais em parcerias com os municípios; (IV) ampliação e modernização da malha portuária com a viabilização da delegação do Porto de São Sebastião e gestão compartilhada com o governo federal no Porto de Santos.

Integração dos modais e transposição das regiões metropolitanas

Na identificação dos investimentos na malha e na logística de transportes de São Paulo foram selecionadas quatro linhas prioritárias de ação: (I) projetos com foco na ampliação e recuperação da malha rodoviária destinados a eliminar os gargalos no trânsito do interior do Estado, como o dirigido para as rodovias estaduais e para as estradas vicinais; (II) projetos destinados a melhorar as condições de exportação no Estado, como as obras de melhoria da ligação rodoviária Campinas/Vale do

Paraíba/Porto de São Sebastião e as obras projetadas para o entorno do Porto de Santos e a viabilização do Porto de São Sebastião; (III) projetos destinados a promover a transposição da RMSP, seja no modal rodoviário (Rodoanel, Marginais, Complexo Viário Jacu-Pêssego, Avenidas Roberto Marinho e Bandeirantes), seja no modal ferroviário (Ferroanel); (IV) projetos destinados a descongestionar as regiões metropolitanas como as novas linhas e a modernização do metrô e do sistema de trens da CPTM, os corredores exclusivos de ônibus na Grande São Paulo, o Corredor Noroeste da Região Metropolitana de Campinas e o Sistema de Transporte sobre Trilhos da Região Metropolitana de Santos.

Além dos recursos públicos, no caso de infra-estrutura em transportes é ainda mais visível a necessidade de participação da iniciativa privada por meio de programas de concessões, como o das rodovias D. Pedro I, Ayrton Senna, Carvalho Pinto, Raposo Tavares e Marechal Rondon, com investimentos de R\$ 7,9 bilhões, bem como da concessão de 32 km do Rodoanel trecho Oeste com investimentos de R\$ 804 milhões. Além dos investimentos privados para expansão, duplicações e conservação de trechos rodoviários, as concessões gerarão uma outorga de R\$ 4,181 bilhões que serão reaplicados na malha rodoviária não concedida. Outra importante forma de envolvimento do setor privado serão as Parcerias Público-Privadas – PPPs, como no caso da Linha 4 do Metrô, já em execução, que gerarão investimentos de R\$ 682,6 milhões pelo setor privado.

4.3 Transportes Metropolitanos

Nessa área o governo do Estado de São Paulo orientará seus investimentos segundo duas estratégias de: (I) expansão do metrô e a modernização dos trens metropolitanos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos para transformá-los em metrô de superfície e (II) promoção da melhoria do transporte de passageiros nas regiões metropolitanas (Campinas e Baixada Santista), com a implantação de corredores expressos de ônibus e trilhos.

As ações da política de transportes urbanos em regiões metropolitanas estão contidas nos Planos Integrados de Transportes Urbanos – Pitu, com visão de longo prazo e constante atualização.

No Pitu 2025 da região metropolitana de São Paulo estão identificadas ações para potencializar o funcionamento da rede metroferroviária integrada física, operacional e tarifariamente com os ônibus municipais e metropolitanos. Também estão incluídas estratégias de expansão e modernização da rede metroferroviária integradas com o uso do solo para garantir acessibilidade, desenvolvimento habitacional e fácil acesso aos empregos.

Os principais resultados que se pretende alcançar são:

- Reversão da tendência de diminuição da participação do transporte coletivo no motorizado, que passaria a representar 52%;
- Redução das viagens a pé em 24%;
- Aumento da participação do sistema sobre trilhos no coletivo, chegando a 33%;
- Diminuição do tempo de viagem em 30%, passando de 40 para 28 minutos.

Sob a perspectiva deste plano a malha convencional de trens metropolitanos dobrará a sua capacidade em relação ao índice de 2005/2006.

O arcabouço estrutural de trilhos deverá ser complementado por um grupo de corredores convencionais – Via Livre e Passa Rápido da Prefeitura do Município de São Paulo – e aos quais se somam os de projetos especiais, ou seja, os corredores expressos Tiradentes e Tucuruvi-Guarulhos. O conjunto de corredores deverá evoluir para o conceito de corredores urbanísticos, que se associam os projetos de revitalização urbana dos bairros situados em sua área de influência.

O complexo de suporte do Pitu 2025 da RMSP é completado pelos sistemas viário básico metropolitano e da capital – SIVIM e SVE – devidamente coordenados e funcionando com uniformidade de padrões operacionais e identidade visual. Todo o conjunto se articulará com os centros logísticos antes mencionados e com os serviços de transporte de passageiros e sistemas viários dos demais municípios da RMSP mediante as conexões físico-operacionais.

O projeto de modernização da malha da **CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos** teve seu desenvolvimento determinado pela abrangência metropolitana da rede e pela demanda da população. Seu objetivo é o de conduzir a infra-estrutura instalada ao limite de seu desempenho, a fim de tornar a oferta compatível com o potencial de de-

manda, além de atingir, na prestação de serviços, um padrão de excelência nos 253 km de vias operacionais. Além disso, com a modernização da rede irá diminuir o intervalo médio entre os trens em 25%.

Para tanto, a infra-estrutura das linhas existentes (estações, vias e sistemas) serão modernizadas. Novos e modernos trens serão incorporados. A frota existente será modernizada e novos serviços serão criados, tais como a extensão do Expresso Leste, a implantação do Expresso ABC (ligando os municípios de Mauá, Santo André, São Caetano ao centro de São Paulo) e o conjunto Expresso Aeroporto e Trem de Guarulhos. Tudo para aumentar acessibilidade e o conforto e segurança dos usuários.

Com o investimento previsto será ampliada a oferta de lugares nas linhas A, B, C, D e F dos atuais 70 mil por hora para 140,5 mil. Já o expresso ABC irá beneficiar 670 mil usuários por dia em 2010; no expresso Leste, 308 mil usuários. A proposta do Expresso Aeroporto e do Trem de Guarulhos beneficiará mais de 106 mil usuários, ainda não atendidos pela CPTM.

A rede do **Metrô** foi revista em razão das modificações propostas para a rede da CPTM, destacando-se os serviços expressos e o exame mais aprofundado do comportamento da demanda na rede. Os investimentos do Metrô têm foco na expansão de sua rede, que deverá ser acrescida, em relação à rede atual, em 35,2 km até 2014, por meio das ampliações das Linhas 2 e 5 e construção da Linha 4.

Serão incorporados à frota atual novos trens para atender a expansão da Linha 2 de Chácara Klabin até Vila Prudente. A previsão é de que em 2010, com a operação total da Linha 2 entre Vila Madalena e Vila Prudente, integrada na Estação Tamanduateí com a Linha "D" da CPTM e na Estação Sacomã com o Expresso Tiradentes, a demanda diária da linha chegará a 800 mil pessoas.

Já a Linha 4 em construção e objeto de parceria público-privada, integrará à rede metroferroviária, adicionando ao sistema de transportes, numa primeira etapa, mais 730 mil passageiros ao dia, além de promover a reorganização do transporte na zona oeste da região metropolitana de São Paulo. Essa linha ligará o bairro da Luz ao bairro de Vila Sônia, na zona oeste, passando pela região da Consolação, Avenida Paulista e Pinheiros.

Serão incorporados pelo concessionário privado 29 novos trens, sendo 14 já na primeira etapa e o restante de 15 trens, quando do início

de operação da segunda etapa.

A Linha 5-Lilás, que conta com 8,4 km de extensão e seis estações na zona sul de São Paulo, também será ampliada. O segundo trecho a ser construído deverá atender uma demanda de, aproximadamente, 600 mil passageiros por dia útil e ligará a Estação Largo Treze à Estação Santa Cruz na Linha 1 e à Estação Chácara Klabin na Linha 2. Serão mais dez estações e mais 11,4 km de via a serem implantados, com previsão de conclusão também em 2011.

Estão sendo adquiridos 17 novos trens para aumentar a oferta de lugares nas Linhas 1 e 3 (Azul e Vermelha) em cerca de 130 mil passageiros, possibilitando condições de modernizar a frota hoje existente (em funcionamento há mais 30 anos), além de investimentos vultosos para reduzir o intervalo entre trens, garantir conforto e segurança aos usuários.

À EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos coube, dentro das ações previstas no Pitu, o desenvolvimento de estudos com vistas à implantação de corredores nas regiões metropolitanas. A proposta de racionalização do transporte sobre pneus nas regiões metropolitanas prevê:

- construção de grandes sistemas de transporte (corredores);
- organização de acessos, vias e paradas;
- investimentos no corredor metropolitano São Mateus – Jabaquara.

Essa proposta visa a ampliar a extensão dos corredores disponíveis na RMSP dos atuais 33 km para 53,5 km em 2010; em Campinas dos 3,9 km atuais para 63 km; e na Baixada Santista instituir esta modalidade, alcançando em 2010 quase 11 km de corredores.

4.4 Meio Ambiente

A difusão de informações e a preocupação com o aquecimento global e os impactos dele decorrentes têm motivado diversas iniciativas para a implantação de reflorestamentos para a compensação de emissões de gases de efeito estufa, tendência que o governo do Estado manterá no período 2008-2011. Existe também a expectativa de implantação de projetos de reflorestamento capazes de gerar crédi-

tos de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, previsto no Protocolo de Kyoto. Considerando que a recuperação de matas ciliares proporciona benefícios ambientais e sociais muito significativos e que a proteção legal que incide sobre essas áreas assegura a permanência do carbono nelas fixado, verifica-se que existe sólida fundamentação para direcionar os investimentos em reflorestamento executados com o objetivo de fixar carbono para a recuperação de matas ciliares. O reflorestamento de áreas ciliares que se encontram degradadas em São Paulo poderá proporcionar a absorção e fixação de 136 milhões de toneladas de carbono, o que poderá viabilizar aporte expressivo de recursos financeiros de créditos de carbono ou de compensações voluntárias de emissões, que, por sua vez, podem representar importante instrumento para viabilizar a recuperação em grande escala dessas matas.

Embora se verifique estabilidade dos percentuais de cobertura florestal no Estado, nota-se que ainda persiste o processo de insularização dos fragmentos remanescentes na maior parte do território. O isolamento desses remanescentes tem se constituído em ameaça concreta à estrutura, às funções e à estabilidade dos ambientes naturais. O desmatamento, aliado à suscetibilidade, à erosão e ao manejo inadequado dos solos, contribui também para a perda de solo fértil e para o assoreamento de rios, represas e nascentes, prejudicando a disponibilidade de água para o abastecimento público e para o desenvolvimento. Nesse contexto, é especialmente grave a situação das áreas ciliares que se encontram desmatadas e degradadas uma vez que porção significativa deste ecossistema em áreas de produção agrícola foi suprimida ou sofreu algum grau de perturbação. A reversão desta situação, com a restauração florestal em áreas ciliares, possibilitaria a criação de uma rede de corredores que contribuiria para aumentar a conectividade entre os fragmentos de vegetação remanescente, apoiando a conservação da biodiversidade, e para a proteção dos recursos hídricos e do solo. Os programas Proteção e Recuperação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais e Gestão dos Recursos Hídricos vão ao encontro do equacionamento destes problemas.

A ação do governo do Estado na área de preservação do meio ambiente objetiva reduzir o desperdício no consumo de recursos naturais (notadamente água e energia) e a geração de resíduos (de lixo a gases

de efeito estufa). Essa ação contribuirá para melhorar a competitividade do setor produtivo e desonerar o Estado, especialmente o sistema de saúde. Nesse sentido, a agenda para os próximos quatro anos concilia métodos de proteção ambiental, justiça social, eficiência econômica e geração de emprego e renda.

A recuperação de matas ciliares prevista no **Programa de Proteção e Recuperação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais** é um dos principais projetos estratégicos para o período do PPA, apresentando forte interface com outros projetos estratégicos como o Projeto de Recuperação de Matas Ciliares, que se encontra em implementação com apoio financeiro do GEF/Banco Mundial e em parceria com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento — SAA (Programa de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável), e cuja execução terá continuidade no período 2008-2011.

O Protocolo de Conduta Agroambiental define uma forma de premiar condutas positivas, além das exigidas pela legislação, atraindo à adesão os mais adiantados e norteando ações complementares aos que não aderirem. Tais ações podem ser tanto de fomento como de exigências adicionais, porém adequadas à sua realidade. Dentro do guarda-chuva do protocolo há vários itens, tais como redução da colheita da cana queimada, recuperação das matas ciliares, redução no consumo de água e nas emissões atmosféricas das unidades industriais e gerenciamento de embalagens de agrotóxicos. Outras iniciativas estratégicas incluem o Licenciamento Ambiental Unificado, que prevê a criação da Agência Ambiental/Cetesb; os projetos Litoral Norte e Município Verde visando o planejamento ambiental e o Serra do Mar, focado na gestão ambiental, assim como o projeto Lixo Mínimo, que irá melhorar a gestão e a redução do volume de resíduos domésticos, estimulando a reciclagem e extinguindo os lixões a céu aberto.

O desenvolvimento de São Paulo e a infra-estrutura de conhecimento, inovação e tecnologia

A ação do Estado é fundamental para promover o crescimento, quer no estímulo à concorrência ou ao progresso técnico, quer na promoção de mudanças estruturais dos setores produtivos, na inserção em mercados internacionais e na transformação das instituições. Os pilares das políticas de desenvolvimento de São Paulo são a integração entre políticas públicas setorial, de inovação e comércio exterior com o objetivo de gerar competitividade. Com base na experiência internacional, a formulação de uma política de desenvolvimento deve levar em consideração:

1. O estado deve atuar como um agente articulador, que define diretrizes de desenvolvimento, consolida as infra-estruturas e promove as interações entre os agentes;
2. É estratégico conjugar os instrumentos verticais e horizontais, fortalecer as instituições e o sistema de inovação pela integração da ciência com a produção de bens e serviços;
3. A sofisticação tecnológica da pauta exportadora é a melhor forma de tornar as vendas externas menos vulneráveis às variações dos preços das *commodities* internacionais, além de possibilitar um aumento da participação das exportações no comércio mundial;
4. A articulação dos fatores acima descritos gera um efeito sinérgico fundamental ao progresso técnico.

Em São Paulo concentram-se desde indústrias tidas como as mais tradicionais – têxtil, vestuário, alimentício – até aquelas mais intensivas em tecnologia – de informática, eletrônica, comunicação, aeroespacial, instrumentação. Além disso, a indústria paulista também se destaca pela maior proporção de recursos humanos qualificados (especialmente de nível superior) empregados em ocupações tecnológicas e por concentrar um grande número de empresas multinacionais e investimentos diretos estrangeiros. Dado o desempenho recente, o principal desafio é o de elevar a competitividade, levando em consideração as especificidades dos setores tradicionais, maduros e de futuro, diante de um cenário de câmbio valorizado e aumento da concorrência externa. Em vista desses desafios, destacam-se cinco estratégias de atuação do Estado para o desenvolvimento:

1. Estratégias de apoio à inovação e à competitividade, por meio da organização e fortalecimento do sistema paulista na área de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) e do incentivo à modernização nas empresas, tendo em vista a sua importância para a competitividade;
2. Estratégias para o desenvolvimento local, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento da indústria paulista a partir de suas vocações regionais, buscando a redução das diferenças entre as regiões e novas oportunidades para o Estado. As ações para o crescimento local atingem tanto os setores tradicionais e maduros, como os setores de futuro;
3. Estratégias de comércio exterior e relações internacionais, considerando as oportunidades de atuação das empresas paulistas no mercado externo, assim como a necessidade de mantê-las competitivas para concorrer com as estrangeiras que atuam no mercado interno;
4. Investimento em projetos estratégicos, onde a atuação do Estado possa levar a um ganho considerável para a competitividade, como é o caso de infra-estrutura, logística, energia e Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs);
5. Maior articulação das ações dos órgãos do Estado por meio da capacitação de mão-de-obra, produção científica e prestação de serviços tecnológicos para as empresas (Centro Paula Souza, Fapesp, IPT).

As ações do governo em prol do desenvolvimento produtivo pautam-se por essas estratégias, cobrindo as mais especificamente direciona-

das para o comércio exterior, para a inovação e tecnologia com vistas ao aumento da competitividade e para o ensino superior e profissional.

5.1 Estratégias de comércio exterior e relações internacionais

A inserção brasileira no mercado internacional se intensificou nos últimos anos, viabilizada pela abertura e estabilização da economia favorecida por um cenário internacional muito positivo, caracterizado pela forte demanda e altos preços. Após um período de déficits constantes na balança comercial, as exportações brasileiras se recuperaram (em grande parte devido à desvalorização cambial do início de 1999) e ultrapassaram as importações, acumulando superávits comerciais. São Paulo agrega uma estrutura produtiva diversificada e isso se reflete em sua pauta exportadora.

Apesar da forte liderança, São Paulo tem grandes desafios à frente. São vitais para sua sobrevivência o aprimoramento da capacidade competitiva, por meio de políticas direcionadas para a inovação tecnológica e para a agregação de valor, assim como a política de fomento às exportações e a proteção técnica à atividade econômica paulista de seus competidores internacionais.

Desde o PPA 2004-2007, o governo de São Paulo vem dando sequência a iniciativas direcionadas para o fortalecimento das empresas paulistas, tais como: (I) difusão da cultura exportadora – visando principalmente à expansão da base exportadora do Estado; (II) promoção comercial – objetivando incremento das exportações e internacionalização das empresas; e (III) adequação técnica de produtos a barreiras técnicas, para a correta inserção internacional.

Adicionalmente, foram realizadas ações institucionais para a internacionalização do Estado, trabalhando sua imagem no exterior, estabelecendo parcerias com governos e instituições estrangeiras. Um dos resultados do programa de comércio exterior executado nos últimos quatro anos foi a maior capacitação e sensibilização para a internacionalização das pequena e média empresas (PMEs). As ações foram bem recebidas pelo setor privado, obtendo apoio e co-participação de entidades. É preciso, agora, ampliar as ações para abranger maior

número de empresas, bem como aprimorar ações promocionais e institucionais no exterior, de modo a conseguir um impacto mais significativo na base exportadora.

Dando continuidade e aprofundando as políticas de fomento ao comércio exterior paulista, é necessário atuar: (I) em prol dos negócios internacionais, incentivando, capacitando e promovendo as empresas paulistas a exportar; (II) na melhoria da imagem do Estado no exterior para que esse seja visto como um ambiente favorável aos negócios no Brasil e na América do Sul; (III) na adequação e certificação dos produtos exportáveis para que possam se inserir de maneira competitiva no mercado global; (IV) no fortalecimento do Programa de Apoio Tecnológico à Exportação – Progex do IPT; (V) no incentivo às exportações de serviços e de bens inovadores; (VI) no incentivo à diversificação de mercados; e (VII) no desenvolvimento de formas de proteger o mercado brasileiro, e paulista em particular, das importações com baixa qualidade, por meio do estabelecimento de normas técnicas mais rigorosas.

5.2 A agenda paulista de inovação e competitividade

O PPA 2004-2007 para a área de inovação e competitividade contemplou esforços para ampliar a cooperação entre o setor produtivo e as instituições acadêmicas de pesquisa. Além do binômio tradicional de Ciência e Tecnologia (C&T), o programa incorporou, também, a questão da inovação na agenda das universidades, dos institutos tecnológicos e da Fapesp. Seu eixo central de atuação pretendeu reforçar a relação universidade-empresa, como mecanismo de fortalecimento da competitividade e elevação da produtividade no Estado.

Apesar dos avanços, alguns dos desafios enfrentados ainda permanecem para o PPA 2008-2011, principalmente o baixo engajamento das empresas em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e inovação. Na perspectiva deste PPA, a promoção da P&D e inovação ocupa lugar de destaque na política industrial do Estado, alinhada a uma estratégia ampla de desenvolvimento.

No plano dos instrumentos e ações, além de mobilizar recursos, trata-se de coordenar decisões estratégicas, públicas e privadas, das mais diversas naturezas e em recortes temporais de médio e longo

prazos. Isso requer não apenas correção do diagnóstico e das proposições, mas especialmente capacidade de articulação e mobilização de distintos atores em um marco institucional coerente com a estratégia de desenvolvimento adotada. Além de continuidade da ação, são necessárias metas e avaliação de resultados e clareza de objetivos.

A política de C&T e inovação de São Paulo identificará os gargalos e as oportunidades de médio prazo, para que as ações públicas e privadas sejam convergentes e que as reformas institucionais necessárias sejam acordadas entre os atores. Assim, as estratégias e instrumentos de C, T&I serão constituídas de um conjunto de diretrizes, planos e ações para estabelecer conexões entre atores, desenvolver estratégias e mecanismos de inovação, considerando os espaços competitivos concretos (APLs, pólos e parques tecnológicos), os setores produtivos e os cenários.

5.3 As ações importantes: o que se pretende fazer

Visto que o núcleo da política da indústria atual para São Paulo é constituído de três vetores — desenvolvimento da infra-estrutura, avanço tecnológico e inovação e competitividade nacional e internacional —, o conjunto de estratégias, instrumentos e ações que serão desenvolvidas para alavancar a Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) no Estado deve contemplar ações capazes de simultaneamente atingir: (I) o avanço das infra-estruturas de C,T&I em sinergia com as estratégias da política industrial; (II) os objetivos e instrumentos da política estadual de C,T&I com os da política industrial; (III) a união de esforços de instituições públicas e de entidades representativas do setor privado; (IV) a articulação de instrumentos, normas e regulamentações aos objetivos.

No primeiro caso isso significa regulamentar e implantar a Agência de Fomento do Estado de São Paulo para atuar no apoio às atividades privadas de P&D e inovação no Estado; reforçar o Fundo Estadual de Desenvolvimento Tecnológico (Funcet) como instrumento complementar à Agência de Fomento na subvenção às suas linhas de crédito prioritárias; implantar a Agência Paulista de Inovação e Competitividade com as funções de formular e executar políticas de apoio à promoção da qualidade, produtividade e inovação tecnológica.

No segundo caso, isso implica melhorar o entrosamento da Secretaria de Desenvolvimento com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) – Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para a execução do PPA paulista e sua agenda de C,T&I, bem como das iniciativas e projetos paulistas nas agências federais de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento e à política industrial – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (Abdi) e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (Cgee).

No terceiro item, estão incluídas as necessidades de: coordenar a cooperação entre as secretarias do Estado para interagir principalmente em projetos e ações no sistema paulista de inovação; estimular parcerias com investidores privados em projetos de interesse do governo estadual, ancorados em garantias do governo de São Paulo e novos tipos de engenharias financeiras; desenvolver programa de apoio à inovação nas empresas; ampliar a cooperação público-privada e o licenciamento de tecnologia pelas universidades e institutos de pesquisa, desenvolvendo novos modelos de negócios para C&T; mobilizar os institutos de pesquisa do Estado para uma agenda de cooperação público-privada e fortalecimento da inovação, flexibilizando seus estatutos jurídicos, gestão e modelos de negócio.

O quarto item abrange vincular os instrumentos de atração de investimentos diretos estrangeiros aos objetivos de desenvolvimento econômico do Estado; ampliar o apoio à metrologia e serviços tecnológicos e apoiar a difusão de tecnologias com programas de produtividade e extensão, com o fortalecimento do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) nessa área e o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); agir para aprovar a Lei Paulista de Inovação, e sua regulamentação, e buscar maior interação do Poder Legislativo estadual com o tema da política de inovação e das reformas institucionais necessárias; criar um portal da inovação com um sistema de informações em C,T&I paulista; criar um sistema de avaliação

de resultados e impactos da política de C,T&I no Estado; organizar a conferência paulista de C,T&I e elaborar e executar um plano estadual de CT&I; instituir o plano de programas especiais em tecnologias estratégicas para o Estado de São Paulo (biotecnologia, bioenergia, gás natural, petróleo, nanotecnologia e fotônica).

5.4 O Sistema Paulista de Parques Tecnológicos

O lançamento de um sistema de parques tecnológicos se associa ao conjunto de instrumentos de política para reforçar a capacidade de resposta do Estado de São Paulo à necessidade de renovação da sua estrutura industrial. Desde as primeiras iniciativas para executá-los, percebeu-se que seu sucesso depende da ação coordenada de diferentes instituições.

A atuação conjunta do governo estadual e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) permitiu preparar a instituição de cinco parques tecnológicos no Estado, nos municípios de São Paulo – próximos ao maior pólo de C&T da América Latina (USP, IPT, Ipen, Instituto Butantan); Campinas – para abrigar projetos de P&D em empresas preferencialmente da área de tecnologia da informação e comunicações (TICs); São Carlos – explorando as vocações da região, os setores de ótica, materiais e instrumentação; São José dos Campos – graças à concentração dos setores aeronáutico, espacial e de defesa; e Ribeirão Preto – com prioridade para as áreas de saúde, fármacos e biotecnologia, aproveitando a presença do câmpus da USP no município. Eles apresentaram, em comparação a outros municípios do Estado, os maiores índices de: (I) empresas participantes do Programa de Inovação Tecnológica em Pequenas Empresas – (Pipe)/Fapesp; (II) doutores formados por ano; e (III) concentração industrial. Esses fatores foram escolhidos como medida aproximada da presença local de iniciativas de inovação tecnológica e do potencial de criação de novos negócios baseados em conhecimento.

De forma geral, o desenvolvimento do projeto dos parques tecnológicos prevê atividades de definição das áreas, coordenação dos estudos de viabilidade técnica e econômica, mobilização dos atores envolvidos, modelagem financeira e institucional, contratação e su-

pervisão dos serviços técnicos e definição de modelo jurídico adequado a cada empreendimento, buscando articular as ações pública e privada.

5.5 Ensino superior e profissional

O êxito das agendas de desenvolvimento, inovação e competitividade de propostas neste PPA depende da expansão dos sistemas de ensino superior, técnico e tecnológico. Os programas nele contidos priorizam o fortalecimento da pesquisa, do ensino superior e do ensino técnico em todo o Estado de São Paulo, conforme os objetivos estratégicos do governo: (I) desenvolver e aprimorar o ensino superior e técnico; (II) aumentar a acessibilidade ao ensino superior e técnico (III) ampliar as atividades de pesquisa, objetivando enfrentar os problemas da realidade nacional; (IV) buscar formas alternativas e adequadas ao atual estágio tecnológico para oferecer formação nos níveis de ensino de terceiro e quarto graus, com vistas a aumentar o número de jovens que cursam a universidade; e (V) ampliar e aprimorar as atividades de extensão, notadamente a prestação de serviços de saúde pelos hospitais universitários.

Convém destacar que a universidade não é o único destino possível e desejável aos egressos do ensino médio, pois o Estado de São Paulo também oferece alternativas como os cursos tecnológicos e técnicos. Assim, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps) é a instituição responsável pelo desenvolvimento do ensino profissional público tecnológico e técnico, ministrando diversos cursos e habilitações. Essas formações são oferecidas por meio das 33 faculdades de tecnologia (Fatecs) e 135 escolas técnicas (Etecs), atendendo aproximadamente 123 mil alunos em todas as regiões administrativas e de governo do Estado.

A estratégia utilizada para a criação de unidades é a das parcerias com prefeituras que têm constituído mecanismo de sucesso. A municipalidade providencia a reforma e a adequação do prédio e o Ceeteps a compra de mobiliário e equipamentos e manutenção do corpo docente. No período de governo 2008-2011, deverá ter continuidade o processo de expansão da rede de ensino técnico do sistema Ceeteps seguindo a mesma estrutura de financiamento com a participação de 50% do tesouro do

Estado e o restante vindo de ONGs, empresas, outros órgãos de governo e prefeituras. A meta neste período é de atingir 52 Fatecs e ampliar para 175 mil o número de matrículas no ensino público técnico (Etecs).

O Centro Paula Souza também fortalecerá o programa de pós-graduação por meio do Mestrado Profissional em Tecnologia, que foi recomendado pela Capes em 2002 e iniciou suas atividades a partir de 2003. Esse programa tem a proposta de abordar o conhecimento tecnológico na dimensão da gestão e do desenvolvimento de produtos e processos em ambientes competitivos e globalizados, tendo o desenvolvimento sustentável e a educação e formação tecnológica como vetores de integração, de promoção social e de realização pessoal.

5.6 Fomento à inovação tecnológica

O Estado de São Paulo, com reconhecida liderança em produção de pesquisa acadêmica de qualidade, contempla neste PPA a política pública para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação comprometida com a resposta a três desafios principais: (I) aumento da capacidade de formação de pessoal no nível de pós-graduação; (II) expansão da atividade de pesquisa acadêmica, em termos qualitativos e quantitativos; e (III) desenvolvimento da capacidade de geração e aplicação de conhecimento científico e tecnológico no Estado de São Paulo por meio do aumento da atividade de P&D em pequenas empresas, da interação entre empresas e universidades para projetos de P&D cooperativos e do aumento da capacidade de geração e aplicação de conhecimento em órgãos governamentais no nível federal, estadual e municipal.

A demanda de recursos para a execução de ações e programas pelo sistema paulista de C,T&I é provido, em grande parte, pela Fapesp. Os dois primeiros desafios são da pauta de responsabilidade do sistema de ensino superior, público e privado. Para o apoio a esses dois desafios, a Fapesp continuará disponibilizando três ações de suas missões básicas: concessão de bolsas de estudos, concessão de auxílio à pesquisa e os programas especiais.

O apoio às atividades de P&D e ao processo de inovação passou a integrar a agenda da política de ciência e tecnologia do Estado de São Paulo. Na década de 1990, a Fapesp instituiu novos e bem-sucedidos

programas de apoio à inovação nas empresas. As universidades estaduais têm cada vez mais se dedicado à instituição de programas de cooperação com empresas e procurado estimular o empreendedorismo e a incubação de novos negócios de base tecnológica, com mudanças institucionais importantes, como a criação do Centro Incubador de Empresas Tecnológicas – Cietec a partir de ação conjunta da USP, do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) e do IPT, que hoje é o maior incubador de empresas da América Latina, ou da criação da Agência de Inovação da Unicamp, para ficar com dois exemplos. Os institutos de pesquisa do Estado têm ampliado a oferta de serviços de apoio ao setor produtivo. Reflexo da importância do apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Estado, essas modalidades no orçamento da Fapesp têm evoluído, e assim continuarão, como demonstram os números de aplicação de recursos aos programas de estímulo à inovação da agência, que cresceu cerca de 7 vezes em dez anos. A fundação concentra esse apoio em duas modalidades: PIPE – Programa de Inovação tecnológica em Pequenas Empresas (empresas com até cem empregados) e PITE – Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para a Inovação Tecnológica (fomento à interação entre universidades/institutos de pesquisa e empresas).

Apesar dessas iniciativas, a competitividade do sistema produtivo de São Paulo ainda padece de melhor eficiência no aproveitamento da produção de conhecimento científico e tecnológico no desenvolvimento da inovação. Por esse motivo, o centro da agenda da política pública neste PPA foca a questão de como ampliar a competitividade das empresas, sua capacidade de inovação por meio da P&D e como tirar proveito para isso dos investimentos feitos no sistema de pesquisa acadêmica.

Convém notar, finalmente, que o sistema de inovação não se circunscreve às universidades e empresas. Além dos institutos de pesquisa, em geral públicos, criou-se, notadamente em São Paulo, um grupo variado de atores que desempenham papéis complementares no processo de inovação: associações de classe; prestadores de serviços; centros do Senai.

5.7 Inovação tecnológica e desenvolvimento científico na saúde

A consecução de políticas públicas eficazes na área de saúde freqüentemente está limitada pelas restrições à disponibilidade de tecnologias capazes de produzir a custo competitivo insumos necessários às ações de saúde. Atento a isso, o governo do Estado promoverá o desenvolvimento científico e tecnológico na área de saúde com seus institutos de pesquisas, que são órgãos de notório saber científico e, devidamente estimulados, são atores fundamentais no processo de difusão tecnológica. Esse é um dos instrumentos de que dispõe o governo do Estado para planejar e aperfeiçoar a atual política nesse segmento, que busca melhorar os perfis de saúde da população paulista.

Finalmente, observe-se que a produção de imunobiológicos, biofármacos e hemoderivados, enquanto insumos importantes para a saúde coletiva, agrega programa específico e procura abarcar o incentivo ao desenvolvimento tecnológico para fabricação e planejamento, bem como a capacitação de recursos humanos, avaliação contínua e cuidados com a rede de distribuição desses insumos aos municípios, para a execução do programa de imunização do Sistema Único de Saúde (SUS).

5.8 A agricultura e a pesquisa agrícola

De modo geral, o Estado de São Paulo apresenta como vantagens: as redes de defesa, pesquisa e extensão públicas capazes de responder aos desafios do setor agropecuário e da agroindústria paulista; a melhor infra-estrutura do País (qualidade das estradas, portos, armazéns, comunicação etc.); geração de conhecimento e formação de capital humano nos diversos centros de ciências agrárias localizados em suas universidades públicas, nos institutos de pesquisa e nas coordenadorias de apoio ao desenvolvimento; e a presença de importantes organizações e entidades setoriais que permitem o diálogo entre os setores público e privado.

Assim, tem-se a oportunidade de melhor administrar a expansão equilibrada dos cultivos direcionados à produção de energia, visando

a reduzir os riscos da monocultura e da exclusão de segmento importante de produtores agrícolas. Busca-se, também, o melhor aproveitamento de vantagens comparativas/competitivas do Estado em outros segmentos de produtos, como na fruticultura, floricultura, reflorestamento, por exemplo. A difusão dessas atividades competitivas, que geram elevado valor da produção, configura-se também em oportunidade do Estado para mitigar os desequilíbrios regionais.

Considerando o desafio de manter a liderança paulista no agronegócio brasileiro, as oportunidades relacionadas às mais importantes cadeias produtivas instaladas no Estado e as diretrizes sobre segurança alimentar, torna-se fundamental ampliar e modernizar a capacidade de vigilância sanitária e epidemiológica do Estado, como demonstra o programa **Risco Sanitário Zero**, que engloba ações como certificação de qualidade do produto de São Paulo - Selo São Paulo, avaliação de produtos e processos monitorados pela defesa agropecuária, novos insumos estratégicos para diagnóstico e controle de pragas e doenças e educação sanitária aos produtores rurais. Para garantir maior segurança no transporte e o escoamento de safras agrícolas, com agilidade e custo reduzido aos produtores, o projeto **Melhor Caminho** irá recuperar mais de 10 mil quilômetros ao longo dos quatro anos de vigência deste PPA.

Entretanto, a liderança paulista no agronegócio nacional depende de um processo contínuo de adoção de novas tecnologias. Para isso, os institutos de pesquisa do Estado de São Paulo são orientados a atender demandas específicas. A consolidação dos pólos regionais de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta) é uma consequência disso. Outro destaque nas pesquisas é o relacionado à biomassa como fonte de produção de energia.

São temas prioritários na agenda de pesquisa da Apta: a ocupação equilibrada do solo, a geração de tecnologias que permitam o desenvolvimento sustentável, o aperfeiçoamento de processos visando ao aumento na competitividade do agronegócio e a criação de novas tecnologias orientadas para o pequeno produtor rural. Algumas ações de destaque do governo paulista nessa área são as dos programas: (I) Risco Sanitário Zero, (II) Desenvolvimento Local Integrado Sustentável e (III) Geração e Transferência de Conhecimento e Tecnologia para o Agronegócio.

Para desenvolver o último programa citado acima, a Apta fortalecerá a área de pesquisa tecnológica para o agronegócio, consolidando e promovendo a interação dos institutos de pesquisa que coordena. As atividades de geração e transferência de conhecimento executadas pela agência enfatizarão os temas bioenergia, segurança alimentar, sustentabilidade agro ambiental e organização do espaço rural e peri-urbano, além de produtos e processos estratégicos para a competitividade do agronegócio paulista.

Em consonância com esses temas, o Instituto Agrônomo (IAC) enfatizará pesquisas em melhoramento genético — particularmente em novas variedades adaptadas à renovação de canaviais e passíveis de inserção na matriz bioenergética — e em ecofisiologia vegetal, buscando alternativas de respostas aos efeitos de eventos e mudanças climáticas.

O Instituto Biológico buscará ampliar a competitividade dos agonegócios paulista e brasileiro no mercado internacional, além de desenvolver e produzir novos imunobiológicos e bioinseticidas.

O Instituto de Economia Agrícola (IEA) ampliará o acesso e a qualidade das bases de informações sócioeconômicas do agronegócio paulista, estimulando a rentabilidade e as oportunidades de negócios, além de identificar oportunidades, avaliar os potenciais arranjos produtivos locais e a demanda dos agentes integrados nas ações específicas de desenvolvimento local e regional.

O Instituto de Pesca desenvolverá pesquisas e ações que resultem na obtenção de novos produtos de qualidade, com certificação de origem, garantia de sanidade, elevada produtividade e sustentabilidade dos recursos naturais (hídricos e pesqueiros), e no estabelecimento de processos que permitam agregação de valor aos produtos gerados pelas cadeias produtivas do agronegócio do pescado.

O Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital) cuidará de avaliar físico-química e biologicamente produtos alimentícios e embalagens, apoiando a vigilância do sistema de defesa agropecuária paulista em suas ações corretivas e preventivas para assegurar a qualidade dos alimentos, possibilitando ofertar à população produtos melhores e mais seguros.

O Instituto de Zootecnia concentrará esforços na identificação de fontes zootécnicas (animais e forrageiras) renováveis de energia e na sua utilização em escala comercial, buscando, também, identificar

marcadores moleculares para detecção precoce de características desejáveis no produto animal comercial, além de técnicas de monitoramento de produtos animais para garantia de qualidade e origem, atendendo às exigências de rastreabilidade e de verificação da existência de resíduos químicos e biológicos.

A Apta regional perseguirá a diminuição das disparidades inter-regionais com a ampliação das possibilidades de produção, tanto das principais explorações agrícolas do Estado, quanto de novas alternativas e de nichos de mercado, objetivando o desenvolvimento sustentável – particularmente das pequenas propriedades rurais –, a integração lavoura-pecuária, a geração de emprego e renda e a inserção social.

A Gestão Pública: ações inovadoras de gestão e melhoria de qualidade

O governo do Estado de São Paulo está determinado a promover uma gestão pública profissional, eficiente, em dia com as tecnologias mais modernas de administração e aberta ao controle e à participação dos cidadãos. Quatro temas estratégicos nortearão a gestão do Estado de São Paulo no período 2008-2011:

- **Reforço da função Gestão de Governo**, por meio da implantação de gerir por resultados e do realinhamento de estruturas organizacionais; pela adoção de uma política mais ativa e criativa de Recursos Humanos com foco no planejamento da força de trabalho, na capacitação, na avaliação de desempenho e na adoção de políticas motivacionais; e por meio de melhor interligação com o Sistema de Planejamento;
- **Melhoria do Sistema de Planejamento**, através da criação de métodos de avaliação institucional e de políticas públicas; reforço dos laços com a política de Gestão Pública; aprimoramento da visão de longo prazo; e ações voltadas para reduzir os obstáculos às ações que envolvem atuação inter-setorial e regional;
- **Melhoria da relação de governança frente à burocracia**, ampliando a qualificação dos servidores para torná-los aliados em prol de maior modernização da gestão pública;

- **Fortalecimento da Gestão com tecnologia, informação e inovação**, alinhando a TIC aos objetivos do governo e inovando nas formas de trabalho e de relacionamento com a sociedade.

A eficiência na gestão pública e a qualidade do gasto não são objetivos em si, mas premissas para uma administração moderna e responsável. Mediante o aperfeiçoamento da gestão e da qualidade do gasto o governo alocará mais recursos para investimentos sociais e para a infra-estrutura, o que permitirá melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a competitividade da economia paulista. Essas características nortearão as ações do governo em sua firme determinação de promover o desenvolvimento econômico, reduzir as desigualdades sociais e regionais e propiciar uma mudança cultural na gestão do Estado, contribuindo para o deslocamento do foco nos “meios” para o foco em “resultados”.

6.1 A importância da gestão frente aos novos desafios institucionais

Nos últimos anos, inúmeras transformações afetaram o país e, conseqüentemente, o estado de São Paulo. A reorganização do sistema produtivo, o aumento da população e de sua concentração – que deu origem às macrometrópoles –, o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação (TICs), a busca do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável são algumas dessas transformações.

Como conseqüência, o setor público foi pressionado a renovar-se para fazer frente às novas demandas, como a de usar os recursos disponíveis da forma mais eficaz possível. Essas mudanças, ainda em curso, têm por objetivo dar respostas às demandas da sociedade por uma atuação das diferentes esferas de governo que seja eficiente e transparente; que promova soluções multissetoriais para questões complexas; e que inclua a plena utilização das novas e sofisticadas ferramentas institucionais e de gestão.

Entre os movimentos de renovação do Estado e de reformulação de seu papel, destacou-se a tendência à redução gradativa de seu papel enquanto produtor direto de bens e serviços e o reforço

de sua atuação como regulador e articulador. O foco da prestação de serviços pelo Estado moderno passou a ser direcionado para o núcleo essencial da função pública: os serviços de saúde, educação, segurança pública e administração previdenciária. Os demais deverão ser prestados em parceria com a iniciativa privada, no caso de serviços de infra-estrutura, ou com entidades sociais, a exemplo da gestão hospitalar e das ações de desenvolvimento social e cultural. Nesse novo cenário, caberá ao Estado buscar a excelência na prestação dos serviços que estão diretamente sob sua responsabilidade e preparar-se para agir como regulador e fiscalizador dos serviços delegados a seus parceiros.

Para corresponder a essas exigências, o estado de São Paulo desenvolverá novas habilidades e exercerá novas competências.

6.2 O papel do Estado como regulador

A necessidade de desempenhar o papel de regulador é uma demanda recente e advém desta transferência a entidades privadas, por meio de concessão dos serviços até então prestados diretamente por órgãos ou entidades estatais, e na conseqüente necessidade de regulação e fiscalização desses novos agentes, por tratar-se de serviços públicos. Uma das respostas dadas para enfrentar essa questão foi o processo de desestatização, marcado simultaneamente pela necessidade de reordenamento das finanças públicas e pela urgência de realização de investimentos em setores importantes.

Considerando a divisão de competências entre Estados, municípios e a União, a necessidade da presença dos primeiros fica mais evidente na regulação de serviços de transportes, saneamento, energia e gás canalizado, onde é o poder concedente, ou ainda quando tem alguma interface com a prestação dos serviços e recebe do poder concedente esta delegação, como ocorre com a distribuição de energia elétrica. Para desempenhar esse papel, a proposta do Estado de São Paulo está baseada numa concepção inovadora de regulação de serviços públicos, centrada na criação da Arsesp – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado, a partir da transformação da CSPE – Comissão de Serviços Públicos

de Energia, e no fortalecimento da Astesp – Agência Reguladora de Transportes do Estado.

A preparação das empresas estaduais para atuação em ambiente regulado é estratégica. Algumas iniciativas nesse sentido têm-se mostrado bem-sucedidas, a exemplo da implantação de metodologias que permitem a identificação e o monitoramento de indicadores de avaliação. A idéia central da adoção de medidas desse tipo é a de possibilitar o fortalecimento de mecanismos de participação da sociedade e de eficiência no exercício da administração pública.

6.3 Estado parceiro da sociedade: a participação da iniciativa privada e das entidades sociais.

Múltiplas ações para a efetivação de parcerias têm sido desenvolvidas nos últimos 12 anos com o intuito de retirar do Estado atividades que podem ser mais bem desenvolvidas por outros arranjos institucionais, pela municipalização, pelas parcerias com o terceiro setor e com a iniciativa privada, por meio de termos de concessões, de parcerias público-privadas (PPPs) e de contratos de gestão .

Visando a aperfeiçoar ações, coordená-las e integrá-las com as várias organizações do Estado, planeja-se criar, no âmbito da Secretaria de Gestão Pública, o Núcleo de Conhecimento da Contratualização na Gestão Pública e a Rede de Gestores, com dois focos prioritários: fortalecer a contratualização de resultados no Estado no âmbito das atividades-fim e fortalecer a gestão com foco no alcance de melhores resultados nas áreas meio. Estabelecer um modelo de gestão do sistema de parcerias do Estado de São Paulo com entidades sociais qualificadas como Organizações Sociais ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, em consonância com a legislação vigente inclui, entre outros, requisitos de conhecimento e de capacitação técnica especializada dos gestores públicos.

O governo paulista vem utilizando com sucesso a experiência das Organizações Sociais de Saúde (OSs), que assumiram o gerenciamento de recursos e a prestação de serviços hospitalares, com resultados elogiados pelos usuários e com qualidade reconhecida por instâncias nacionais de avaliação da assistência hospitalar. O modelo de Orga-

nizações Sociais vem sendo implantado também na área da Cultura com a realização de parcerias com entidades não-governamentais qualificadas de interesse público para obter mais eficiência, eficácia e flexibilidade de atuação dada a complexa realidade social em que esses serviços de cultura, assim como os de saúde, são prestados.

De outra parte, desde 1995, com a edição da Lei de Concessões, pretendeu-se incrementar a participação do setor privado no financiamento de grandes empreendimentos. A resposta foi a criação de uma nova modalidade de concessão: a Parceria Público-Privada (PPP). Além disso, ao contratar serviços mediante PPP é permitido ao poder público aproveitar a experiência e o conhecimento do parceiro privado visando a uma operação mais eficiente. Mas este novo modelo não é um instrumento institucional simples. Ao contrário, ele exige que o Estado esteja apto a lidar com ferramentas e estudos sofisticados, além de necessitar contar com uma estrutura organizacional capaz de lidar com as questões que surgem.

6.4 Estado articulador

A maior complexidade e integração requeridas na solução das questões atuais demandam também do Estado uma atuação articulada horizontalmente entre os diversos setores sociais e também entre as diferentes esferas de governo. Nesse sentido, a criação da Secretaria de Relações Institucionais objetiva melhorar o relacionamento com organizações e setores da sociedade civil para auxiliar na solução ou prevenção da integração de políticas para as populações vulneráveis, a defesa dos direitos da criança e do adolescente e o fomento às políticas públicas para a juventude.

O papel do Estado como articulador também está relacionado à visão regional, uma vez que os desafios da gestão pública extrapolam os limites de um município e exigem articulação entre diferentes atores públicos e privados. A edição da Lei Federal nº 11.107/05, a chamada Lei dos Consórcios Públicos, criou nova regulamentação jurídica para disciplinar as relações entre os entes federados e resgatou o debate acerca da cooperação federativa, especialmente quando relacionada à gestão associada de serviços públicos.

Cada vez mais a ação articulada é necessária, o que se pode perceber mais facilmente ao lidar com as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas em diversos programas do Estado, por exemplo, o Programa Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional, a execução do Rodoanel, a urbanização de favelas ou as opções da política de transportes metropolitanos. A tendência é que as parcerias entre União, Estados e municípios sejam cada vez mais freqüentes, exigindo-se que cada um destes agentes atue dentro de suas competências, a fim de somar esforços e obter melhores resultados.

Para que essa atuação seja bem-sucedida é necessário contar com funcionários preparados para lidar de forma coordenada com questões de alta complexidade, além de dispor de ferramentas para o acompanhamento e avaliação de projetos. Por isso, agentes e entidades de atuação local ou regional estão ganhando novo impulso no Estado. A instalação dos escritórios regionais de governo nas sedes regionais unificará, através da criação de um centro de gestão de atendimento integrado – como o Poupatempo – e de serviços compartilhados entre as secretarias, o atendimento das necessidades dos cidadãos, das prefeituras e das empresas no interior do Estado com características de eficiência, rapidez, simplificação, intersectorialidade, multifuncionalidade e flexibilidade.

6.5 Planejar e buscar uma gestão pública mais efetiva

A governança democrática interna ao Estado teve sua primeira fase de reformas administrativas baseada na questão da eficiência e no aumento da transparência social. Cabe agora entrar em uma segunda fase, que deverá ser norteadada pela gestão das pessoas e pela busca da efetividade, com a utilização de novas ferramentas gerenciais que interliguem melhor as funções relacionadas ao Orçamento, Planejamento, Gestão e a Avaliação de Políticas.

O Sistema de Planejamento transformou-se em uma área estratégica no governo paulista de um modo tal que a dinâmica do PPA alcançou uma posição central na lógica administrativa. Disso tem resultado diversos avanços. Já no início deste processo constituiu-se uma aliança bem-sucedida entre as funções de Orçamento e Planejamento. A nova etapa

perseguirá a integração entre as funções de Planejamento e Gestão, em especial com o desenvolvimento de políticas de Recursos Humanos.

Avançar nessa direção vai exigir o fortalecimento de carreiras vinculadas à gestão e, sobretudo, programas adequados de capacitação. O Sistema de Planejamento, a partir do qual se pode mensurar e avaliar o alcance das metas determinadas pelo PPA, será aperfeiçoado desde a etapa de formulação. Para construir uma administração por resultados é necessário definir indicadores e formas de mensuração, com investimentos em tecnologias de gestão e, ainda, em capacitação. Para tanto serão aperfeiçoadas o uso das TIC e as bases de dados estratégicas para a gestão dos programas e ações do PPA.

Um dos importantes problemas para a mudança da cultura gerencial é a fragilidade da memória administrativa. Apesar de haver uma série de sistemas e políticas de armazenamento e consolidação das informações, elas não servem de subsídio às decisões gerenciais, o que favorece uma gestão mais burocrática do que voltada para resultados. Para isso será incentivada a criação de relatórios gerenciais, capazes de usar os sistemas não só para armazenar as informações e dar-lhes um fluxo voltado para o controle como também para extrair maior potencial gerencial.

Igualmente relevante é a integração entre o macro e o micro planejamento, ou seja, do planejamento geral ao setorial e ao regional. Nesse sentido, está prevista a elaboração de plano de longo prazo para a avaliação das políticas públicas por meio de indicadores de sua efetividade. A implantação do sistema de informações geográficas para o planejamento irá possibilitar a inserção territorial nas decisões de investimento do governo nas regiões, além de promover a articulação inter setorial, orientar a definição de políticas e diretrizes de ordenação e desenvolvimento do território, espacialização de prioridades em face das carências de serviços públicos, articulação do planejamento setorial, localização dos conflitos e associação de oportunidades.

Para o apoio a essas atividades deve-se salientar o significativo processo de sistematização e análise de dados socioeconômicos, geográficos e cartográficos que deve ser empreendido por entidades como a Fundação Seade, o Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) e a Emplasa, encarregadas de coletar, produzir e disseminar informações e análises de dados para a formulação e acompanhamento de políticas públicas, a tomada de decisões e a construção de diagnósticos sobre o

desenvolvimento econômico e social paulista. A ampla base de conhecimento sobre o Estado de São Paulo, também produzida internamente às Secretarias de Estado, necessitará de contínua atualização e aperfeiçoamento de instrumentos e processos, visando à melhoria da atuação pública, à transparência e a entrega à população de instrumentos e dados confiáveis sobre a evolução das condições sociais, econômicas e ambientais no Estado.

O acompanhamento dos programas e ações do PPA e o monitoramento e avaliação dos programas governamentais prioritários possibilitam refinamento da análise do gasto, concentração de esforços da administração pública na execução dos programas e ações existentes, transparência na prestação de contas e qualidade na gestão pública. Para essas ações serão construídos mecanismos e espaços de colaboração e coordenação inter setoriais, definidos e implantados procedimentos, tecnologia e responsáveis para avaliar os resultados dos programas, projetos e atividades.

6.6 Eficiência e eficácia do gasto público

Colhendo os frutos do ajuste fiscal iniciado em 1995, o Estado de São Paulo foi autorizado, pela primeira vez desde então, a contratar novas operações de crédito para ampliar os investimentos públicos. Apesar do sucesso, a restrição fiscal representada por uma dívida contratual elevada, mas sob controle, sugere que é necessário manter uma gestão cuidadosa das contas públicas estaduais, particularmente no campo das despesas.

Um dos principais esforços do atual governo em seus primeiros meses foi demonstrado com a aprovação dos Projetos de Lei Complementar 30, 31 e 32 pela Assembleia Legislativa. Esses projetos, que foram convertidos em lei, instituem o órgão gestor único da previdência estadual e adequam as contribuições pagas pelos servidores, assim como os benefícios recebidos pelos mesmos, às últimas reformas feitas na legislação nacional. Essas três leis em conjunto permitiram que o Estado mantivesse o seu Certificado de Regularidade Previdenciária e, com isso, se habilitasse a receber recursos de convênios do governo federal e empréstimos de instituições financeiras federais. O desafio que se co-

loca agora é de estruturar a São Paulo Previdência (SPPrev) de maneira a torná-la uma eficiente gestora do sistema único de previdência do Estado. Por isso, dentro do cronograma previsto na lei que criou a SPPrev, o governo do Estado irá regulamentar a legislação, criar e estruturar a entidade gestora que receberá atribuições que hoje estão dispersas em seis órgãos do Poder Executivo, e nas autarquias e fundações, além dos demais poderes.

Junto com esses esforços será feita uma análise da situação atuarial da carteira unificada, a verificação da consistência e o aperfeiçoamento da base de dados previdenciários e a criação de um sistema de inteligência previdenciária que interligue bancos de dados e com isso coíba as fraudes. O objetivo último de todos esses esforços é garantir uma aposentadoria condizente para os servidores estaduais, sem que isso seja um empecilho para a boa gestão fiscal e o aumento dos investimentos do Estado.

Uma agenda que se coloca cada vez mais forte para o governo do Estado é a questão da qualidade do gasto público. Uma consequência natural do esforço de contratualização de resultados pelo governo é permitir que as ações do Estado possam ser avaliadas também do ponto de vista de efetivos impactos da ação governamental sobre a população alvo de cada política pública.

O processo de avaliação das ações públicas enfatizando seu impacto sobre a qualidade dos serviços públicos, a auditoria de resultados, busca medir o desempenho de cada unidade administrativa do Estado, comparando-a com seus pares na administração Estadual e com unidades de outros estados e países reconhecidos como detentores das melhores práticas em sua área. Os sistemas de custos públicos e de controle dos serviços de utilidade pública servirão como insumos para a avaliação de resultados. Mas serão também ferramentas para o aperfeiçoamento da gestão do Estado. O primeiro irá permitir que, partindo das informações disponíveis nos sistemas orçamentário-financeiros do Estado, se apropriem os custos por unidade administrativa. Informações que hoje estão concentradas em uma unidade ou agregadas em níveis mais gerais serão desmembradas. O sistema de controle dos serviços de utilidade pública, por sua vez, permitirá que o Estado identifique se suas contas estão sendo empenhadas e pagas em dias, evitando o pagamento de multas e juros de mora, além de

identificar o consumo de água, luz, gás, etc. por unidade. Isso permitirá criar medidas para melhorar o gasto. Essas três medidas, em conjunto, permitirão identificar e disseminar as melhores práticas em gestão pública no âmbito do governo do Estado.

Essas ações irão se somar às demais medidas que buscam melhorar a eficiência e a eficácia do gasto público, como a obrigatoriedade do uso do pregão eletrônico nas licitações em que tal modalidade é possível, a Nota Fiscal Eletrônica e a Nota Fiscal Paulista que, ao estimular a cidadania fiscal, combate a sonegação e permite a redução da carga tributária individual.

6.7 Gestão de recursos humanos

Em conjunto com a mudança de vários processos da administração pública, das inovações trazidas pela Tecnologia da Informação e Comunicação e a redefinição das tarefas do Estado, deve-se focar as pessoas que trabalham no governo do Estado. A política a ser implantada repensará o perfil da força de trabalho, tratará de adequá-la aos novos desafios, à nova configuração da macroestrutura do governo e aos novos processos de trabalho.

No que tange à remuneração do servidor, dois princípios serão seguidos. O primeiro será a implantação efetiva de um sistema de remuneração por resultados baseado em metas alcançadas. Ou seja, serão premiados os servidores e unidades administrativas de melhor desempenho. A remuneração por resultados alcançados é uma consequência natural da contratualização na gestão pública e da auditoria de resultados que, em conjunto, formam um vértice coeso do plano de gestão pública do Estado.

A revisão e a simplificação do sistema de remuneração do Estado, por sua vez, estão intimamente ligadas ao novo sistema informatizado de folha de pessoal a ser desenvolvido e implantado ao longo do PPA pela Secretaria de Fazenda em conjunto com as demais secretarias. O novo sistema de processamento da folha de pagamentos promoverá não só essa atualização tecnológica, como permitirá novas funcionalidades e consultas hoje inexistente. A entrada de dados passará a ser descentralizada e via internet, nos moldes do Siafem, os cálculos

retroativos passarão a ser automáticos e será possível manter um histórico funcional do servidor. Tudo isso permitirá um melhor controle da folha de pagamentos, uma vez que esforços despendidos hoje no processamento passarão a ser utilizados para a auditoria e controle.

O primeiro passo na reformulação do perfil da força de trabalho é a criação de uma carreira horizontal na administração pública estadual, com foco no planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas. Esses profissionais deverão ter uma visão ampla da administração pública e atuarão nas diversas secretarias do Estado. Paralelamente, a carreira de gestor de orçamento, finanças e controle também será fortalecida.

Coerentemente, o governo promoverá a formação e capacitação da força de trabalho tendo em vista as prioridades do Estado. Isso implica fortalecer uma cultura gerencial, pró-ativa, voltada para a produção de resultados, abandonando de vez a cultura burocrática. O esforço em capacitação nos últimos três anos nas várias escolas de governo existentes no Estado tem sido intenso.

Na Egap/Fundap, por exemplo, mais de 8 mil gestores públicos participaram do Programa de Desenvolvimento Gerencial e mais de 30 mil servidores frequentaram cursos nas áreas de compras, atendimento ao cidadão, gestão de programas do PPA, especializações, entre outras.

6.8 Melhoria da organização do Estado

Um diagnóstico sintético da organização e operação administrativa do Estado de São Paulo apontaria para a existência de uma gestão por resultados no Estado ainda não totalmente satisfatória, apesar da existência de controles de insumos e processos. O caminho da racionalização, simplificação e desregulamentação legal será parte integrante da modernização da gestão pública.

Vários programas deste PPA destinam-se a reverter esse quadro e fortalecer a capacidade de planejamento e de gestão das organizações do Estado por meio de ações de modernização das estruturas e da revisão dos processos de trabalho tendo como premissa a gestão por resultados. Muitas ações estão sendo empreendidas para a introdução

de processos inovadores de trabalho, com o uso das tecnologias da informação e comunicação, apoiando a desburocratização, a integração, a simplificação e agilidade do governo e dos serviços prestados. O desenvolvimento de estruturas organizacionais mais ágeis está em curso.

A instalação da Secretaria de Gestão e da Secretaria de Desenvolvimento no mesmo edifício da Secretaria de Saneamento e Energia criou a oportunidade do estabelecimento da gestão comum da área meio através de uma unidade que está sendo denominada de **Centro de Serviços Compartilhados**. Esse novo modelo visa a unificar os serviços de apoio administrativo/financeiro das referidas secretarias com ganhos de produtividade e melhoria na qualidade do desempenho dessas áreas. Esta experiência inovadora de gestão na área meio será utilizada na implantação dos escritórios regionais de governo e será ponto de partida para o estabelecimento de um modelo de gestão da área meio, focada em processos, com redução de cargos e ganhos de desempenho.

O governo paulista tem investido e criado boas e inovadoras tecnologias de gestão, como o demonstram os bem-sucedidos casos das compras eletrônicas, dos centros de atendimento integrado e dos programas de qualidade. Existem ainda várias ações neste campo para a estruturação de centros de custos mais efetivos, capazes de melhorar a gestão da eficiência (aspecto no qual São Paulo vem tendo bons resultados). Para o futuro, o governo desenvolverá ferramentas de avaliação, tanto de desempenho individual como institucional.

Com o mesmo intuito de melhorar a coordenação entre as unidades do Estado, facilitar a vida do cidadão e com isso contribuir para o desenvolvimento econômico, o governo lançou em 2007 o Programa Estadual de Desburocratização, cujas ações terão continuidade durante o período deste PPA.

6.9 Difusão de informações do governo para o cidadão: as prestações de contas

Os avanços nos campos da informática e dos sistemas de informação em São Paulo são inegáveis. Esta área tem um forte impacto transversal na administração pública e nas ações relacionadas ao

fortalecimento da gestão com tecnologia, inovação e informação. Com isso, o governo avançou bastante nos últimos anos no relacionamento com a sociedade, o que pode ser visto pelo número significativo de experiências bem-sucedidas de aumento da transparência e participação dos cidadãos nas políticas governamentais.

A ampliação e a melhoria das informações do governo eletrônico também estão nos planos do governo paulista, o qual também avançou em suas políticas de transparência governamental. Entre as tecnologias de gestão adotadas pelo Estado de São Paulo, duas são muito bem sucedidas e serão ampliadas: o **Poupatempo** e as Compras Eletrônicas, já usadas em 30% das compras que dispensam licitações, além de terem gerado uma grande economia – 24,71% na Bolsa Eletrônica do Estado (BEC) e 15,76% nos pregões. O Estado de São Paulo é um dos mais desenvolvidos do País em termos de Governo Eletrônico: quase todos os seus órgãos têm página na Internet, sendo 57% com páginas estáticas e 43% com páginas dinâmicas. As inovações na gestão deste sistema têm sido substanciais. As tecnologias de informação e comunicação provocaram uma profunda transformação na atuação governamental em relação à difusão de informação para o cidadão. Nas últimas gestões do governo do Estado de São Paulo, a modernização dos processos administrativos com o uso intensivo das TICs resultou em ganhos de eficiência, tendo contribuído de modo expressivo para o controle fiscal (com economias em torno de R\$ 19,8 bilhões) e em melhorias na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Grandes mudanças na forma de prestação de serviços foram induzidas através da Internet, como exemplificam o pagamento do IPVA e o licenciamento *on-line*; o acesso a mais de 300 serviços de forma virtual, tal como a obtenção de atestados de antecedentes criminais, a Rede do Saber, de ensino a distância, dentre outros.

No período deste PPA será melhorada a coordenação de sistemas e informações, a integração de serviços no âmbito do Estado, entre as esferas de governo e entre os poderes, e o fortalecimento da gestão com inovação e tecnologia, visando a aumentar a eficiência e a transparência nas ações de governo.

Ampliar o acesso à população a essas informações e serviços passa também por mecanismos de inclusão digital do Governo do Estado de São Paulo, como o ACESSA São Paulo, que oferece à população **infocen-**

tros, espaços públicos com computadores para acesso gratuito e livre à Internet. Até dezembro de 2007, o Estado contava com 403 **infocentros** e a meta é ampliar este número no período de 2008-2011.

Além disso, é uma das metas do governo do Estado transformar todos os 645 municípios paulistas em **Municípios Digitais** com conexão de banda larga à Internet. Para tanto, é fundamental o envolvimento da prefeitura e sociedade local. O segundo passo para universalizar o acesso com qualidade à Internet será abrir a conexão de banda larga por meio de redes sem fio (wireless) para qualquer cidadão, empresa ou entidade social do município. Nos municípios com mais de 100 mil habitantes, o governo do estado estimulará as prefeituras a estudar e a implantar redes públicas nos bairros que não têm oferta comercial de banda larga.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNADOR - JOSÉ SERRA

VICE-GOVERNADOR - ALBERTO GOLDMAN

Administração Penitenciária

Antonio Ferreira Pinto

Agricultura e Abastecimento

João de Almeida Sampaio Filho

Assistência e Desenvolvimento Social

Rogério Pinto Coelho Amato

Casa Civil

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Casa Militar

Coronel PM Miguel Libório Cavalcante Neto

Comunicação

Bruno Caetano

Cultura

João Sayad

Desenvolvimento

Alberto Goldman

Economia e Planejamento

Francisco Vidal Luna

Educação

Maria Helena Guimarães de Castro

Emprego e Relações do Trabalho

Guilherme Afif Domingos

Ensino Superior

Carlos Alberto Vogt

Esporte, Lazer e Turismo

Claury Santos Alves da Silva

Fazenda

Mauro Ricardo Machado Costa

Gestão Pública

Sidney Estanislau Beraldo

Habitação

Lair Alberto Soares Krähenbühl

Justiça e Defesa da Cidadania

Luiz Antonio Guimarães Marrey

Meio Ambiente

Francisco Graziano Neto

Procuradoria Geral do Estado

Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo

Relações Institucionais

José Henrique Reis Lobo

Saneamento e Energia

Dilma Seli Pena

Saúde

Luiz Roberto Barradas Barata

Segurança Pública

Ronaldo Augusto Bretas Marzagão

Transportes Metropolitanos

José Luiz Portella Pereira

Transportes

Mauro Guilherme Jardim Arce

Universidade de São Paulo

Reitora: Suely Vilela

Universidade Estadual de Campinas

Reitor: José Tadeu Jorge

Universidade Estadual Paulista

Reitor: Marcos Macari

